

**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

Thiago Haas Carlotto

**OS SENTIDOS DO TEMPO: ANÁLISE DE UMA NARRATIVA
JORNALÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA**

Santa Cruz do Sul
2017

Thiago Haas Carlotto

**OS SENTIDOS DO TEMPO: ANÁLISE DE UMA NARRATIVA
JORNALÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA**

Monografia apresentada à disciplina de Monografia no Curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo da Universidade de Santa Cruz – UNISC – como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador. Prof. Dr. Demétrio de Azeredo Soster

Santa Cruz do Sul
2017

Thiago Haas Carlotto

**OS SENTIDOS DO TEMPO: ANÁLISE DE UMA NARRATIVA
JORNALÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao Curso de Comunicação Social/Habilitação Jornalismo, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Prof. Dr. Demétrio de Azeredo Soster

Professor orientador –UNISC

Prof.^a Dra. Fabiana Piccinin

Professor examinador –UNISC

Prof.^a Dra. Eunice Piazza Gai

Professor examinador -UNISC

Santa Cruz do Sul, junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho feito sob muitas motivações, mas é necessário salientar algumas das contribuições inestimáveis que fizeram este sonho ser possível.

O primeiro agradecimento vai para meu pai, cujas últimas palavras para mim foram: “Estuda, meu filho. É o melhor que tu tem a fazer. O pai te ama!” Tais palavras ecoam na alma em cada momento de dificuldade e surgem para lembrar o quão feliz ele estaria se aqui estivesse. Sou grato eternamente por essas palavras, pai.

O segundo agradecimento, tão importante quanto o primeiro, vai para minha mãe do coração e minha mãe de pé. O primeiro obrigado vai para a mãe de coração, a quem agradeço profundamente pela dedicação, carinho e amor incondicional ao longo de todos estes anos. A caminhada não foi fácil, mas chegamos aqui. Esta conquista é nossa, mãe!

Também agradeço a mãe de pé, minha tia, irmã da minha mãe, que está sempre no meu pé, junto para o que der e vier. Foi ela quem me motivou desde pequeno a ler e seguir em frente, apesar das circunstâncias. Serei sempre grato pelo incentivo, pela parceria e pelo exemplo que me deste, Ana!

O terceiro vai para minha companheira, melhor amiga e confidente, minha namorada Vanessa Schnorenberger, a quem agradeço a enorme paciência que teve ao longo desta jornada, em especial nos fins de semana que deixamos de conviver para ficar na companhia de nossas monografias.

Ao meu orientador Demétrio, o meu mais sincero obrigado por abrir a porta de sua casa para nossas reuniões, pelos seus preciosos conselhos e pela paciência com minhas dificuldades.

É preciso agradecer também a colega e amiga Luana Ciecelski, pela parceria ao longo de quase todas as cadeiras da graduação e, em especial, à sua revisão precisa e cuidadosa do referencial teórico deste trabalho.

*“A vida virtuosa é aquela inspirada pelo amor e
guiada pelo conhecimento.”*

Bertrand Russel

RESUMO

Esta monografia estuda o papel do tempo numa narrativa jornalística sobre a história. Para tal, revisa os pensamentos sobre narrativa e tempo sob o viés do jornalismo e da história. Em seguida, faz um estudo de caso sobre o livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2013) para buscar os sentidos que emergem desta construção do tempo narrativo.

Palavras-chave: narratologia; tempo; jornalismo; história; Laurentino Gomes.

ABSTRACT

This monography studies the paper of time in a journalistic narrative about the history. For such, revises these thoughts about narrative and time under the bias of journalism and of the history. Next, does a case study about the book 1889: How a tired emperor, a vain marshal and a wronged teacher contributed for end of monarchy and the Proclamation of the Republic on the Brazil, of the journalist Laurentino Gomes (2013) for seek the senses that emerge this narrative time construction.

Keywords: narratology; time; journalism; history; Laurentino Gomes.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Modelo para análise do tempo no livro <i>1889</i> (2013) | 78 |
| Tabela 2 - O tempo no livro <i>1889</i> (2013) | 79 |
| Tabela 3 - Número de vezes em que aparecem as categorias de tempo | 139 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | PERGUNTAS SOBRE A NARRATIVA | 15 |
| 2.1 | Quando se pensou sobre a narrativa? | 15 |
| 2.2 | Por que estudar as narrativas? | 21 |
| 2.3 | O que é a narratologia? | 23 |
| 2.4 | Como se forma a narrativa?..... | 25 |
| 2.5 | Quem fala na narrativa? | 27 |
| 2.6 | Onde se encontram os elementos para analisar a narrativa? | 30 |
| 3 | A COMPLEXIDADE DO TEMPO | 33 |
| 3.1 | O que se pensa sobre o tempo | 33 |
| 3.2 | O tempo e a narrativa segundo Ricoeur | 37 |
| 3.3 | As três mimeses de Ricoeur | 39 |
| 3.4 | Elementos para analisar o tempo numa narrativa | 42 |
| 3.4.1 | Tempo da história | 42 |
| 3.4.2 | Tempo do discurso | 43 |
| 3.5 | A extensão do presente no jornalismo | 45 |
| 3.6 | A relação entre passado presente na história | 48 |
| 4. | O LUGAR DA NARRATIVA NO JORNALISMO E NA HISTÓRIA | 52 |
| 4.1 | Jornalista: o historiador do presente? | 53 |
| 4.2 | O encontro do jornalismo com a literatura | 55 |
| 4.3 | O livro reportagem enquanto gênero jornalístico..... | 58 |
| 4.4 | O jornalismo na teoria de Genro Filho | 60 |
| 4.5 | A importância da referência na narrativa | 62 |
| 4.6 | A história sob novas perspectivas a partir da <i>Escola dos Annales</i> | 63 |
| 4.7 | As novas reflexões sobre o uso da narrativa pela história..... | 66 |
| 5 | O TEMPO NO LIVRO EM ANÁLISE..... | 71 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 5.1 | Pesquisa bibliográfica | 71 |
| 5.2 | Estudo de caso | 72 |
| 5.3 | Proposta de método..... | 74 |
| 5.3.1 | Categorias para análise do tempo..... | 75 |
| 6 | TABELA PARA EXPLICITAR O TEMPO | 79 |
| 7 | O QUE EMERGE DO TEMPO NARRATIVO NA OBRA?..... | 136 |
| | REFERÊNCIAS | 143 |

1 INTRODUÇÃO

A associação do jornalismo com a história é intrínseca à função social da profissão enquanto importante vetor da memória social. A reconstituição histórica, por exemplo, é frequentemente utilizada no jornalismo cotidiano para contextualizar um fato, seja em crônicas, artigos, notas diárias ou em grandes reportagens.

Mais recentemente, observamos que a simbiose entre jornalismo e história, intermediada pela literatura, se fortaleceu com o advento de publicações sobre determinados períodos da história, biografias e livros-reportagem que vão além dos textos cotidianos informativos, pois buscam retratar e interpretar determinados momentos históricos com uma linguagem jornalística.

Exemplos deste movimento são os livros de profissionais reconhecidos no jornalismo, como Eduardo Bueno (na Coleção *Terra Brasilis*, com *A Viagem do Descobrimento, Náufragos, Traficantes e Degredados, Capitães do Brasil e A Coroa, a Cruz e a Espada*); Fernando Morais (*Olga, Chatô: O Rei do Brasil*); Laurentino Gomes (*1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado, 1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*); Lira Neto (*O Inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar, Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão, Getúlio: 1882 - 1930: Dos Anos de Formação à Conquista do Poder, Getúlio: 1930 – 1945: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo e Getúlio: 1945 - 1954: Da volta pela consagração popular ao suicídio*) entre outros.

Internamente, tais textos trazem a percepção do jornalista, um profissional que procura fatos singulares de interesse público e utiliza a narrativa, uma técnica de escrita proveniente da literatura, para fazer remissões à história e seus personagens enquanto fundo temático. Desta hibridização, surge um relato complexo, que fala de um tempo distinto do jornalismo diário, num passado distante temporalmente do autor e do leitor.

Sob o aspecto externo ao texto, a relevância que tais obras, que se tornaram *best-sellers*, alcançaram no entendimento sobre a história do Brasil denota a multidisciplinaridade do nosso

tempo, ao mesmo tempo em que comprova a importância que o fazer jornalístico assume. Assim, a atividade jornalística expande sua área de atuação e se complexifica. Se antes o jornalista era o especialista em informar o presente, agora ele tem papel substancial na formação intelectual do seu público sobre o passado.

Desta forma surge o que motiva este trabalho: o interesse em compreender como um autor jornalista escreve um livro, no estilo de uma grande reportagem, sobre a história do país. Mais objetivamente, como ele se refere ao tempo neste tipo de relato e quais sentidos emergem desta construção. Ora, tal concepção traz o entendimento de que o autor organiza o tempo no espaço do texto, de forma harmônica e crível e, desta forma, deixa vestígios de escrita e angulação que carregam sentidos possíveis de serem trazidos à tona na análise.

Para entender esta relação no texto, elegemos como corpus da nossa pesquisa o livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes. A obra complementa a trilogia do autor sobre os principais acontecimentos brasileiros no século XIX, iniciada com *1808* (2007), sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e *1822* (2010), sobre a Independência do Brasil.

Como nos livros anteriores, o autor segue a fórmula de destacar o tempo no título, para em seguida trazer um subtítulo com peculiaridades dos seus protagonistas. Em 415 páginas divididas por 24 capítulos, a obra narra em terceira pessoa a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, em seu contexto, seus personagens e seus momentos mais importantes. Por isso, recua às décadas anteriores ao fato principal para trazer ao leitor um panorama sobre como o império chegara ao ano em questão carcomido em suas bases e na parte final estende-se aos acontecimentos seguintes à sua queda, quando militares e, posteriormente, civis governaram o Brasil republicano. Além disso, com base em referências históricas, traça perfis dos protagonistas, entre os quais o cansado Pedro II, o hesitante marechal Deodoro da Fonseca, o amargurado Benjamin Constant. Em alguns capítulos, o texto traz o intenso movimento dos dias do golpe, quando da conspiração dos republicanos e da implantação do novo regime, em contraste com a inércia da monarquia.

A narração segue uma ordem temática, não cronológica, voltada aos capítulos, como se estivesse apresentando as peças de um mosaico sobre a Proclamação da República. Desta forma, narra os movimentos que resultaram na queda da Monarquia em “O Golpe” e “A Queda”; dedica-se aos perfis dos principais personagens em “O Marechal”, “O Professor”,

“Dom Pedro II”, “A Redentora”; e conta sobre os movimentos e grupos que ganharam relevância na época em “Os Republicanos”, “Os Abolicionistas”, “A Mocidade Militar”, quando já chega à crise nos quartéis, fatos preponderante para o fim do império. Além do mais, apresenta o contexto do Brasil e do mundo naquele tempo em “O Império Tropical”, “A Miragem”, “O Século das Luzes”, entre outros.

Laurentino Gomes é jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo. Ao longo da carreira trabalhou como repórter e editor para o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* e foi diretor da Editora Abril. É membro titular da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Com suas obras, ganhou seis vezes o Prêmio Jabuti de Literatura.

A obra, como parte da trilogia, assume papel importante em nível nacional porque consegue narrar, informar, interpretar e entreter um grande público, não afeito às pesquisas historiográficas, mas interessado em entender o país atual pelas remissões ao seu passado. Isto pode ser exemplificado no número de exemplares vendidos da trilogia, contabilizados em mais de 2 milhões, no Brasil, em Portugal e nos Estados Unidos.¹

O que move esta busca dos leitores pela história do país? Acreditamos que este fenômeno ocorra em parte pela construção do texto de forma narrativa, que se mostra mais dinâmica e objetiva do que os textos escritos pelos cânones da historiografia. Acreditamos também ser possível verificar à luz da ciência narratológica os sentidos que emergem das remissões temporais no texto. Isto porque o livro tem um fato central (a Proclamação da República) e toda remissão temporal para além deste instante deve possuir algum sentido possível de ser reconstituído na sua relação com os estímulos que se quer provocar no leitor, conforme o significado geral da obra.

Tal análise só será possível se tivermos uma base teórica que nos dê condições de encontrar as referências e interpretá-las. Para isso, no primeiro capítulo, observaremos a evolução da percepção sobre a narrativa desde a época clássica, os elementos básicos que a compõe e as interlocutores que dela participam. Em seguida, investigaremos o tempo e sua relação com a narrativa para trazer como este elemento é utilizado nos enunciados do jornalismo e da história. No terceiro capítulo, abordaremos a convergência entre jornalismo, literatura e

¹ Conforme dados do site do autor disponíveis em: <http://www.laurentinogomes.com.br/laurentino-gomes--globo-livros--autor.html>.

história para então ter condições de entender o que poderá ser considerada uma narrativa jornalística de história.

Com este entendimento da revisão bibliográfica iremos chegar à metodologia de pesquisa utilizada para entender a constituição do tempo no livro, ou seja, o estudo de caso por meio de tabela, que nos dará condições de verificar as remissões ao tempo e compreender a totalidade narrativa do nosso objeto. No sexto capítulo traremos nossas considerações sobre os sentidos que emergem desta construção textual.

2 PERGUNTAS SOBRE A NARRATIVA

No princípio da nossa pesquisa buscamos compreender como a lógica narrativa é utilizada pelo homem para entender o universo e compor sentido sobre o meio que o cerca. Interessa-nos saber quando e como pensadores de diferentes épocas percebem a narrativa. Para tal, buscaremos as reflexões de autores que se debruçaram sobre o tema desde o Período Clássico, com a análise da retórica, até as contribuições de teóricos da literatura sobre a narratologia, no século passado. Então questionaremos a importância de estudar as narrativas na atualidade amparados em Motta (2013) e, após isso, partiremos à ciência da narratologia, e aos conceitos contemporâneos sobre a narrativa, à busca da compreensão dos elementos que a compõem em sua totalidade.

Esta explanação tem por fim apontar caminhos que nos guiem à compreensão do fenômeno narrativo enquanto prática instituidora de sentido sobre a realidade, cujas reflexões servem de base para análise do tempo na narrativa jornalística de história no livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil* (2013), do jornalista Laurentino Gomes.

2.1 Quando se pensou sobre a narrativa?

Neste primeiro momento, começamos por destacar a importância da narrativa para a vida do ser humano como ato comunicativo que se refere a ações reais ou inventadas, passando pelas reflexões acerca da arte retórica no Período Clássico até as contribuições teóricas de Aristóteles, utilizadas até hoje nos estudos da narratologia. Finalmente, chegaremos aos estudos dos teóricos do estruturalismo, que ajudaram a conceber o campo de estudo da narrativa.

Os homens relatam suas histórias ao longo da sua vida, sejam elas fáticas ou fictícias. Tanto as pinturas parietais na Caverna de *Chauvet*, há 36 mil anos, como as mais recentes postagens nas redes sociais são narrativas que permeiam a relação do homem consigo e com outras espécies. Como lembra o professor e pesquisador Luiz Gonzaga Motta “Os indivíduos não experimentam suas condições sociais de existência, mas *as constituem significativamente*.”

A experiência não é fruto do impacto da realidade sobre a subjetividade, mas resultado da apreensão discursiva da realidade” (MOTTA, 2013, p. 84, grifo do autor).

O humano é um ser que narra, logo um ser que se comunica. Ele conta a sua biografia, seleciona pontos relevantes, organiza sua vida social e articula seus pensamentos por meio do raciocínio narrativo, de forma a buscar uma coerência que ajude-o a encontrar o seu lugar no universo. Ao salientar a importância desta forma de pensar para a própria existência humana, Cristina Costa afirma que a narrativa “é uma forma de criar certo liame causal entre os fenômenos vivenciados – certa lógica interna que nos permite entender a existência e aceitar seu fluxo em direção ao inexorável” (COSTA, 2000, p. 37).

Por conseguinte, a existência do homem é uma aventura narrada ao mesmo tempo em que é vivida por ele e ouvida por aqueles que o cercam. Por meio das narrativas, os homens constroem sua identidade pessoal e criam os laços que constituem os grupos sociais. Como diz o notável neurologista Oliver Sacks: “Cada um de nós tem uma história de vida, uma narrativa íntima – cuja continuidade, cujo sentido é nossa vida. Pode-se dizer que cada pessoa constrói e vive uma ‘narrativa’ e que a narrativa é a sua identidade” (SACKS, 1997, p. 128).

A narrativas ajudam o sujeito a se apropriar do universo, pois traduzem o conhecimento adquirido ao longo do tempo em relatos representados de acordo com a visão de mundo de cada sociedade. Assim, ele consegue ordenar suas ideias e pensamentos em relatos de possíveis causas e efeitos e chega ao senso comum simbólico da sociedade cuja narrativa se insere. Como lembra o sociólogo, semiólogo e filósofo francês Roland Barthes:

[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativas; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas (BARTHES, 2008, p. 19).

As primeiras reflexões sobre o que viriam a ser os estudos sobre a narrativa remontam originalmente ao século V a.C., na Grécia Clássica, conforme Regina Zilberman (2008). Na época, de acordo com a autora, surgiu a ideia do discurso como estratégia de persuasão – a oratória, o que motivou os gregos a buscarem a compreensão das expressões linguísticas.

Barthes (apud BRETON, 2006, p. 27) ressalta que foi para “defender os bens que se começou a refletir sobre a linguagem”. Por volta de 465 a.C., na Sicília, dois governantes, Gelão

e Hierão, expropriaram os habitantes de Siracusa de suas propriedades para loteá-las aos mercenários que haviam contratado. Entretanto, houve um levante democrático e os tiranos foram vencidos. Logo, se quis voltar à situação anterior e os antigos proprietários tinham de defender suas propriedades. Em um tempo no qual os direitos de propriedade não eram claros e não existiam advogados, os próprios litigantes precisaram apresentar seus argumentos frente a juris populares, diante dos quais era imprescindível ser eloquente. Para facilitar o trabalho das partes, dois discípulos do filósofo Empédocles, chamados Córax e Tísias, publicaram uma coletânea de textos com ensinamentos básicos de argumentação para serem utilizados nos tribunais.

Córax trouxe a primeira definição de retórica, entendida como uma forma de criar persuasão. A definição mais recente do filósofo francês Olivier Reboul (2004) define a retórica como a arte de persuadir, isto é, levar a crer, pelo discurso. Ele entende por discurso a produção verbal constituída por uma ou mais frases com começo e fim e que apresenta uma unidade de sentido. De acordo com o autor, a oratória diz respeito à forma como os argumentos são apresentados no discurso, isto é, as inflexões de voz e gestos (no discurso oral) e a disposição de determinadas palavras (metáfora, hipérbole, antítese) para agradar ou comover o ouvinte.

Outro discípulo de Empédocles, Górgias de Leontinos, levou a retórica da Sicília para Atenas e se transformou num dos primeiros professores da nova disciplina. Seus discípulos passaram a ensinar a arte de falar em público e ficaram conhecidos como sofistas, os mestres da *retoriké*, termo que traz a união de *retor* (orador) e *retoreia* (discurso público, eloquência), de acordo com António Fidalgo (2008). A partir de então, a civilização grega passou a se distinguir de todas as outras por se estabelecer na palavra pública. Os cidadãos tratavam dos assuntos de interesse da *pólis* e resolviam conflitos entre si por meio dos discursos proferidos nas assembleias do povo. Desta forma, enquanto em outras civilizações os tiranos mandavam pelo uso da força, na Grécia surgiu a ideia de democracia, o regime político que deveria contemplar as vontades da maioria, cujo poder se obtinha pelo convencimento do discurso.

Com Górgias, o povo grego teve contato com um texto que, além de persuasivo, era estético, pois, além de ser funcional, como a prosa, impressionava a plateia pelo uso da linguagem, sendo comparado inclusive à expressão artística verbal - a poesia, segundo Düren (2013). Por conta desta relevância alcançada por suas peças oratórias proferidas em público, os sofistas confrontaram-se com a resistência de outros mestres, como Platão. O filósofo se debruçou sobre os discursos eloquentes e argumentou que tais expressões, embora

convincentes, poderiam ser enganadoras.

No Livro X de *A República*, Platão (1996) alerta que a poesia degrada a inteligência do público, pois estimula o lado emocional de sua personalidade considerado como inferior em comparação ao lado racional, da prosa. Com tais afirmações, o filósofo foi de encontro à forma de transmissão cultural da época, os dois principais poemas épicos da Grécia, *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídos a Homero. Escritos em versos e recontados por gerações como forma de propagar e manter a cultura e a tradição gregas, tais poemas eram de considerável significado para o povo, pois haviam servido para moldar a identidade cultural e a unidade dos habitantes do continente ático, do Peloponeso e das ilhas do Mar Egeu, onde se falava o idioma grego.

Segundo Zilberman (2008), Aristóteles, por volta de 335 a.C., fez a análise mais antiga que se conhece sobre a configuração da narrativa e dividiu as manifestações linguísticas em dois campos de estudo: a *Retórica*, na qual se discorre sobre as técnicas discursivas da oratória que buscam o convencimento e o elogio, e a *Poética*, voltada à expressão artística, na qual prevalece a *mimese*, ou seja, a representação de acontecimentos. Como nos interessamos pela narrativa enquanto representação, seguiremos nossa pesquisa pela *Poética*, cujo conteúdo foi fundamental para a evolução dos estudos sobre literatura.

Uma das citações mais conhecidas da *Poética* propõe que a distinção do historiador e do poeta se dá não pelo fato de um escrever em prosa e o outro em verso, mas pelo fato do primeiro relatar o que aconteceu enquanto o segundo escrever o que poderia ter acontecido. “Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um caráter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular.” (ARISTÓTELES, 2004, p. 54). Portanto, fica expresso que a poesia trabalha com a impressão de algo verossímil, possível de ser imaginado, enquanto o relato fatural busca afirmar e demonstrar um acontecimento. Percebe-se então, de acordo com o filósofo, que as narrativas ficcionais são mais universais que as realistas, como a da história e do jornalismo.

Aristóteles (2004) classificou ainda os gêneros literários de duas formas: segundo a forma e o conteúdo. Quanto à forma, os gêneros são verso e prosa. O poeta e ensaísta mexicano Octávio Paz (1982) qualifica a narrativa como uma forma de prosa, discurso que é independente do ritmo, mas que exige verossimilhança², ao contrário da poesia, discurso rítmico, circular, capaz de se repetir e se recriar, de acordo com as divagações do poeta. Nesta, as imagens se

² Para Rodrigues (1988) um texto verossímil é semelhante à verdade, à realidade.

sucedem, em fluxo e refluxo, mediante as leis do ritmo e seguem a divagação, ou seja, o pensamento livre do poeta. Desta forma, a poesia se distingue pela musicalidade de sua linguagem ao passo que a prosa se discerne pelo encadeamento coerente dos fatos narrados.

Quanto ao conteúdo, Aristóteles, propõe a divisão em três gêneros: épico, lírico e dramático. A pesquisadora Cândida Vilares Gancho (2006) sintetiza a diferença entre os gêneros, de acordo com a divisão do filósofo de Estagira:

1. *Épico*: é o gênero narrativo ou de ficção que se estrutura sobre uma história;
2. *Lírico*: é o gênero ao qual pertence a poesia lírica, no mais das vezes centrada na expressão do “eu poético”;
3. *Dramático*: é o gênero teatral, isto é, aquele que engloba o texto de teatro, uma vez que o espetáculo em si foge à alçada da literatura. Este gênero se subdivide em três categorias: tragédia, comédia e drama. (GANCHO, 2006, p. 8, grifos da autora)

Vale ressaltar que o gênero épico recebe este nome por remontar às epopeias, como as de Homero; contudo, modernamente este gênero se manifesta sobretudo em prosa. As narrativas modernas, inclusive as de jornalismo e história, têm sido qualificadas como um subgrupo do gênero épico.

Quando a escrita foi disseminada na Grécia, os poetas, contadores épicos que memorizavam e recontavam de forma oral as epopeias, perderam importância na escala cultural. Até aquele momento, de acordo com Robert Scholes e Robert Kellogg (1977), o narrador contava nas epopeias, sobretudo, uma narrativa de tradição, cujo conteúdo era um amálgama de mito, lenda e ficção. Conforme os pesquisadores, o que impulsionava o contador épico a narrar não era a noção da importância histórica de um acontecimento, muito menos seus devaneios criativos, mas a recreação de todos aqueles que o ouviam: “Ele está recontando uma estória tradicional e portanto sua fidelidade principal não é ao fato, nem à verdade, nem ao entretenimento mas ao próprio *mythos* – a estória conforme foi preservada na tradição que o contador épico de estórias está recriando.” (SCHOLES E KELLOGG, 1977, p. 7).

Ainda na Antiguidade apareceram contos que iam além dos mitos, o que resultou no surgimento de duas novas formas narrativas opostas: as empíricas e as ficcionais, conforme Scholes e Kellogg (1977). Desta forma, a narrativa baseada na experiência tomou o lugar da fidelidade ao *mythos* (entendido como tradição) pela fidelidade à realidade. Esta narrativa empírica, segundo os autores, está subdividida em dois componentes: o histórico e o mimético.

O histórico é associado com o passado verdadeiro de um fato; já o mimético é vinculado

a “verdades ligadas às sensações e ao meio ambiente do presente, exigindo do autor sensibilidade sociológica e psicológica.” (DÜREN, 2013, p. 21). Já as narrativas ficcionais estão focalizadas exclusivamente na beleza do texto apresentado ao público que se pretende agradar. Scholes e Kellogg (1977) também dividem esta expressão em dois componentes: o romântico e o didático. No romântico sobressai o adorno linguístico, a beleza do ato narrativo; já o didático ressalta o conteúdo para a moral e os bons costumes.

A classificação de Aristóteles sobre a arte narrativa, bem como outras contribuições dos autores do Período Clássico, predominaram nos estudos literários até os séculos XVIII e XIX, segundo Imbert (1986), quando se começou a privilegiar o gênio do autor em contraposição às regras de composição da obra no romantismo; surge a Teoria da Literatura. Em decorrência desta, emergem diferentes linhas de análise literária no século XX, entre elas o Formalismo Russo, o Estruturalismo e o Pós-Estruturalismo, as quais são marcos na evolução da análise literária contemporânea.

Em 1928, o filólogo russo Vladimir Propp publica *Morfologia do conto maravilhoso* (1984), na qual utiliza procedimentos de análise para o estudo das estruturas dos contos infantis europeus.

A obra de Propp é considerada fundadora da narratologia moderna por causa do esforço dele para conferir status científico à crítica literária (até então de caráter humanista e intuitivo). Ele tenta pontuar a forma comum e constante das histórias populares maravilhosas. A partir da sistematização de Propp essa morfologia passou a ser considerada uma estrutura universal dos contos (e por decorrência, também das narrativas). (MOTTA, 2013, p. 76)

A partir de então, o formalismo proposto por Propp foi influente teórica e metodologicamente nos estudos linguísticos, especialmente sobre o estruturalismo francês nascente na metade do século passado. Diversas contribuições de autores, principalmente estruturalistas (como Roland Barthes, A.J. Greimas, Claude Bremond, Umberto Eco, Jules Gritti, Violette Morin, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, entre outros) são publicadas no ano de 1966, em número especial da revista *Communications*, que no Brasil recebe o nome de *Análise Estrutural da Narrativa* (2008).

Finalmente, em uma pesquisa na qual procurava construir uma gramática universal da narrativa, o filósofo e teórico literário búlgaro Tzvetan Todorov (1970) cunhou o termo

narratologia para a teoria e análise da narrativa. Tais estudos consolidam a narratologia como campo de conhecimento científico teórico-metodológico da narrativa, tanto a de representação literária, como a não-literária. Este movimento do último século e mais especificamente dos últimos 50 anos é chamado por alguns filósofos como giro ou virada linguística. Assim, a filosofia deixou em segundo plano a busca da essência da realidade e do conhecimento - na metafísica, e foi ao encontro da linguagem, fazendo dela o seu objetivo principal e passando a considerá-la como algo intrínseco ao pensamento. Segundo Motta (2013, p. 63), “[...] pensamento e linguagem (ou conhecimento e expressão) passaram a ser considerados uma só coisa.”.

Desta forma, as raízes desta ciência remontam à busca de teóricos vinculado ao formalismo russo e ao estruturalismo francês em decompor as histórias narradas em partes e determinar uma gramática ou sintaxe única. Acreditamos que tais conceitos e procedimentos são fundamentais para se entender o contexto em que se insere nossa pesquisa e oferecer uma via pela qual seguiremos na busca por compreender o elemento estruturante do livro: o tempo. Antes, porém, vamos avaliar o que realmente instiga a pesquisa nesta área.

2.2 Por que estudar as narrativas?

O que motiva a pesquisa e a reflexão sobre as narrativas? Muitas razões podem ser encontradas: entender o texto, a pessoa por trás do texto, a sociedade sobre a qual a narrativa emerge, etc. Motta (2013), partindo do pressuposto de que elas envolvem a compreensão do sentido da vida, sintetiza seis razões pelas quais se deve estudar a narrativa, entendida pelo pesquisador como um conjunto de “[...] estruturas que preenchem de sentido à experiência e instituem significação à vida humana. (MOTTA, 2013, p.18)”

A primeira razão é para entender quem somos, ou seja, compreender como nós dispomos os acontecimentos e construímos narrativamente a experiência. Os sujeitos ao ordenarem significativamente um fato “[...] encadeiam as relações possíveis na forma cronológica ou causal, estabelecendo provisoriamente um antes e um depois, um antecedente e um consequente” (MOTTA, 2013, p. 31). O autor afirma que os relatos estão dominados por uma pré-estrutura de convenções narrativas anteriores aos fatos. Desta forma, a narração sobre os acontecimentos revela quem somos, como enxergamos a vida e quem pretendemos ser na história.

Diretamente relacionada à anterior, a segunda razão procura “[...] *compreender como os homens criam representações e apresentações do mundo*” (MOTTA, 2013, p. 32, grifo do autor). Numa época em que as pessoas não tem mais acesso direto aos fatos, a testemunha da história é um terceiro, um mediador. Este, ao representar discursivamente a realidade, cria novos significados a ela, com o objetivo de torná-la palatável à compreensão do público, o que exige determinada percepção do universo.

Estuda-se narrativas para “[...] *esclarecer as diferenças entre representações factuais e fictícias do mundo*” (MOTTA, 2013, p. 35, grifo do autor). Isto é, verificar como os recursos linguísticos são empregados para representar a realidade e a ficção de acordo com a intenção dos interlocutores nos atos de fala. O autor dá pistas de como prosseguir na investigação por meio da “vontade de sentido”. Se o enunciado tem o intuito de traduzir fielmente a realidade, o narrador organiza o seu texto de forma dessubjetivada, isto é, descontamina-se do subjetivo poético, e faz uso de uma linguagem referencializada, por meio de referentes externos, como citações e dados, para produzir credibilidade. As narrativas fictícias, por sua vez, fazem uso de uma linguagem que instiga a imaginação e a fantasia do interlocutor.

Uma pergunta frequente quando se fala em narrativas jornalísticas de história dá origem à quarta razão. Ela questiona: “[...] *a lógica narrativa serve igualmente para enunciar fenômenos tão diferentes como a literatura ficcional e a historiografia fática*”? (MOTTA, 2013, p. 41, grifo do autor). Trata-se de um paradoxo para a historiografia levantado por Paul Ricoeur (1994): de uma lado a fidelidade rigorosa aos fatos e acontecimentos; por outro, a inevitável concessão à imaginação para haver uma unidade narrativa compreensível. Para o nosso caso, vale o questionamento: até que ponto uma narrativa jornalística de história pode ser fiel aos acontecimentos? Até que ponto tal relato dá conta de reportar o tempo e o ambiente num recorte de um acontecimento, no caso, a Proclamação da República?

A quinta razão está relacionada à perspectiva da cognição social: compreender “*como os indivíduos e sociedades cotejam o excepcional e o consuetudinário a fim de tornar familiar o que antes não era familiar*” (MOTTA, 2013, p. 53, grifo do autor). Esta razão questiona a negociação entre a canonicidade e a excepcionalidade, pois esta própria disposição do modelo a seguir e de sua ruptura é narrativa e aos meios informativos cabe dar sentido à realidade caótica do mundo. Então, cabe perguntar: como o aparelho narrativo dá conta de narrar os acontecimentos extraordinários?

A sexta e última razão é de ordem prática: “*precisamos estudá-las para melhor contá-*

las” (MOTTA, 2013, p. 58, grifo do autor). Ao estudar as manifestações narrativas, cria-se uma compreensão que enseja o domínio da técnica, logo é possível aperfeiçoá-la e aplicá-la na execução de trabalhos desta natureza.

Entendemos que o texto do livro *1889* (2013), uma obra temporalmente situada num período histórico e escrita por um jornalista, busca criar uma representação factual do mundo baseada em referentes externos. Isto porque o seu texto é composto de citações de historiadores e de dados da época em que se passa a história, o que nos remete diretamente à busca de credibilidade da narrativa. Tal percepção leva-nos a crer que o narrador constitui-se como um mediador que transmite o conhecimento do passado (da historiografia reconhecida no universo acadêmico) para um grande público.

Entretanto, instiga-nos compreender, com base principalmente na 4ª razão apontada por Motta (2013), como este narrador constrói uma narrativa do real e cria as relações que conferem o sentido cronológico da obra utilizando uma lógica narrativa. Isto é, como posiciona um antes e um depois, como cria as causas e os efeitos no entorno do fato principal - a Proclamação da República. Para esclarecer como essa linguagem é constituída, o que nos dará embasamento para uma análise concreta da obra, seguiremos nosso caminho rumo à ciência que estuda a narrativa.

2.3 O que é a narratologia?

Originária das reflexões dos estruturalistas, a narratologia é compreendida como a área de reflexão teórico-metodológica que recorre as orientações epistemológicas da teoria semiótica para estruturar cientificamente uma narrativa ficcional. De forma organicista, ela busca, de acordo com o *Dicionário de Teoria da Narrativa* (1988):

[...] descrever de forma sistemática os *códigos* que estruturam a narrativa, os *signos* que esses códigos compreendem, ocupando-se, pois de um modo geral, da dinâmica de produtividade que preside a enunciação dos textos narrativos. (REIS; LOPES, 1988, p.79, grifo dos autores)

Esta ciência se constitui como um campo de conhecimento autônomo que originalmente procura “formular a teoria das relações entre texto narrativo, narrativa e história” (BAL, 1977,

apud REIS; LOPES, 1988, p. 79). Ela se relaciona com outras áreas do saber: linguística, teorias do texto, teorias da comunicação, pragmática literária, história literária, etc. Apesar de ser comumente associada à literatura, a narrativa faz parte de um contexto comunicacional que abarca as formas de representação humanas, independentemente do contexto e da mídia utilizada.

Sob olhar contemporâneo, Motta (2013) argumenta que a narratologia converteu-se em uma teoria interpretativa da cultura numa situação de comunicação, como um ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos das sociedades. Isto porque quando as pessoas falam, discutem e/ou descrevem o mundo, criam representações mentais sobre a realidade e, por razões cognitivas ou políticas, dão credibilidade e legitimidade a determinadas representações.

A narratologia de Motta (2013) vai além da *mimese* grega, enquanto representação de acontecimentos, pois o homem ao representar um objeto recria a significação original de acordo com seus valores e sua memória, apropriando-se simbolicamente do mundo, e criando expressões linguísticas coesas que dão tessitura às histórias. A narratologia, sob este viés, é a “*teoria da narrativa e os métodos e procedimentos na análise das narrativas humanas*” (MOTTA, 2013, p. 75, grifo do autor).

O autor entende que a narrativa é uma produção cultural de sentidos e a reflexão sobre a narrativa vai além das expressões ficcionais propostas pela literatura clássica, pois abarca o ato de relatar uma sucessão de estados de transformação. Desta forma,

[...] dedica-se ao estudo dos processos de relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias, manifestações orais, por exemplo) ou ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). Procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representação e expressão narrativa da realidade. A produção cultural de sentidos é, portanto, um fator prévio que implica e engloba essa nova narratologia. (MOTTA, 2013, p. 79).

Parte-se, portanto, da ideia que os significados não estão inscritos previamente na realidade, mas dependem de uma co-construção intersubjetiva dos sujeitos sociais, na qual eles apreendem e conceituam a realidade física e cultural em cada situação histórica. Os discursos narrativos, por conseguinte, são constituídos por intermédio de estratégias comunicativas (organizadoras do discurso) e opções linguísticas e extralinguísticas para alcançar determinados

objetivos, conforme Motta (2013).

Analisada desta forma – como um fato cultural num contexto de comunicação – a narrativa lida com a negociação, organização e construção dos significados sociais em uma situação de correlação, de diálogo ou de força, servindo para compreender os valores canônicos de uma cultura e seus desvios. Em outras palavras, entender os mitos, os valores subjetivos, a ideologia política inteira de uma sociedade. O autor declara ainda que só é possível compreender de forma integral o processo narrativo quando o analista considera a narrativa um nexo da relação comunicativa entre narrador e destinatário. Assim, se chega à questão das intencionalidades, da interpretação e da confirmação dos efeitos pretendidos e aos *metassignificados* culturais e ideológicos produzidos em uma situação histórica concreta. Porém, para uma análise profunda dos efeitos pretendidos pelo autor faz-se necessário conhecer os elementos que compõem a narrativa e a tornam possível de ser analisada. É o que nos propomos a seguir.

2.4 Como se forma a narrativa?

Refletir sobre a narrativa é uma atividade complexa, pois requer conhecimento sobre as manifestações humanas e uma linha teórica a seguir. O campo de estudo da narratologia é amplo, pois desde crianças somos introduzidos às narrativas da vida familiar, passamos pelos contos dos primeiros anos de alfabetização, chegamos à leitura dos romances obrigatórios no ensino regular e nos deparamos com inúmeras compreensões de mundo explicadas de forma narrativa, seja na mídia, seja no relacionamento diário com outras pessoas.

Apesar desta diversidade de usos, as narrativas apresentam princípios de composição comuns que podem ser analisados de forma científica, pois narrar implica contar uma história que se movimenta no tempo e no espaço, passando por estados de transformação que criam o sentido e se direcionam a um fim. Narrar é “[...] relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho [...] processos de mudança, processos de alteração e de sucessão inter-relacionados” (MOTTA, 2013, p. 71). Logo, o ato de narrar organiza os fatos em perspectiva, ordena o antes, o durante e o depois, une pontos, relaciona acontecimentos, ajusta significados parciais em sucessões de tempo, afim de criar significações e explicações estáveis.

O professor e pesquisador Salvatore D’Onofrio resume a narrativa da seguinte forma: “[...] todo o discurso que nos apresenta uma história imaginária como se fosse real, constituída por uma pluralidade de personagens, cujos episódios da vida se entrelaçam num tempo e num espaço determinados” (D’ONOFRIO, 2006, p. 53). Tal perspectiva amplia o campo de ação da narrativa a manifestações além da literatura ficcional:

[...] a narrativa não se realiza apenas no plano de realização estética própria dos *textos narrativos literários*; ao contrário, por exemplo do que ocorre com a *lírica*, a narrativa desencadeia-se com frequência e encontra-se em diversas situações funcionais e contextos comunicacionais (narrativa de imprensa, historiografia, relatórios, anedotas etc.), do mesmo modo que se resolve em suportes expressivos diversos, do verbal ao icônico, passando por modalidades mistas verbo-icônicas (histórias em quadrinhos, cinema, narrativa literária etc.). (REIS; LOPES, 1988, p. 66, grifos dos autores).

Para além das ocasiões e suportes, como recurso humano, a narrativa está presente onde está o homem enquanto autor de um enunciado dramático da realidade que pretende envolver o público. A narração não é um conto ingênuo, é uma atitude argumentativa, persuasiva e envolvente, pois quem narra pretende produzir determinados efeitos de sentido por meio da narração. Esta constitui sentido independentemente de os fatos serem verdadeiros ou falsos, isto porque ela tem [...] “uma estrutura interna de conexão que determina a sua configuração integral. Não é de se surpreender, portanto, que maneiras opostas de relatar fatos, como a história e a literatura, utilizem a forma narrativa” (MOTTA, 2013, p. 73).

Reis e Lopes (1988) sustentam que o processo narrativo se dá por três vias: distanciamento, exteriorização e dinâmica temporal. O distanciamento se dá quando o narrador exerce uma alteridade em relação ao objeto, de forma a ter uma propensão cognitiva do acontecimento. A exteriorização refere-se à tentativa de caracterização neutra pelo narrador de um universo autônomo, composto por personagens, tempo, espaço, eventos e a disposição destes elementos no enunciado. Por fim, a dinâmica temporal diz respeito à história relatada e ao discurso, pois o ato de contar representa uma temporalidade ao mesmo tempo que inscreve este discurso no tempo.

Após estes conceitos básicos para a compreensão do fenômeno narrativo, apresentamos uma explanação sobre os atores que participam da comunicação narrativa e exploramos a ideia de estratégia narrativa. Tal revisão faz-se necessária para entender as vozes que carregam sentido na narrativa, visto que precisamos percebê-las em seus diálogos com o elemento que nos instiga na nossa pesquisa: o tempo.

2.5 Quem fala na narrativa?

A construção da narrativa se dá pela interação entre atores que constroem o significado reciprocamente e interferem de forma interna ou externa no texto. Muniz Sodré (2009), distingue duas formas de compreender um acontecimento linguístico por meio destas injunções internas e externas: o enunciado e a enunciação. O primeiro é o resultado da interação dos agentes inseridos na prática social de linguagem, geralmente no texto; a segunda diz respeito às circunstâncias que geraram a comunicação.

Desta forma, a abordagem da narratologia seria a que dá ênfase ao enunciado em si, enquanto a enunciação seria o estudo das características históricas, sociológicas e psicológicas que cercam o enunciado. A análise interna do enunciado comporta diversas vozes, reais e fictícias, que colaboram no desenvolvimento da comunicação em si. A teoria literária explica a questão das vozes narrativas e os conceitos de *autor* e *narrador* e de *leitor* e *narratário* para evitar possíveis erros de análise e interpretação.

Uma entidade exterior à obra, o *autor* é uma autoridade projetada discursivamente sobre o receptor, materialmente responsável pela narrativa no que tange às instâncias da autoria, nos planos estético-cultural, ético, moral, jurídico e econômico-social. De acordo com o pesquisador argentino Óscar Tacca, é o “escritor que põe todo o seu ofício, todo o seu passado de informação literária e artística, todo o seu caudal de conhecimento e ideias [...] ao serviço do sentido unitário da obra que elabora” (TACCA, 1983, p. 19). Ele está por detrás do narrador, arranjando, aclarando e completando o texto. Sua imagem não é a mesma para todas as obras, mas diferente para cada uma. Introduzido num contexto histórico, econômico, cultural e estético, o autor dificilmente se exime às injunções da sociedade que o cerca, pois sua criação de uma forma ou outra exprime o seu local e o seu tempo.

O autor reforça sua importância nas relações dialógicas que mantém com o narrador, entendido como autor textual concebido pelo escritor. Esta ligação é instaurada por dois parâmetros, segundo Reis e Lopes (1988). O primeiro refere-se às incidências histórico-culturais sobre o autor e a produção literária deste; o segundo alude à imagem deduzida do narrador por sua implicação subjetiva no enunciado narrativo, muitas vezes reagindo ao julgamento dos personagens e/ou revelando aspectos extradiegéticos no texto. “Se o autor corresponde a uma entidade real e empírica, o narrador será entendido fundamentalmente como autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o

discurso” (REIS; LOPES, 1988, p 61).

Desta forma, o *narrador* existe por meio das palavras e sua função é enunciar a estratégia narrativa da história. Ele detém uma voz observável por meio de vestígios discretos de sua subjetividade, que profere uma ideologia ou apreciação sobre os eventos e os personagens envolvidos no enredo. “A escolha do romancista não é feita entre duas formas gramaticais, mas entre duas atitudes narrativas (cujas formas são apenas uma consequência mecânica): fazer contar a história por uma das suas “personagens”, ou por um narrador estranho a história” (GENETTE, 1980, p. 242-243). O narrador se manifesta de duas formas: extradiegético, quando não está na história, ou intradieético, quando é um dos personagens da história.

O *narratário* é uma entidade de existência textual, um sujeito não explicitamente citado, formado por palavras que criam uma forma aparente daquele que “recebe” o texto, e a quem o narrador focaliza suas atenções para determinar a estratégia narrativa. Constitui um elo entre narrador e leitor, pois ajuda a precisar o enquadramento da narração, caracterizar o narrador, que em função do narratário, destaca certos temas e faz avançar a intriga. Portanto, o narratário torna-se o porta-voz moral da obra.

Ao escrever um texto narrativo o autor concebe um leitor, cujas diretrizes histórico-culturais e ideológico-sociais julga conhecer e, baseado neste saber, perfilha estratégias para gerar expectativas à recepção do relato. Reis e Lopes (1988) identificam os perfis de leitor:

Leitor ideal: é uma entidade sofisticada que compreende perfeitamente todas as intenções do autor.

Leitor modelo: detém uma capacidade de cooperação textual que configura uma competência narrativa perfeita.

Leitor pretendido: aquele que é projetado de acordo com as disposições culturais do público percebidas pelo autor.

Leitor implicado: sujeito virtual, não identificado com o leitor real, para o qual o texto é construído como estrutura a decodificar. É a ideia de um leitor possível na cabeça do autor, que não necessariamente vá corresponder ao leitor real.

Para seduzir o narratário, o narrador recorre a estratégias narrativas. Por conseguinte, antes de adentrarmos na concepção própria para este termo, vamos destacar o conceito de *estratégia* e as diferenças entre os conceitos de *estratégia textual* e *estratégia narrativa*.

Segundo Reis e Lopes (1988), recorre-se ao termo *estratégia* quando se pensa em uma atitude organizativa que utiliza instrumentos e opções táticas precisas para se atingir um objetivo estabelecido previamente. Nos estudos literários, entende-se que *estratégia* é o trabalho descritivo das entidades organizativas que participam da comunicação literária. Conforme Wolfgang Iser³:

As estratégias organizam, por conseguinte, tanto o material do texto, quanto suas condições comunicativas. Por isso, elas não podem se confundir nem com a representação, nem com os efeitos do texto, mas sucedem em um momento anterior àquele em que esses termos podem ser relevantes. Pois nelas a organização do repertório imanente ao texto coincide com a iniciação dos atos de compreensão do leitor. (ISER, 1996, p. 159).

A *estratégia textual* consiste em uma atitude de configuração da narrativa em que o autor coloca uma força elocutiva capaz de incutir um determinado efeito no leitor modelo. Ela se dá por meio da escolha do autor por um gênero literário, a predileção de certos signos linguísticos em detrimento de outros e as articulações sintáticas adequadas a tal estratégia; o que compreende uma competência cognitiva do leitor à exigência da estratégia textual instaurada.

Já o conceito de *estratégia narrativa* está direcionado à ideia de narratividade, quando o narrador configura um cenário comunicativo particular em função do narratário. Ou seja, como protagonistas, o narrador (sujeito fictício) partilha de procedimentos narrativos que tem por fim provocar determinados efeitos no narratário (também sujeito fictício). Tais efeitos têm a ver diretamente com o contexto em que se situa a narrativa e as suas dominantes temáticas, metodológicas e epistemológicas.

Para atingir os objetivos que persegue, o narrador opera com códigos e signos técnico narrativos, também eles suscetíveis de serem sugeridos por imposições periodológicas: uma certa demonstração do *tempo* (p. ex.: uma articulação retrospectiva pode apoiar uma demonstração de tipo causalista e determinista), o destaque conferido a certas *personagens* em prejuízo de outras, a orquestração de *perspectivas narrativas*, etc. (REIS; LOPES, 1988, p. 110)

³ Professor alemão, expoente da Teoria da Recepção, que fundamenta a crítica literária alemã.

A obra em questão trata sobre os efeitos estéticos capazes de despertar certos efeitos no leitor, destacando seu papel na constituição do sentido da obra literária.

Temos, portanto, que o autor é uma entidade real que vive um período histórico, anterior à comunicação da narrativa, cujo conteúdo da obra é de sua responsabilidade. Este autor/escritor orienta o autor textual da obra – o narrador, que enuncia uma estratégia narrativa de acordo com a estratégia textual anterior proposta pelo autor. A estratégia narrativa é direcionada de forma expressa ou tácita ao narratário, um sujeito não mencionado, um elo entre narrador e leitor. O leitor é uma entidade real, assim como o autor, a quem são elaboradas as estratégias de comunicação de acordo com as predisposições do autor. Os elementos desta estratégia são explicitados a seguir.

2.6 Onde se encontram os elementos para analisar a narrativa?

As estratégias de comunicação remetem diretamente à disposição e organização dos elementos narrativos. Abrem-se novas perguntas. De que é feita a narrativa em si? Quais são os elementos que formam uma narrativa? Tais questionamentos nos levam a demarcar as partes constitutivas de significado e a elencá-las, pois a narrativa só pode ser compreendida em sua totalidade se os elementos que a compõe forem avaliados em sua natureza dialógica. Vejamos a seguir.

Quem vive os acontecimentos são os personagens, num determinado tempo e espaço, ambientado de uma forma, e para estruturar esse enunciado é necessário um narrador. Gancho (2006) apresenta os cinco elementos para a constituição da narrativa: enredo, personagem, tempo, espaço e ambiente. Vejamos eles separadamente.

Enredo: o conjunto dos acontecimentos de uma história recebe esta nomenclatura. Dois conceitos são importantes para compreender o enredo: diegese e discurso. Duas questões são fundamentais para a análise do enredo: sua natureza ficcional e sua estrutura. A verossimilhança, concebida por Aristóteles (2004), como a lógica interna do enredo, que o torna verdadeiro para o leitor. Isto significa que os fatos de uma história não precisam ter ocorrido no universo heterodiegético, mas devem ser verossímeis, pois o leitor deve acreditar no que lê. Na narrativa isto é percebido na relação causal do enredo, ou seja, os fatos tem uma causa e uma consequência.

Para compreender estas partes que compõem o enredo (sua estrutura) é preciso remontar

o elemento estruturador do começo e do fim: o conflito. Seu objetivo no enredo é criar expectativa do público frente aos fatos. “Conflito é qualquer componente da história (personagens, fatos, ambientes, ideias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história e prende a atenção do leitor.” (GANCHO, 2006, p. 13). Portanto, o conflito se dá pela tensão entre a intenção do protagonista e uma força opositora (um personagem, o ambiente ou até o seu universo psicológico).

Personagem: é quem executa o enredo. Mesmo que tenha como base uma pessoa real, é sempre invenção, pois pertence à história narrada e só existe no enredo. Sua presença é percebida na história pelo que faz ou pelo julgamento que fazem dele outros personagens. Quanto ao papel desempenhado no enredo, pode ser protagonista herói ou anti-herói, ou, em oposição, antagonista, além dos personagens secundários.

Tempo: refere-se ao componente da narrativa que estrutura as relações passado-presente-futuro e os aspectos incoativo-durativo-terminativo. “Enquanto as artes plásticas são espaciais, a ficção literária é uma arte predominantemente temporal: toda diegese pressupõe um começo, um meio e um fim” (D’ONOFRIO, 2006, p. 99). Mais detalhes serão abordados no capítulo sobre o tempo na narrativa.

Espaço: de forma simplista, é onde se passa a narrativa. Situa onde ocorrem as ações do personagem ao mesmo tempo em que interage com este influenciando pensamentos, ações e emoções.

Ambiente: “lugar” psicológico, social, econômico em que vive o personagem. É a soma de tempo e espaço, acrescida de um clima moral, religioso, socioeconômico, psicológico, entre outros. De acordo com Gancho (2006), o ambiente situa os personagens nas condições em que vivem, projeta os conflitos vividos por cada um ou até entra em conflito com eles.

Narrador: guia da história, assume uma perspectiva frente aos fatos. Em primeira pessoa participa do enredo como qualquer personagem, tem seu campo de visão limitado, mas pode ser narrador testemunha dos fatos, assim como protagonista do enredo. Em terceira pessoa se posiciona fora dos fatos e tende a ser mais imparcial, podendo ter onisciência e onipresença. Como o narrador da obra é um jornalista, vamos nos ater a conceituação proposta por de D’Onofrio (2006), que resume os tipos de narrador em terceira pessoa. Vejamos a seguir:

a) Narrador onisciente neutro: é aquele que sabe o que acontece no passado e no presente, principalmente no íntimo de cada personagem.

b) Narrador onisciente intruso: similar ao neutro, este tem poder de parar a narrativa para emitir o seu juízo de valor sobre os acontecimentos.

c) Narrador onisciente seletivo: o narrador, sujeito do discurso, simultaneamente apresenta os pontos de vista dos personagens por meio de sua própria interpretação.

d) Narrador-câmera: é aquele que narra uma obra descritiva, como um observador imparcial, pois não tem como penetrar na consciência de cada personagem e não é onipresente.

Acreditamos ser válido salientar estas relações entre os interlocutores e os elementos que compõe a narrativa, pois entendemos que existe uma vinculação direta entre eles na obra em análise. Isto porque o autor adota uma estratégia textual do gênero de grande reportagem sobre a história, visando um público heterogêneo (sem um conhecimento prévio dos assuntos abordados).

No discorrer do texto, entretanto, a estratégia narrativa traz elementos do romance, o que nos remete à confluência do jornalismo com a literatura. Esta estratégia narrativa é executada pelo narrador onisciente neutro, capaz de narrar os acontecimentos do século XIX e contextualizá-los aos do século XXI, com vistas a alcançar este público heterogêneo. Deste modo, acreditamos estar diante de uma narrativa híbrida, mescla de jornalismo, literatura e história (como veremos no próximo capítulo).

Entendemos, por fim, que a evolução do pensamento sobre a narrativa desde os filósofos clássicos até os teóricos contemporâneos nos traz lastro para compreender a aplicação do raciocínio narrativo para instituir sentido sobre a realidade. Além do mais, nos traz embasamento à percepção dos interlocutores presentes no enunciado, além dos elementos que constituem sentido à totalidade. A partir desta visão geral sobre a narrativa, poderemos ver como se dá o diálogo entre tais elementos na construção do livro *1889* (2013), no qual, acreditamos ocorrer a convergência entre as três áreas: o jornalismo, a literatura e a história. Neste caminho seguiremos no próximo capítulo.

3 A COMPLEXIDADE DO TEMPO

Após a revisão da evolução do pensamento sobre a narrativa e sua conceituação na narratologia, além das ligações entre as partes que constituem sentido no enunciado, ingressaremos no estudo do elemento narrativo que nos instiga particularmente nesta pesquisa: o tempo.

Começaremos por lembrar as diferentes manifestações do tempo para o homem para, em seguida, salientar a relação entre o ato de narrar e a experiência de tempo humana, explicitada nos enunciados. Vamos buscar ideias pertinentes da temporalidade nas reflexões estruturalistas e então explorar o pensamento de Paul Ricoeur (1994) sobre o tempo e a narrativa em sua tripla mimese, pois entendemos que este pensador é uma referência fundamental para se compreender o tempo enquanto criação do homem. Em seguida, observaremos as duas instâncias em que ele se manifesta: o *tempo do discurso* e o *tempo da história* e, logo depois, as partes que as constituem.

Na segunda metade do capítulo buscaremos compreender o tempo enquanto vetor essencial para a configuração da narrativa do jornalismo e da história, pois entendemos que tradicionalmente estas áreas fazem uso de percepções diferentes do tempo. Enquanto o primeiro trabalha com os fatos do tempo presente, a historiografia se preocupa com os fatos passados. Desta concepção surge um questionamento: no livro, o autor, escreve uma reportagem jornalística sobre um período da história. Compreendemos, grosso modo, que o narrador converge duas concepções de tempo distintas num único texto. O que emerge desta construção? Acreditamos que encontraremos um caminho para responder esta questão nas linhas que seguem.

Vale salientar que concordamos com D'Onofrio (2006), para quem a categoria do tempo, assim como a do espaço, pode ser considerada um elemento particular de enfoque numa narrativa. A cronoanálise, nas palavras do autor, pode nos guiar a captar uma significação autônoma, pois os significados são suscetíveis de serem definidos por sua qualidade temporal, vista como um componente sintático semântico.

3.1 O que se pensa sobre o tempo

Todos nós temos uma compreensão prévia sobre o tempo, pois a utilizamos para organizar nossa vida cotidiana. Entretanto, por mais praticidade que tenhamos em lidar com ele, ainda

enfrentamos dificuldades em conceituá-lo. Isto porque sua presença entre nós remonta à própria presença de seres vivos na Terra, como nos lembra Stephen Hawking (1999). O tempo, então, nos parece como algo abstrato e possível de ser sentido somente por nossa intuição, conforme nossa compreensão da vida.

A concepção de tempo recebe, assim, estímulos relacionados tanto à percepção subjetiva (interior) como à experiência cultural (exterior) de cada sujeito, o que o torna complexo de ser explorado pelas ciências, visto suas possibilidades de interpretação. Entretanto, o tempo é conceituado em sua multiplicidade pelo filósofo e crítico literário Benedito Nunes, que discute na obra *O tempo na narrativa* (1988), as formas pelas quais ele se manifesta à percepção dos homens.

O autor inicialmente aponta duas concepções de tempo: o *tempo físico* e o *tempo psicológico*. O *tempo físico* diz respeito ao movimento do universo que nos cerca, medido em grandezas físicas. Já o *tempo psicológico* refere-se à experiência dos estados emocionais e é a expressão temporal humana. Ambos têm uma direção que foge ao nosso alcance e são irreversíveis, pois o instante vivido, tanto sob o aspecto *físico* (temporal) como o *psicológico* (causal), jamais volta a ser vivenciado e pode, no máximo, ser projetado em nossa mente. Por exemplo, o prazer de ler uma obra, num determinado momento, jamais pode ser refeito e sentido da mesma forma novamente.

Além destas, Nunes (1988) conceitua mais três modalidades de tempo, as quais são utilizadas conceitos de estudos separados, mas com intersecção diretas com a narrativa. O *tempo cronológico* diz respeito aos acontecimentos firmados nos calendários, que servem de eixo referencial para a vida em sociedade (nascimento de Cristo, Hégira, por exemplo). Deste surge o *tempo histórico*, o qual se baseia no sistema dos calendários para representar as formas históricas de vida, sob dois intervalos: curtos (fatos singulares, guerras, revoluções,) e longos (processos, como, formação do feudalismo, advento do capitalismo etc.).

Em concordância com Benveniste (1976), Nunes (1988) destaca, por fim, o *tempo linguístico*, em que o momento da fala traz a ideia do passado e do futuro enquanto momentos possíveis por meio da intersubjetividade da comunicação.

O que o tempo linguístico tem de singular é que está organicamente ligado ao exercício da palavra, definindo-se e ordenando-se como função do discurso. Esse tempo tem seu centro - um centro gerador e axial ao mesmo tempo - no presente da instância da palavra. (BENVENISTE, 1976, p. 73)

Neste caso, o tempo do enunciado é vinculado às coordenadas espaço-temporais

fornecidas pelo *tempo cronológico*, o que ocorre quando as personagens, no texto narrativo, posicionam os acontecimentos sob um enquadramento temporal. “Na narrativa, a ordem temporal e a ordem causal se distinguem mas dificilmente se dissociam.” (NUNES, 1988, p. 19)

Este caráter narrativo da experiência temporal é o que nos interessa na nossa pesquisa, pois, em concordância com o romancista alemão Thomas Mann, acreditamos que o tempo “é o elemento da narrativa, assim como é o elemento da vida; está inseparavelmente ligado a ela, como aos corpos no espaço.” (MANN, 1980, p. 601). Logo, interessa-nos, sobretudo, estudar como o tempo da vida é representado no nosso objeto de estudo. Sigamos adiante, focalizando nossas atenções no *tempo linguístico*.

Toda história comporta um começo, um meio e um fim. Logo, o tempo é o componente que dá conta de situar as relações entre o passado, o presente e o futuro no enunciado. Propp, na sua pesquisa sobre a estrutura do conto maravilhoso (1984), de fundamental importância para o formalismo e as correntes teóricas que se seguiram na literatura, confere primazia ao fator tempo. A irredutibilidade da ordem cronológica nos contos maravilhosos o faz ver a estrutura destas narrativas como uma sucessão real de 31 funções, conforme Reis e Lopes (1988). Ou seja, as narrativas criam de alguma forma um tempo limitado do texto para situar o leitor em uma época e oferecer-lhe um ritmo dos acontecimentos relatados, separando-o da temporalidade real.

Na metade do século passado, ao refletir sobre as combinações que criam significados no texto, Barthes (2008) pergunta: há por trás do tempo da narrativa uma lógica intemporal? O próprio autor responde que a oposição de Aristóteles (2004), na *Poética*, entre a tragédia (definida pela unidade de ação) e a história (definida pela pluralidade de ações e unidade de tempo) sobrepõe a lógica sobre a cronologia. Por conseguinte, nesta visada estruturalista, o tempo pertence à física e não é visto enquanto instância de composição do discurso. Sua visão é amparada numa frase do antropólogo e filósofo belga Claude Lévi-Strauss: “A ordem de sucessão cronológica resolve-se em uma estrutura matricial atemporal” (LEVI-STRAUSS, apud BARTHES, 2008, p. 38).

A partir desta escolha, o autor diz ser possível encontrar uma descrição estrutural da ilusão cronológica, isto é, a lógica narrativa latente que cria o tempo narrativo.

[...] a temporalidade não é mais do que uma classe estrutural da narrativa (do discurso), tudo como se na língua, o tempo não existisse a não ser sob a forma de *sistema*; do ponto de vista da narrativa, o que chamamos tempo não existe, ou ao menos só existe funcionalmente, como elemento de um sistema semiótico: o tempo

não pertence ao discurso propriamente dito, mas ao referente; a narrativa e a língua só conhecem um tempo semiológico; o “verdadeiro” tempo é uma ilusão referencial, “realista” [...] (BARTHES, 2008, p. 38, grifo do autor)

As reflexões de Barthes (2008) ocorreram no contexto de afirmação do estruturalismo enquanto modelo teórico da narratologia, quando os pesquisadores tentavam descobrir princípios no texto para criar teorias consistentes à análise estrutural da narrativa, nas décadas de 1950 e 1960. Acreditamos ser este o motivo pelo qual o autor opta por considerar o tempo como elemento secundário exterior ao discurso, pois, naquele momento, os teóricos buscavam encontrar os princípios mais generalizantes do enunciado. Entretanto, tal perspectiva é importante por distinguir a referência temporal externa ao texto e a “ilusão referencial” semiótica inculcada no discurso.

Como lembra Motta (2004), em pesquisa sobre a configuração da história do presente, na busca para sistematizar o conjunto do texto, a epistemologia estruturalista acabou por focalizar as qualidades internas do discurso e empurrou a matriz da narratividade⁴ para fora da estrutura de tempo e da ação comunicativa. Com a evolução dos estudos, novas abordagens enriqueceram a abordagem sobre o tempo, tanto o que envolve o discurso como aquele diretamente relacionado à história externa.

Gerard Genette, também pensador estruturalista, traz contribuições significativas sobre o tempo narrativo em sua crítica literária a partir da obra *Figuras* (1972). Na visão do autor, embora haja um narrador anterior, as marcas da narrativa são encontradas na relação do texto com o leitor, quando o universo textual é reconfigurado.

O tempo das obras não é o tempo definido do ato de escrever mas o tempo indefinido da leitura e da memória. O sentido dos livros está na frente deles e não atrás, está em nós: um livro não é um sentido acabado, uma revelação que devemos receber, é uma reserva de formas que esperam seu sentido (GENETTE, 1972, p. 129).

A narrativa então é uma unidade sob a qual se pode encontrar um sistema de relações entre a narração e sua configuração espaço-temporal, visto que é possível narrar uma história sem especificar o local em que ela acontece, mas é determinante situar o leitor no tempo. Desta forma, Genette (1972) diferencia quatro modalidades de tempo na narração: *ulterior*, tradicional narração do passado, na qual o emprego do tempo pretérito não indica com precisão a distância temporal do momento da narração ao momento da história; *anterior*, normalmente no futuro,

⁴ Compreendemos, baseados em Reis e Lopes (1988), que narratividade refere-se às qualidades internas dos textos narrativos que situam as transformações (surgimento do descontínuo no contínuo) e criam sentido à narrativa.

mas também no presente, é a narração sem maior investimento literário que sugere uma profecia, uma predestinação; *simultânea*, é a narração contemporânea à ação do presente; e, finalmente, a *intercalada*, a narração mais complexa segundo o autor, na qual vários tempos de ação se misturam mutuamente a ponto de um reagir sobre o outro.

A estas reflexões, urge revisar o pensamento do filósofo francês Paul Ricoeur (1994) sobre o tempo e a narrativa. Ainda que não pertença às linhas de pensamento conceituadas anteriormente (Formalismo Russo, Estruturalismo e Pós-estruturalismo) faz-se necessário para o desenvolvimento do nosso trabalho entender a concepção de tempo deste autor, pois é uma referência para a discussão que nos propomos.

3.2 O tempo e a narrativa segundo Ricoeur

Em 1984, Paul Ricoeur vai além da abordagem da narratologia em voga até então (cujo objetivo era encontrar uma identidade imanente no texto) lançando *Tempo e narrativa* (1994). A obra se torna uma referência na discussão sobre o assunto, pois sua pesquisa hermenêutica aborda o raciocínio temporal do homem e a constituição das narrativas, contexto no qual nossa pesquisa se insere.

Se o passado não existe mais, o futuro é apenas uma previsão e o presente é apenas um momento fugaz, como entender o tempo? Conforme Ricoeur (1994), existe uma relação mútua entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana que apresenta uma necessidade transcultural. Dito de outra forma: “Que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 1994, p. 85). Narrar, então, é uma forma de se fazer presente no mundo, entendê-lo e constituí-lo, pois tudo o que se desenvolve no tempo pode ser contado e tudo o que é contado acontece num determinado tempo.

Ricoeur (1994) defende que a identidade de um texto narrativo deve ser investigada no caráter temporal da experiência humana, porque a narratividade e a temporalidade formam um círculo, cujas metades se complementam. O teórico utiliza como base de sua tese duas introduções históricas independentes, separadas por séculos: as aporias⁵ sobre o tempo nas *Confissões*, de Santo Agostinho (1996), e a teoria da intriga (*muthos*) na *Poética*, de Aristóteles

⁵ Aporia refere-se às incertezas decorrentes da impossibilidade de responder uma questão filosófica complexa, como o tempo, conforme o Dicionário Online de Português.

(2004). A escolha se dá porque uma das obras questiona a natureza do tempo sem se preocupar necessariamente com a estrutura da narrativa, e a outra reflete sobre a intriga sem se preocupar em analisar o tempo.

De Agostinho (1996), a dificuldade de entender o tempo é repensada, partindo do pressuposto paradoxal do presente entre o passado enquanto experiência e o futuro como expectativa. Logo, existe um triplo presente, o presente dos fatos passados, dos atos presentes e dos acontecimentos futuros. Como destaca Nicolazzi (2003), o movimento narrativo alterna entre ampliar a expectativa (do futuro) por meio do encurtamento do espaço da experiência ou, ao contrário, pela extensão da memória (passado) em contrapartida à redução da espera. A ação, desta forma, cessa com os padrões lineares do tempo cronológico.

Esta ação é configurada no texto por meio da intriga, responsável por conjugar os eventos que criam significado (causas, circunstâncias, objetivos, iniciativas, interações etc.), e formar uma síntese dos atos humanos, isto é um começo, um meio e um fim, na perspectiva de Aristóteles (2004). Segundo Ricoeur (1994), surge então um intercâmbio temporal por meio da ação efetiva da intriga, na qual tudo é organizado, sobretudo, em uma unidade temporal de uma ação significada na narrativa.

Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda: “Que é pois o tempo?” – pergunta Agostinho. “Se ninguém me pergunta, sei, se alguém pergunta e quero explicar, não sei mais.” É na capacidade da ficção de refigurar essa experiência temporal, presa às aporias da especulação filosófica, que reside a função referencial da intriga. (RICOEUR, 1994, p. 12)

Partindo desta concepção da função referencial da intriga⁶, estruturada pelo tempo, o autor defende que o mundo apresentado por uma obra narrativa é sempre envolto em ações humanas desenvolvidas num enredo por uma noção de presente, passado e futuro. O aspecto temporal ganha relevância para a construção de uma direção do enunciado e, neste ponto, conforme Ricoeur (1994), está o desafio de construir uma identidade e uma verdade por meio do caráter temporal da experiência humana no texto, tanto na ficção, como na historiografia e, a nosso ver, na narrativa jornalística. A pesquisadora Marialva Barbosa (2006) ressalta este ponto:

⁶ Entendemos a intriga a partir da concepção de Ricoeur, como imitação ou representação da ação, por meio da linguagem, que agencia os fatos: “A imitação ou representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (RICOEUR, 1994, p. 60).

[...] ao transformar os acontecimentos em história, ou ao possibilitar que se retire dos acontecimentos uma história inteligível, o que os textos jornalísticos instauram é a construção da intriga, constituindo-se em uma espécie de mediadores entre o acontecimento e a história. (BARBOSA, 2006, p. 141).

Antecipando a discussão, lembramos que nosso objeto segue uma lógica diferente do jornalismo cotidiano, explicado pela autora. O texto parte de uma intriga (A Proclamação da República) e relata os eventos antecedentes e subsequentes que contextualizam esta intriga, o que dá voz às manifestações narrativas do tempo. Isto porque estas manifestações remetem às referências utilizadas pelo autor, o que remonta à terceira razão para estudar as narrativas, apontada por Motta (2013), já citada no primeiro capítulo. Defendemos que o enunciado em questão busca traduzir da forma mais fiel possível a realidade, pois o narrador exclui o subjetivo do texto e utiliza referentes externos para constituir credibilidade à narrativa.

Mas estas questões serão levantadas no capítulo a seguir. O que nos interessa aqui, sobretudo, é que as reflexões de Ricoeur sobre a configuração da narrativa de história também podem ser aplicadas às do jornalismo, pois ambas remontam o passado por meio da memória e representam discursivamente esta realidade. Sigamos, pois, nos estudos de Ricoeur, em especial na sua concepção das três mimeses na narrativa.

3.3 As três mimeses de Ricoeur

Ricoeur (1994) entende que qualquer análise sobre a narrativa deve dar atenção não só ao enunciado em si, mas ao universo referente que antecede o texto e ao destinatário que o sucede: “*Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado*” (RICOEUR, 1994, p. 87, grifo do autor).

Deste modo, sua conceituação sobre os três atos que configuram a mimese⁷ e, consequentemente, a narrativa, o referente e o destinatário são vistos como protagonistas no ato de configuração da narrativa. O autor nomeia estes atos de *mimese I* (tempo do autor), *mimese II* (tempo do texto) e *mimese III* (tempo do leitor). Vejamo-los a seguir, com um olhar atento sobre os aspectos temporais expostos pelo autor.

⁷ Partimos da compreensão de mimese enquanto representação, segundo Ricoeur (1994, p. 11): “retorno à pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, entrada no reino da ficção, finalmente configuração nova por meio da ficção da ordem pré-compreendida da ação”. Nessa compreensão, a mimese não remete somente ao sentido tradicionalmente atribuído ao termo da imitação de algo existente como em Aristóteles (2004), mas à ação criada na narrativa.

Mimese I: é a base pré-narrativa, constituída pelo universo exterior ao texto que serve de base à narrativa, tanto a ficcional como a histórica: [...] imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade [...] (RICOEUR, 1994, p. 101)

Nesta primeira representação é exigida uma competência preliminar para identificar os traços que constituem o mundo e a ação, pois o tempo só se torna possível de ser explicado pela memória. Isto se dá em três dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A primeira refere-se às regras necessárias para um enunciado inteligível de acordo com uma tradição narrativa. A segunda diz respeito às manifestações culturais e morais já representadas simbolicamente numa cultura. A última remete ao tema deste capítulo: a temporalidade. Esta é articuladora dos sentidos, tendo como base as possibilidades das quais é portadora. O autor esclarece esta relação da seguinte forma:

Primeiro, se é verdade que a intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação em *geral* por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação *articulada* da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que chamo de as *mediações simbólicas* da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural (...) adotou. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente *temporais*, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação a ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la. (RICOEUR, 1994, p. 88, grifos do autor)

Amparado na antropologia cultural, o filósofo afirma que compreender a história é perceber a linguagem e a tradição simbólica da cultura que precede a intriga. Desta forma, as regras dão forma e direção para situar a narrativa na cultura, alcançando os pressupostos éticos, que oferecem uma hierarquia de valores do bem e do mal, cujos problemas ao autor cabe resolver numa compreensão de tempo hipotética no texto.

Mimese II: o cerne da questão. É o elo entre a *mimese I* e a *mimese III*. Interna ao discurso, ela surge a partir da organização textual da tessitura da intriga em um espaço temporal narrativo, que configura a relação humana com o tempo.

Essa relação humana com o tempo se realiza através da intratemporalidade (ser-no-tempo), onde o conceito "vulgar" do tempo cronológico (sucessão de agora-abstratos) é dessubstancializado para dar lugar a um tempo existencial, unia grandeza relacionada às nossas preocupações com a morte, com o reter (passado) e com a espera (futuro). (MOTTA, 2004, p. 12)

Por tessitura da intriga, Ricoeur (1994) entende a operação que extrai de uma simples sucessão de ações um tensionamento, responsável por três atos: fazer a mediação entre incidentes de um indivíduo e uma pluralidade de acontecimentos da história, compor fatos heterogêneos como agentes, fins, meios, circunstâncias, etc., e realizar um resumo do heterogêneo temporal. Isto é, combinar duas dimensões temporais: uma cronológica (a história constituída por acontecimentos) e a configurante (a unidade não cronológica à qual a intriga transforma os acontecimentos em história).

A *mimese II* é o ato de dispor e tecer a intriga, dar sentido ao mundo e abrir possibilidades de emergir novas interpretações dele. A mediação dela se dá pelo dinamismo que oferece entre a integração de elementos no campo do texto para a interpretação posterior, na ordem da ação do e dos seus traços temporais (Ricoeur, 1994). Logo, a conclusão não é o fim da intriga, mas um ponto final sob o qual a história pode ser percebida como um todo. É o resumo do tempo narrativo linear e a dimensão configurante, responsável por transformar a sucessão de incidentes em um todo significativo. Como afirma Düren (2013), a *mimese* coexiste com a intriga, cuja função é reger a *mimese* no interior da narrativa.

Mimese III: é quando a narrativa é reconfigurada pela recepção do destinatário, concluindo a mediação entre tempo e narrativa. Na leitura, o receptor dialoga com as coerções textuais, as interpreta e conclui a comunicação. “O texto é um conjunto de instruções que o leitor individual ou público executa de modo passivo ou criador. O texto só se torna obra na interação entre o texto e o receptor” (RICOEUR, p. 118). Ou seja, um texto pode criar diferentes interpretações para diferentes agentes de leitura.

Cabe lembrar que esta revisão esclarece o contexto em que se situa nossa pesquisa, pois nossa análise será centrada na *mimese II*, quando o tempo do texto é explicitado. Isto porque nosso enfoque está na construção textual do autor jornalista sobre um tema histórico. Portanto, nos interessa como o narrador configura a suas estratégias narrativas, por meio de reminiscências às categorias temporais que trabalharemos na metodologia, e cria um todo significativo.

Por hora, após esta introdução filosófica sobre o que é o tempo humano enquanto instância narrativa, mas que a transcende, nos debruçaremos especificamente sobre os elementos temporais que se manifestam nos texto, visando, sobretudo, as categorias de análise do tempo narrativo com vista a nosso objeto de pesquisa.

3.4 Elementos para analisar o tempo numa narrativa

O tempo narrativo é o resultado da articulação de duas dimensões temporais, pois, ela “abre-nos, a partir do tempo que toca à realidade, um outro que dela se desprende. Assim, é forçoso concluir que ela abrange dois tempos em vez de um só. (NUNES, 1988, p. 15). Reis e Lopes (1988), em concordância com Genette (1972), as denominam de *tempo da história* e *tempo do discurso*. Vejamos a seguir como estas dimensões aparecem na narrativa, acrescentando as contribuições de outros autores que se debruçaram sobre o tema.

3.4.1 Tempo da história

É múltiplo e a sua vivência desdobra-se pelos personagens que ocupam o universo diegético. Em primeira instância, entende-se que é o *tempo cronológico* dos eventos que compõem a história, suscetíveis de serem datados com maior ou menor rigor. Pode ser medido pela natureza (período dos dias, estações do ano, fases da vida), calendário (dias, meses, anos) ou pelo relógio (segundos, minutos, horas). Nesta instância, o narrador pode narrar de forma explícita os marcos temporais que contextualizam o enunciado ou pode criar novos sentidos semânticos à narrativa por meio da causalidade, conforme a dimensão do tempo que preside a narratividade, e a importância da vivência do tempo para a existência do ser humano, conforme D’Onofrio (2006).

A criação de sentido que pode alterar o *tempo da história* direciona necessariamente o olhar aos procedimentos de representação ao contexto periodológico que os suscitam. Assim, o tempo da história tem poder de ação sobre o espaço, pois, mais do que um espaço físico, a narrativa apresenta um local composto de marcas que remontam a um devir temporal de incidências sociais e econômicas, criando uma fusão verossímil. O espaço é “uma categoria pluridimensional e estática, necessariamente submetida à dinâmica temporal da narrativa, é natural que eventualmente se estabeleça uma verdadeira integração do espaço no tempo” (REIS; LOPES, 1988, p. 222). Desta forma, compreendemos que o espaço torna o tempo visível em imagens e, no contexto da história, passa por alterações ao longo da passagem do tempo.

A dimensão humana do tempo e as suas possibilidades semânticas tornam-se evidentes nas narrativas em que o narrador confere ao universo temporal do enredo um novo significado que contribui para a inteligibilidade da história, com o *tempo psicológico*. Este transmite as vivências subjetivas do personagem e a sua percepção da realidade, por fatores que transformam e redimensionam o *tempo cronológico* da história, fazendo com que seja inviável mensurá-lo

em padrões fixos de passado, presente e futuro. Então, um acontecimento pode perdurar na memória do personagem, ao passo que meses e anos passam despercebidos na passagem do *tempo da história*. “O passado, no ato de ser rememorado, perde sua pureza de passado e torna-se presente [...] o que resta, portanto, é o presente existencial, convergência do passado modificado pela memória e do futuro pressentido pelo espírito” (D’ONOFRIO, 2006, p. 101).

Desta forma, entendemos que o *tempo psicológico* também é uma referência das mudanças, emoções e experiências que o *tempo cronológico* interpõe sobre o personagem. Isto não necessariamente nos leva a acreditar que tal efeito seja linear, pois, em muitas narrativas, tanto literárias, como jornalísticas, as sensações provocadas por um acontecimento são apresentadas antes do fato em sua totalidade.

3.4.2 Tempo do discurso

É a representação narrativa de forma sucessiva do *tempo da história*. Dito de outra forma, para ocorrer a representação narrativa do tempo plural, no qual as personagens vivem o tempo individualmente em espaços distintos, é preciso que o narrador estabeleça prioridades, optando por narrar no texto os acontecimentos individuais que ocorrem simultaneamente. Assim percebe-se a impossibilidade de manter a abrangência temporal do enredo no enunciado, o que realça a importância do *tempo do discurso* como vetor seletivo e organizador da pluralidade de tempos de uma história.

D’Onofrio (2006) lembra que esta modalidade do tempo comporta dois momentos relativos e complementares no presente da enunciação: o tempo do eu que fala e o tempo do tu que ouve. Concordamos com o autor, para quem a importância destes momentos se dá para a análise da narrativa quando estão dentro do texto e não fora. “Podemos falar, portanto, de tempo de discurso só quando esse tempo está representado dentro da obra, o narrador apresentando-se como narrador, em sua função de locutor, revelada pelo aparelho formal de enunciação” (D’ONOFRIO, 2006, p. 100).

O *tempo do discurso* comporta um repertório relevante de signos temporais suscetíveis de uma codificação. Genette (1972) propõe uma sistematização para compreender esta modalidade do tempo baseada em três pilares: a *ordem*, a *velocidade*, e a *frequência*. Estas três áreas contêm signos cuja articulação constitui um domínio de organização e representação que cria a qualidade temporal no texto, isto é, mais ou menos retrospectivo, mais ou menos veloz, etc. Vejamos estes aspectos em separado.

Ordem: constitui domínio crucial na organização da narrativa no contexto das relações entre história e discurso:

“[...] estudar a ordem temporal de uma narrativa é confrontar a ordem de disposição dos acontecimentos ou segmentos temporais no discurso narrativo com a ordem de sucessão desses mesmos acontecimentos ou segmentos temporais na história” (GENETTE, 1980, p. 33)

Desta forma, ela possibilita observar a forma como o narrador, enquanto organizador do *tempo do discurso*, dispõe os fatos. Estas reordenações da história no plano do discurso contrastam entre, por exemplo, a narrativa literária e a historiográfica, pois esta, preocupada com o rigor e a cientificidade do relato, tende a preservar uma apresentação rigorosamente cronológica dos eventos. Isto porque, para o historiador, a disposição dos acontecimentos por sua ordem de ocorrência é mais compatível com a progressão científica de causa para efeito, como salientam Reis e Lopes (1988).

A ordem tende a ser encarada então como consequência da causalidade (a intriga de Ricoeur) que motiva a sucessão dos acontecimentos na história, o que abre possibilidades de explicação para esta ordenação dos acontecimentos, inspiradas por motivações subjacentes a esta reordenação, em sintonia com o contexto temático-ideológico que caracteriza a narrativa.

Velocidade: ocorre pela interação da cronologia inerente ao *tempo da história* ao *tempo discursivo* que o molda num sintagma narrativo. Utilizando de velocidades mais lentas ou mais rápidas, o discurso forma um domínio com profundas implicações no processo da comunicação narrativa, tendo em conta sua projeção sobre o leitor.

A *velocidade da narrativa* parte de uma atitude seletiva do narrador em relação ao caráter pluridimensional (personagens que vivem diferentes momentos na história) e a feição unidimensional linear do texto narrativo, de acordo com Reis e Lopes (1988). Noutras palavras, define-se pela comparação entre a duração da história, mensurável pelo relógio e pelo calendário, e o espaço que o narrador dá a cada momento na extensão do texto, medida em linhas e páginas. Exemplos na literatura são: monotonia existencial, arrastamento de uma situação de sofrimento, diversidade de vivências simultâneas por personagens diferentes num mesmo dia. Todas estas velocidades impressas no relato criam o *ritmo narrativo*.

A análise da narrativa pelo viés da *velocidade* trabalha com as oscilações rítmicas que caracterizam o enunciado e a rapidez que causa essas oscilações. Desta forma se busca estabelecer ligações entre este domínio temporal e os outros afins (ordem e frequência) que deem diferentes gradações aos ritmos narrativos adotados pelo narrador, além de analisar outros

âmbitos da narrativa, como pontos de vista, tipo de narrador, etc.

Frequência: diz respeito à disponibilidade do narrador de repetir certas ações, extinguir esta repetição, destacar certas ocorrências e evocar eventos singulares. Para a análise busca-se criar uma relação quantitativa entre o número de eventos da história e o número de vezes que são mencionados no enunciado.

Genette (1972) ressalta que o tempo do discurso pode ser linear (quando a narração segue a ordem cronológica dos fatos) ou sofrer inversões (quando o narrador diz antes algo que aconteceu depois ou vice-versa). Esta inversão da ordem cronológica dos fatos ele chama de *anacronia* a qual é dividida em duas ocasiões. O autor denomina *analepse* (retrospecção) a inversão responsável por antecipar momentos anteriores aos do momento da narração, e de *prolepse* (prospecção) a inversão responsável por antecipar os momentos subsequentes aos da narração.

A seguir, após esta revisão do tempo enquanto instância narrativa, procuraremos compreender como ele se comporta nas duas categorias que estão relacionadas ao tema de nossa pesquisa: o jornalismo e a história.

3.5 A extensão do presente no jornalismo

A tradição do jornalismo está estabelecida sobre a concepção do tempo presente, pois o produto do trabalho dos jornalistas deve oferecer ao leitor a possibilidade de exercer a sua cidadania e participar da vida social no momento atual. As notícias do jornalismo tradicional (especialmente às no formato *hard news*⁸) apresentam-se no presente, em um estilo objetivo de escrita, exemplificado no lide⁹ jornalístico, no qual procura-se não deixar espaço para possíveis interpretações, pois sua intenção é reproduzir fielmente a realidade como um espelho. Além do mais, tais notícias na maioria das vezes começam pelo final da história, quando um fato singular ganha relevância e outros fatos menores relacionados a este vêm à tona. Nas palavras de Motta (2013, p. 96) “O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico, invertido”.

Buscando operacionalizar uma descrição do tempo no jornalismo, Carlos Franciscato

⁸ *Hard News* são entendidas como notícias de última hora, presentes no jornalismo diário, em que qualquer traço subjetivo do texto é enxugado e existe uma proximidade definitiva com o referente empírico. Constitui-se como campo de notícias das editoriais de política, economia, internacional, cidades, por exemplo, conforme Motta (2013).

⁹ É o relato sintetizado do acontecimento no início do texto, no modelo que se convencionou chamar de pirâmide invertida, respondendo às perguntas básicas o que? Quem? Quando? Onde? Como? Por que? Para quê?, conforme Pena (2010).

(2005) enumera cinco categorias que tornam possível descrever e entender a concepção de tempo jornalístico: 1) instantaneidade, 2) simultaneidade; 3) periodicidade; 4) novidade e 5) revelação pública. Vejamo-las a seguir:

1- Instantaneidade: destaca o papel do presente e reforça a noção de um período de tempo curto, sem um significado maior que possibilite sua apreensão. É um termo que “surge para reforçar e qualificar tanto o sentido de imediatez ou rapidez de uma ação quanto de veiculação de um intervalo ínfimo de tempo (ou de sua virtual existência) ao momento presente” (FRANCISCATO, 2005, p. 114)

2- Simultaneidade: ressalta a percepção de não haver diferença entre o tempo do acontecimento e o tempo da narrativa: “o jornalismo constrói um discurso e uma prática que tem, por exemplo, a instantaneidade como estratégia de legitimação, valor e fim último” (FRANCISCATO, 2005, p, 134).

3- Periodicidade: diz respeito ao potencial do jornalismo produzir e fazer circular o material jornalístico por meio da demanda social.

4- Novidade: cerne da narrativa do jornalismo tradicional, é a irrupção do novo e do desconhecido na ordem do dia, que oferece à coletividade novas situações, debates e opiniões de relevância social.

5- Revelação pública: alude a fatos mantidos em sigilo, os quais o jornalismo traz à luz para conhecimento e debate público.

Desta forma, o jornalismo assume o papel de articulador do presente, entendido não só como o momento do fato, mas, principalmente o momento da sua exposição pública, na qual ele é narrado e ganha contornos narrativos que asseguram a veracidade articulada ao cotidiano do público, como observa Franciscato (2005). Desta forma, o jornalista torna o tempo mais do que uma sucessão de instantes que se perderão no espaço, mas um tempo narrativo, possível de ser explicado e rememorado. “As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente” (DE CARVALHO, 2012, p. 173).

Esta construção de sentido do tempo só é possível por meio de uma tessitura lógica, que faz ser possível ver uma totalidade onde aparentemente se viam fragmentos de tempo, o que nos remonta à intriga de Ricoeur (1994). Por este viés, Motta (2004), ressalta que a tessitura da intriga converte os acontecimentos em histórias (sínteses) e se fecha no destinatário o ato comunicativo:

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas. (MOTTA, 2004 p. 33)

O jornalismo cotidiano então, revela-se como tentativa de controlar o tempo e estender o instante presente de forma simultânea ao leitor. Sobretudo, uma operação da cultura contemporânea que faz uso de uma ótica que ressalta os fatos relevantes atribuindo-lhes uma veracidade que só existe por meio de uma proposição de sentido estruturada por uma ideia de tempo do ontem, do hoje e do amanhã.

Conforme Dalmonte (2010) neste ponto está a ambiguidade da narrativa jornalística no que tange ao tempo, pois a opção do uso verbal dos títulos no presente do indicativo se dá tanto para fatos ainda em processo quanto para aqueles que já aconteceram. Logo, o uso do tempo presente é justificado pela necessidade da narrativa simular a presença do leitor na cena, o que cria a impressão que o fato ainda acontece, que o leitor está o acompanhando e sendo tocado por aquela ação. Isto seria impossível pelo uso do verbo no passado, que pode conduzir a uma leitura distante e marcar o fim de um ciclo. Tal ideia remete-nos à aporia de Agostinho (1996, p. 341) sobre o presente: “Esse, porém passa tão velozmente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se tivesse alguma duração, dividir-se-ia em passado e futuro”.

Entretanto, a emergência de reportagens em revistas e, mais recentemente, os livros-reportagem escritos por jornalistas reconfiguraram a apresentação do tempo no jornalismo. No formato que se convencionou chamar de *soft news* (notícias leves, sem a necessidade de ser a de última hora), o repórter se livra das convenções seguidas pelo jornalismo diário e vai em busca de uma linguagem literária o que o possibilita trabalhar com remissões históricas e relatar suas impressões, num texto contextualizado.

É o que acreditamos ocorrer na narrativa de *1889* (2013). Logo, abrem-se questionamentos sobre a complexificação de uma narrativa que faz uso de uma técnica (reportagem) do profissional que relata o presente para narrar o pretérito. Como o autor aproxima o leitor num texto que se propõe a ser jornalístico, ou seja, do presente, mas remete mais de 120 anos. Para entender esta configuração narrativa, vamos primeiro entender como a

ciência responsável por dialogar com o passado, mas que também se relaciona com as demandas do presente organiza o tempo.

3.6 A relação entre passado presente na história

Apesar de a história receber enfoque temático na obra em análise (pois o tema central é a Proclamação da República) acreditamos ser pertinente trazer a percepção da ciência histórica sobre o tempo, visto a compreensão que adotamos: a obra *1889* faz a convergência narrativa entre duas áreas que se constituem discursivamente de forma diversa frente ao tempo: o jornalismo e a história. Nas linhas que seguiremos buscaremos entender como se dá o entendimento do tempo na história e como ele é apresentado nas narrativas desta natureza.

Antes de qualquer reflexão mais aprofundada, vamos nos deter no conceito de história. O filósofo e historiador Estevão de Rezende Martins (2011) observa que o termo é plurívoco, pois ele é utilizado para indicar o processo temporal do agir racional humano, designar a especialidade epistemológica e cognitiva da ciência histórica e, por fim, o produto deste trabalho, também chamado de historiografia. Compreendemos então que história e tempo são dois termos interligados na sua origem, tanto no que diz respeito à prática, como na reflexão.

Contudo, faz-se necessário o questionamento: por que recorremos à história? Conforme o professor Alfredo Bosi (1992), o impulso de pesquisá-la está na simpatia ou na necessidade de entendê-la, ou ainda quando a autossuficiência falha e o horizonte de um indivíduo ou de grupo é a morte e é necessário dirigir-se à memória das lições deixadas por aqueles que contribuíram para constituir o universo que cerca o homem.

Bloch (2001) diverge da ideia de história enquanto ciência do passado e considera tolice definir o passado como objeto de estudo de uma ciência. O pensador propõe denominar a história como a “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55). Com tal perspectiva, ele sublinha três caracteres da história: o seu caráter humano, em contraposição à história natural; o seu potencial de permitir a compreensão do presente pelo passado e também do passado pelo presente, isto é construir e reinterpretar constantemente o que passou para entender os acontecimentos cotidianos; e, por fim, a sua possibilidade de introduzir um horizonte do futuro na sua reflexão.

O historiador italiano Benedetto Croce (1962) segue uma linha de raciocínio similar,

segundo a qual a história é dominada pelo presente. Para tal, o autor conceitua a historicidade como ato de inteligência estimulado por uma exigência prática inviável de satisfazer em ação enquanto as dúvidas que a confrontam não forem afastadas por total. “Nem entendemos as histórias de outros homens e de outros tempos se em nós não tornam a fazer-se presentes e vivas as exigências que satisfizeram; nem os nossos pósteros entenderão as nossas sem que se satisfaça tal condição” (CROCE, 1962, p. 14)

Percebe-se a função social da história para conjugar o presente, pois ela se relaciona sempre com as situações do agora, cujos fatos passados ainda têm ressonância. Le Goff (1994) define a história como ciência do passado, com a condição deste passado tornar-se objeto da história para uma reconstrução incessantemente repostada em causa. Ora, tal reconstrução faz uso da memória, a qual articula-se na vida social mediante a linguagem, como já dissemos acerca das reflexões de Ricoeur (1994).

A relação entre tempo e verdade está, conseqüentemente, estabelecida no plano discursivo produzido pela reflexão racional que se apropria da experiência e a coloca em perspectiva que faça sentido para o sujeito atual da reflexão. (MARTINS, 2011, p. 301)

Como trabalho intelectual sobre o tempo, a história retoma as operações culturais anteriores a nós, “reativadas” a partir do nosso presente, de forma a constituir uma linha de raciocínio de acordo com as necessidades do presente e torná-las capazes de serem reconstituídas pela imaginação, conforme Novaes (1992). Logo, a qualidade do enunciado depende da sua eficácia argumentativa e somente a apreensão global do discurso possibilita determinar sua importância no contexto historiográfico.

Conforme Martins (2011), do conteúdo narrado são determinadas três exigências para ser válido em sua historicidade: a primeira é sua pertinência temporal, com relação aos interesses sociais presentes, isto é, a necessidade do conhecimento da história na atualidade; a segunda refere-se à sustentação empírica das fontes que servem de base à narrativa sobre o que aconteceu e a terceira diz respeito ao argumento apresentado no texto, possível de ser reconstruído por bases racionais. Logo, as narrativas históricas fazem a mediação entre o significado que possuíam no tempo em que foram constituídas e do tempo em que são (re)interpretadas. O jornalista e professor Aduino Novaes (1992) ressalta a importância de narrar o tempo que já foi:

Narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, “instante fugidio tido como único tempo real”, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história, e o pensamento do tempo [...] esquecer o passado é negar toda experiência efetiva de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante. (NOVAES, 1992, p. 9)

Esta articulação permite distinguir condutas múltiplas no tempo e reconhecer práticas culturais indesejáveis em um momento para que sejam observadas de outra forma em outro tempo. Logo, para que este sentido emergja é necessário que se possa conjugar os fatos históricos e torná-los cronologicamente significativos e inteligíveis, enfim, plausíveis. Para isto são necessárias as datas. Segundo Bosi (1992), datas são sinais inequívocos de luz sempre iguais entre si, sem as quais a densidade acumulada dos eventos por séculos causaria uma escuridão impossível de se vislumbrar na opacidade dos tempos. São, enfim, os números norteadores da memória.

A força destes números provém dos eventos cujo tempo é índice da relação inextricável entre o acontecimento e a polifonia do tempo social que fixam com sua simplicidade aritmética. Conforme Bosi (1992), os algarismos são parte de um todo narrado. Para narrá-lo é preciso enumerá-lo, pois, para narrar um acontecimento é preciso situá-lo cronologicamente. Dito de outra forma, a data é a condição temporal de existência de uma causa para a história e esta causa é a condição que dá um contexto para a existência da data, no tempo humano.

A percepção de eventos que se produzem ‘sucedendo-se no tempo’ pressupõe, com efeito, existirem no mundo seres que sejam capazes, como os homens de identificar em sua memória acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso. Em outras palavras, a percepção do tempo exige centros de perspectiva – os seres humanos – capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos, A, B e C, estejam presentes em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos (ELIAS, 1998, p.33).

Entendemos que a história se organiza no tempo de forma narrativa por meio da referência direta ao agir racional do homem, quando o presente torna necessário questionar o passado e repô-lo em causa. O conhecimento surgido desta relação ocorre pela linguagem, cuja credibilidade se constrói sob argumentos plausíveis e organizados por datas. Este movimento configura as intervenções narrativas do homem no tempo, o que remete à prefiguração, configuração e reconfiguração do significado temporal, no tempo humano de Ricoeur (1994).

Então, a ciência que fala com o passado dialoga com as demandas do presente, numa configuração engendrada pelo *tempo do discurso*, que organiza os fatos do *tempo da história*, movimento que nos interessa, sobretudo, quando percebemos a metamorfose que ocorre na percepção do tempo a numa reportagem jornalística sobre a história. Esta reconfiguração narrativa remonta à convergência entre estas áreas, a qual veremos no capítulo a seguir.

Antes, porém, cabe ressaltar que concordamos com Jeanne Marie Gagnebin (1997) para quem “é somente através de uma reflexão sobre nossa temporalidade, em particular sobre a temporalidade inscrita em nossa linguagem, que podemos alcançar uma reflexão não aporética do tempo.” (GAGNEBIN, 1997, p. 70). Logo, buscaremos entender a elaboração de sentido na ordenação da realidade do nosso objeto na nossa análise.

4. O LUGAR DA NARRATIVA NO JORNALISMO E NA HISTÓRIA

O que nos instiga nesta pesquisa é buscar o que emerge da construção temporal de uma narrativa quando um autor jornalista retrata o tempo numa reportagem sobre um fato histórico, pois entendemos que o significado provém não somente dos eventos, mas também da construção do texto. Ora, o texto sobre o qual faremos nossa análise aborda acontecimentos históricos, com técnicas de apuração jornalísticas e uma escrita que faz uso de artifícios literários, o que traz uma convergência tripla de áreas pensadas separadamente, cujo fator comum é a narrativa.

A narrativa, por sua natureza, é uma área de estudo da literatura. Entretanto, sua utilidade para esclarecer um acontecimento faz com que seu uso vá além, chegando, inclusive ao jornalismo e à história. Por isso, buscaremos compreender como o jornalismo converge com a literatura para, em seguida, procurar conhecer como ocorre a hibridização entre uma narrativa desta natureza e a historiografia.

Para tal, traremos contribuições que nos ajudarão a compreender o fenômeno jornalístico, esta prática discursiva que se expandiu e se complexificou na sociedade moderna como produto da indústria cultural, instituidor de um conhecimento sobre a realidade. Revisaremos também as diferenças entre um texto pretensamente informativo do jornalismo cotidiano e sua intersecção com a literatura, principalmente a partir no século XVIII. Logo, chegaremos a reconfiguração da narrativa jornalística a partir de novas abordagens ligadas à literatura e à história desde a metade do século XX até este momento. Em seguida, recorreremos ao pensamento de Adelmo Genro Filho com o intuito de entender o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo.

Na segunda metade, traremos questões referentes à importância da narrativa para os historiadores, visto que nosso objeto de estudo dialoga com esta área do conhecimento e acreditamos ser possível observá-lo sob alguma perspectiva neste campo. Para tal, voltaremos à discussão levantada sobre o tema pela *Escola dos Annales*, que percorreu a maior parte do século XX e às contribuições de historiadores contemporâneos, como Peter Burke (2011) e Roger Chartier (2011).

4.1 Jornalista: o historiador do presente?

A face mais visível do texto jornalístico, no modelo norte-americano em voga na maioria dos países do Ocidente, encontra-se nos jornais, radiojornais e telejornais diários, nos quais as notícias são redigidas em terceira pessoa, num texto que busca ser descritivo e objetivo. Neste modelo, qualquer traço subjetivo é enxugado e existe uma proximidade com o referente empírico (isto é, a fonte da informação), o que pretende criar uma sensação de credibilidade junto ao público, pois jornalistas, no jargão profissional, apenas reproduzem a realidade como um espelho.

Este contrato de leitura entre o leitor e o jornalista forma um vínculo no qual o meio de comunicação se compromete a noticiar fatos reais, enquanto o público confia nos relatos como verdadeiros, o que leva a um aspecto normativo citado nos manuais de ética dos jornalistas, cujo conteúdo Daniel Cornu (1998) apresenta de forma resumida:

A liberdade de expressão e de crítica, como também a defesa de tais direitos; a proteção da independência e integridade profissionais dos jornalistas, pela não-aceitação de quaisquer vantagens materiais ou morais, ou qualquer influência exterior sobre o trabalho jornalístico, bem como pelo reconhecimento de uma cláusula de consciência; o respeito à verdade na busca e elaboração da informação; a utilização de meios legítimos na busca dessa informação; o devido respeito às fontes e pessoas, parte do objeto da informação, bem como o respeito ao direito autoral e às regras em matéria de citações; o igual tratamento das pessoas, evitando qualquer forma de discriminação. (Cornu, 1998, p. 44)

Entretanto, como destaca Ribeiro (2013), o jornalismo é basicamente uma mediação discursiva, pois apresenta discursivamente a interpretação de um fato para o público, sem a qual toda apuração e organização do profissional se torna sem função. Então, quando um acontecimento surge pela ruptura da ordem estabelecida e pelo conhecimento dela, o jornalista recorre aos potenciais da informação e da narrativa do real, tendo como pano de fundo o seu compromisso de verdade no relato.

Desta forma, pode-se pensar que o jornalista assume a posição de historiador do contemporâneo, pois é ele quem imerge no acontecimento e, ao mesmo tempo, dá voz aos seus atores, participa dele e o reflete, fazendo com que as novidades do presente tornem-se inteligíveis, coerentes e consistentes, ainda que provisórias. Além do mais, o seu relato temporal oferece uma perspectiva entre os estados e as ações em determinados momentos históricos.

Como enfatiza o jornalista e historiador Jean Lacouture “Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da ‘história imediata’ assumiu a denominação global de meio de comunicação de massa.” (LACOUTURE, 1990, p. 216)

Esta história imediata, atualizada instantaneamente pelos jornais é quase inalcançável sob a perspectiva de sua importância histórica, pois não aguarda o fim da sua reverberação e a definição de sua importância se faz sobre arquivos vivos, isto é, os homens que participam do acontecimento no instante. Entretanto, o jornalismo não se expressa somente neste modelo de linguagem. A narrativa jornalística pode ser encontrada em reportagens mais ou menos literárias (*soft news*), em que o repórter tem maior liberdade de criação.

Nesse sentido, o historiador do presente (muitas vezes o próprio jornalista, como demonstra o grande número de livros sobre a história escritos recentemente por jornalistas) é ao mesmo tempo criador e reflexo dos acontecimentos, recompilador e produtor dos efeitos. A análise da narrativa jornalística adquire, na direção dessas considerações, um trajeto revelador e iluminador da cegueira jornalística. (MOTTA, 2013, p. 106).

Marcelo Bulhões (2007) esclarece que a reportagem é uma forma mais desenvolvida da notícia, pois busca ultrapassar o simples anunciar do acontecimento ao detalhar os fatos e situá-los em suas causas e consequências. Possui diferentes formatos, ora mais descritivos, narrativos, dissertativos ou expositivos e constrói-se sob laboriosa apuração por meio de entrevistas ou até mesmo por meio do testemunho do repórter no local da ação. Tal modelo de texto remonta à intersecção do jornalismo com a literatura desde os princípios desta prática profissional, e, mais recentemente, com o advento de reportagens que unem a técnica de apuração de informações do jornalismo com os efeitos estéticos da literatura, como na obra em análise.

Após esta introdução sobre o contexto do jornalismo e a emergência de grandes reportagens do modelo *soft news*, veremos a convergência do discurso jornalístico com a literatura. Tal reflexão traz uma contextualização histórica sobre o desenvolvimento do texto jornalístico desde o fim do século XIX com foco sobre o movimento do *New Journalism*, iniciado nos Estados Unidos a partir da década de 1960.

4.2 O encontro do jornalismo com a literatura

A relação entre literatura e jornalismo remonta ao tempo em que escritores de ficção trabalhavam em redações de jornal, mais especificamente no século XIX, quando os jornais, impulsionados pela Revolução Industrial, passaram a ter condições de imprimir mais exemplares e podiam expandir seu público. Hérís Arndt (2001) afirma que a partir desta constatação, os escritores, dotados de moldes literários e estéticos, trabalharam nos jornais para torná-los mais atraentes, angariando mais pessoas a os lerem, favorecendo a expansão destes periódicos enquanto empresas jornalísticas.

Segundo Bulhões (2007), a reportagem apareceu como gênero do jornalismo na Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), quando correspondentes foram mobilizados para o campo de batalha a fim de realizar entrevistas, presenciar e reportar os conflitos. No Brasil, o relato de Euclides da Cunha no cenário da Guerra dos Canudos, em 1897, para o jornal *O Estado de São Paulo*, que deu origem ao livro *Os Sertões*, pode ser considerado um marco similar, conforme o autor.

Entretanto, a mesma Revolução Industrial fez com que o tempo se acelerasse e a concorrência dos jornais aumentasse e logo o paradigma da objetividade foi adotado pelos meios de comunicação. Aqui vale pontuar este conceito que norteia o jornalismo até os dias atuais. Liriam Sponholz (2009) entende objetividade como “[...] a adequação de uma representação à realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 18). Isto denota que um fato é verdadeiro por sua natureza e cabe ao jornalismo captá-la em um discurso.

Nos Estados Unidos, dois formatos jornalísticos, o do ideal literário e o do ideal da informação, na nomenclatura de Michael Schudson (2010), existiram paralelamente até a década de 1890. O literário tinha como objetivo propiciar uma experiência estética no texto além de informar, enquanto o da informação seguia a cartilha rígida da objetividade em que qualquer traço de subjetividade do repórter é excluído.

Incentivado pelo *The New York Times*, de tom conservador e voltado à área comercial, o modelo do ideal da informação, caracterizado pela “imposição de um método projetado para um mundo no qual nem os fatos poderiam ser confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p.144) suplantou o literário e se consolidou entre a classe alta econômica. Ao mesmo tempo, o formato literário se firmou entre as camadas populares, que viam nos jornais um meio de entretenimento.

As reportagens literárias, entretanto, voltaram a ganhar relevância na década de 1960, quando um movimento crítico à objetividade surgiu entre a comunidade de profissionais do jornalismo nos Estados Unidos. Conforme Schudson (2010), o advento da cultura crítica (ou contracultura) está diretamente ligado ao maior número de jovens que ingressaram no ensino superior e ficaram em dúvida quanto aos ideais defendidos pelo estilo de vida norte-americano. Eventos como a Guerra do Vietnã, os conflitos raciais e os assassinatos de cunho político de John Kennedy e Martin Luther King Jr, geraram uma desconfiança no governo, nas instituições e, inclusive, na objetividade de um relato pretensamente objetivo.

Os jovens jornalistas de então passaram a entender que a notícia mais parcial era aquela que se apresentava sob formato objetivo, pois ela apenas reproduzia a versão dos fatos pelos detentores do poder e não abria possibilidades de interpretações ou questionamentos. Eles então se propuseram a trabalhar em longas reportagens interpretativas, o que, segundo Schudson (2010) foi bem aceito pelos donos de jornais que viram na ideia a possibilidade de ampliar os rendimentos de suas empresas, na época em franca concorrência com a televisão. Tais reportagens passaram a ser utilizadas como conteúdo de jornais e revistas, e com o passar do tempo, foram adaptadas para livros-reportagem e biografias. A este movimento, que tem como principais obras *Hiroshima*, de John Hersey, *O Segredo de Joe Gould*, de Joseph Mitchell, *Fama e Anonimato*, de Gay Talese e *A Sangue Frio*, de Truman Capote, passou-se a chamar de *New Journalism*, ou Jornalismo Literário.

No Brasil, com a ampliação da capacidade tecnológica de impressão industrial e a concorrência da televisão na década de 1950, os jornais e revistas precisaram aperfeiçoar sua forma de se comunicar. Os jornais adotaram o ideal da objetividade norte-americano, implementando o padrão de escrita baseado no lide e puderam ser diagramados de novas formas. Na década de 1960, a volta da publicação de textos literários fez com que toda manifestação de vida se tornasse mais envolvida nos jornais e, principalmente nas revistas, como ressalta Cremilda Medina (1988):

O relato noticioso, a reportagem, a entrevista, o editorial e outros comentários opinativos, a pesquisa de reconstituição histórica (biográfica) dos focos do dia, a crônica, a crítica de espetáculos e arte. A mistura de tudo isso é um resultado colorido – não mais páginas uniformemente compostas, mas um festival de títulos, seções, editoriais, recursos gráficos. (MEDINA, 1988, p. 66)

A apropriação dos recursos literários pelos jornalistas trouxe maior poder de interpretação, tanto ao jornalista, como ao público leitor que passou a apreciar o texto jornalístico também por conta de seus efeitos estéticos. Isto levou determinados profissionais a ampliar o uso das plataformas de publicação, expondo suas reportagens não só em jornais e revistas, mas também em livros. No país, este movimento recebeu contribuições expressivas de profissionais reconhecidos no jornalismo em grandes reportagens, biografias e, mais recentemente, em reportagens de cunho histórico, como as de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes, citadas na introdução.

Para Tom Wolfe (2005), o movimento que teve início com os jornalistas que escreviam reportagens com descrições detalhadas de cenários, personagens e diálogos, mediante estratégias narrativas de romancistas, ambicionam produzir um texto jornalístico para ser lido como se fosse um romance literário. Sob essa perspectiva, entendemos que os autores de tais obras recorrem a expedientes narrativos subjetivos para aguçar o imaginário do seu interlocutor e as palavras alcançaram maior relevância, conforme o seu arranjo, sua articulação e a sua movimentação no texto para recriar a realidade, em conformidade com Bulhões (2007). Logo, a verdade objetiva do ideal da informação de Schudson (2010), ficou em segundo plano e a veracidade simbólica da literatura ganhou relevância, pois “a sua ‘verdade’ reside na capacidade de atingir uma dimensão universal e essencial da subjetividade humana, a da atividade imaginativa.” (BULHÕES, 2007, p. 19).

Desta forma, nota-se que, diante de uma obra do Jornalismo Literário, duas verdades são apresentadas ao leitor: a verdade que provém da credibilidade do jornalista que se presta a utilizar os procedimentos operacionais capazes de alcançar a verdade dos fatos e a relatá-los, o que remonta ao código deontológico profissional. E a verdade da literatura, que mediante uma narrativa que situa o leitor num instante do tempo por meio de recursos estéticos simuladores de uma determinada realidade “cria” uma verdade imaginativa.

Tal conjunção entre a verdade do jornalismo e a fruição estética propiciada por um texto literário nos parece presente também na classificação proposta por José Marques de Melo sobre os livros-reportagem provenientes do *New Journalism*. Veremos a seguir como é classificada este tipo de produção jornalística.

4.3 O livro reportagem enquanto gênero jornalístico

Na sua primeira tese, José Marques de Melo (1994) remonta à pioneira divisão dos gêneros¹⁰ jornalísticos de Samuel Buckley, editor do jornal *Dayly Courant*, que, em 1702, organizou o espaço do seu periódico entre *news* e *comments* (notícias e comentários). O pesquisador brasileiro divide o conteúdo jornalístico em duas categorias: a informativa, composta por notícia, reportagem e entrevista; e a opinativa, na qual estão o editorial, comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e a carta. Entretanto, com o passar dos anos, o autor precisou atualizar sua teoria e incluir, por exemplo, a categoria interpretativa, pois sua ordenação do fenômeno jornalístico não abarcava a amplitude e a dinâmica do trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

Na sua atual concepção, Melo (2010) distingue o jornalismo nas seguintes categorias: a) informativo: notícia, reportagem e a entrevista; b) opinativo: editorial, artigo, crônica, resenha, comentário, caricatura e carta; C) interpretativo: dossiê, perfil, enquete e cronologia. d) utilitário: indicador e cotação financeira, roteiro e serviço e, finalmente, d) diversional: história de interesse humano e a histórica colorida. Nesta perspectiva, o teórico considera informativo apenas o relato imparcial, sem interferência do jornalista. Entretanto, ele mesmo ressalta: “[...] todo discurso jornalístico é, por natureza, um discurso opinativo, mas não necessariamente um gênero de opinião” (MELO, 2010, p. 95).

Concordamos com Melo (2010) sobre a questão da opinião no enunciado no jornalismo. Mas acreditamos ser importante ressaltar que a opinião somente surge a partir de uma interpretação do fato, o que nos remete a um outro gênero apontado pelo autor: o interpretativo. Ao refletir sobre este gênero, Medina (2003) constata que ele é intimamente ligado ao factual, do jornalismo do tipo *hard news*, mas, de certo modo, é mais denso que este. Segunda a autora, a interpretação requer uma humanização das pessoas afetadas pelo acontecimento, uma robusta contextualização à consistência do tempo histórico e ao desenvolvimento dos protagonistas, o enriquecimento pluralista das fontes especializadas, entre outros fatores que contribuem para a revelação do “real cifrado” (MEDINA, 2003, p. 128).

Entre as mudanças percebidas anteriormente por Melo (2003) na ampliação do fazer

¹⁰ A concepção de gênero que adotamos é a de Marques de Melo (2010), segundo a qual o gênero é um conjunto de parâmetros textuais selecionados em uma situação de interação e expectativa entre os agentes do ato do fazer jornalístico. Isto significa para nós que o gênero jornalístico possui uma parte estável (os parâmetros de indicam aos interlocutores os propósitos comunicativos e os formatos textuais suscitados por estes formatos).

jornalístico estão os textos conotados pelo humor ou pela ironia, indo além do gênero opinativo, o qual ele denomina de gênero diversional. A este gênero ele adiciona o *Jornalismo Literário*, pois estas produções remetem ao texto sobre uma realidade, a qual o autor jornalista adiciona uma aparência romanesca aos fatos e personagens.

A natureza diversional desse novo tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão que, em nome da objetividade, do distanciamento pessoal do jornalista, enfim da padronização da informação de atualidades dentro da indústria cultural, foram relegadas a segundo plano, quando não completamente abandonadas. [...] O interesse do leitor por essas produções jornalísticas está menos na informação em si, ou seja, na essência do fato narrado, do que nos ingredientes de estilo a que recorrem os seus redatores, despertando o prazer estético, em suma, divertindo, entretenendo, agradando. (MELO, 2003, p. 33, 34).

Tais traços literários nesta forma de expressão estão presentes na descrição detalhada dos fatos reais, com texto intercalado de diálogos, revelando, inclusive, os sonhos e as angústias de cada personagem envolvido na narrativa, tudo isso com a linguagem direta e clara típica do jornalismo informativo. Melo (2003) ressalta ainda que estas reportagens exigem do autor sensibilidade, envolvimento e profunda observação do noticiário e dos ambientes nos quais atuam os personagens e afirma:

Em concordância com Rodrigo Bartz (2014), entendemos, que, pela forma como humaniza os personagens, contextualiza os acontecimentos, faz uso de fontes especializadas da historiografia e pela forma literária de se expressar, nosso objeto de análise, a obra *1889* (2013), do jornalista Laurentino Gomes, pode ser classificada como uma produção jornalística dos gêneros interpretativo e diversional, conforme a constatação de Marques de Melo (2003, 2010). Isto, além de revelar o lugar do nosso objeto de estudo dentro do jornalismo, nos ajuda a compreender o contexto do fazer jornalístico, no qual as notícias diárias (no formato *hard news*) não são mais o modo hegemônico de manifestação do texto jornalístico, o qual converge com outras áreas do saber e constrói novas formas interpretar um episódio e comunicá-lo ao público.

Após esta constatação, discorreremos sobre a especificidade do jornalismo sob o viés de Genro Filho (2012), pois acreditamos ser pertinente trazer este olhar do teórico brasileiro que engloba tanto o jornalismo diário (*hard news*) como o pensado em médio e longo prazo (*soft news*), como os livros-reportagem.

4.4 O jornalismo na teoria de Genro Filho

Adelmo Genro Filho, em sua obra *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (2012), traz uma compreensão essencial para se entender o fenômeno social do jornalismo. O jornalista e teórico entende o jornalismo como uma forma social de conhecimento (este entendido como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade) condicionada historicamente pelo desenvolvimento do capitalismo, mas que possui potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade deste modo de produção.

Genro Filho (2012) defende que o jornalismo é uma forma de conhecimento que surge pelo singular e se torna indispensável para aprofundar a relação entre indivíduo e o gênero humano. Sob sua perspectiva, é possível enquadrar todos os acontecimentos do jornalismo nas categorias apresentadas por György Lukács (1968) para entender a arte (singular, particular e universal), pois elas expressam dimensões reais da objetividade e por isso representam conexões lógicas fundamentais do pensamento.

Na concepção do autor, a experiência vivida mais ou menos no nível direto do singular (relativa ao indivíduo), representa uma atmosfera cultural compartilhada em um grupo particular (família, grupo, classe social), a qual é composta por pressupostos de um universal (relativo à humanidade) geralmente implícito, mas naturalmente constituído na atividade social. Desta forma, no universal “[...] estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem”. O particular então “[...] é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva”. Por fim, o singular é gerado “[...] através da identidade real, onde estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada”. (GENRO FILHO, 2012, p. 170)

O jornalismo busca constantemente o singular que emerge do tecido social, cujo conteúdo narrado serve de base à discussão dos temas em voga na sociedade. Para Genro Filho (2012), os relatos exigem uma forma de saber abstrato que implica, em alguma medida, na revelação de sua essência, ou seja no significado que emana das suas relações com o total. Tais relações são exemplificadas nos três movimentos possíveis para a forma do conhecimento no jornalismo: do universal para o singular, do particular para o singular e do singular para o singular, sendo esse último a forma pela qual ocorre a cristalização do significado proveniente do particular e do universal que foram superados e são mantidos como horizontes de conteúdo.

Neste ponto, o autor lembra que o conhecimento propiciado pelo jornalismo não segue os

mesmos pressupostos da ciência (que dissolve a feição singular em categorias lógicas universais), pois reconstitui a singularidade simbolicamente com a consciência de que ela se dissolverá na tempo.

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico irracional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através de diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência. É a partir dessa simulação que surge propriamente um gênero de conhecimento. (GENRO FILHO, 2012, p. 53)

A partir dessa simulação existe o conhecimento acessível somente pelo texto jornalístico. Como destaca Bartz (2014), o autor faz uma tentativa de mostrar que a busca pela singularidade desvela a essência do texto jornalístico. O segredo da pirâmide, então, é uma contraposição ao lide tradicional, pois parte do mais singular do fato e amplia os seus horizontes por meio de sua contextualização e o seu compromisso ético com a pluralidade de opiniões. Deste modo, o jornalismo cria um conhecimento integral não só sobre o singular, mas também a respeito do particular e do universal sobre o fato.

Tal remissão teórica se faz necessária no nosso contexto visto que abre a possibilidade de buscarmos a singularidade na narrativa em estudo, o que nos auxilia para diferenciar a narração temporal do jornalismo e da história, vista enquanto texto científico remetente ao universal. Adiantando a discussão, entendemos que esta singularidade se faz presente no livro *1889* (2013) deste o subtítulo da obra, pois compreendemos que as remissões “Como um imperador casando, um marechal vaidoso e um professor injustiçado” trazem à luz questões peculiares sobre os indivíduos que participaram ativamente da Proclamação da República do Brasil”

Após esta revisão sobre jornalismo, discorreremos sobre o que associa o jornalismo à história e diferencia estas áreas da literatura: a referência. Seguiremos este caminho por meio da perspectiva de Ricoeur (2000), que nos traz reflexões para entender a relação entre as três áreas afins que norteiam nossa pesquisa.

4.5 A importância da referência na narrativa

Paul Ricoeur, em sua obra *Metáfora Viva* (2000) preocupa-se em integrar a perspectiva linguística à perspectiva extralinguística que traz significado ao texto. Para o pensador, o sentido não está exclusivamente no discurso e nem é independente de suas conexões internas. Assim, fazer uma referência seria empregar as palavras em determinada realidade, não extrair desta realidade as palavras que a represente; logo, a referência somente existe no mundo projetado na linguagem.

Sob esta perspectiva, é inviável caracterizar a ficção como discurso que abole a referência; ao mesmo tempo, o jornalismo e a história não podem se caracterizar unicamente por sua referencialidade externa. Os recursos linguísticos da ficção, então, têm potencial para ampliar a perspectiva sobre um acontecimento quando convergem com a história e/ou o jornalismo, o que seria inviável num texto unicamente referencial.

Para mim, o mundo é o conjunto das referências desvendadas por todo o tipo de texto, descritivo ou poético, que li, compreendi e amei. E compreender um texto é interpolar, entre os predicados da nossa situação, todas as significações que constituem um mundo a partir de nosso ambiente social. É este alargamento do nosso horizonte de existência que nos permite falar das referências descortinadas pelo texto ou do mundo aberto pelas exigências referenciais da maior parte dos textos. (RICOEUR, 2000 p. 49)

O enunciado adquire condições de empregar recursos literários capazes de situar os aspectos do “ser-no-mundo” (RICOEUR, 2000, p. 48) os quais o modo apenas descritivo não dá conta, pois somente a alusão a valores de referência metafóricos e, em geral simbólicos podem narrar tais aspectos. Passamos então da questão de produção da informação para as condições de apropriação discursiva no texto. O que nos interessa precisamente para a caracterização do tempo na obra.

Concordamos com Ribeiro (2013) para quem a narrativa pode ser entendida como um ato de linguagem referente a uma série de ações ou acontecimentos passados reais ou inventados, num processo que transcende o tempo e o espaço, como algo representando algo não presente no momento ou representação de algo imaginativo.

Agora que entendemos a projeção da referência pela linguagem, vamos abordar o tema do nosso objeto de análise: a história. Vamos buscar entender especificamente o que é um tema

para, em seguida, ingressarmos na discussão sobre a importância da narrativa na história a partir dos estudos da *Escola dos Annales*, que pensa a escrita historiográfica e sua relação com a narrativa. Traremos também autores não filiados ao movimento dos *Annales*, mas que apresentam interpretações relevantes sobre a narrativa sob a perspectiva historicista.

4.6 A história sob novas perspectivas a partir da *Escola dos Annales*

Como já ressaltamos, a história recebe enquadramento temático no livro *1889* (2013). Para Van Dijk (1990), o tema é uma *macroposição* deduzida subjetivamente pelo leitor, baseado no seu interesse pelo texto e no seu conhecimento de mundo, que vai além da sequência proposta pelo enunciado. O tema, assim, ajuda a definir, de forma geral, qual é a substância do enunciado, ou seja, o que o leitor encontra na obra, não como a encontra. Sob esta visão, a temática da história se sobrepõe a narrativa jornalística. Investigando esta interconexão, vejamos como ela vem sendo tratada pelos historiadores.

Entendida como a ciência que estuda a ação do homem no tempo e no espaço por meio da análise de processos e eventos ocorridos no passado, a história passou por inúmeras reconfigurações ao longo do século XX e início do XXI. Um dos pontos discutidos pelos teóricos refere-se à importância da narrativa para a pesquisa e disseminação do conhecimento historiográfico. Tal discussão permeou as reflexões dos historiadores ao longo do século XX, em especial aos filiados ao movimento conhecido como *Escola dos Annales*. A seguir, revisaremos o desenvolvimento das reflexões dos *Annales* e abordaremos especificamente a obra *História Nova* (1990), de Jacques Le Goff, que ampliou a discussão a respeito da interdisciplinaridade na pesquisa historiográfica e abriu possibilidades para a volta da narrativa neste ramo da ciência.

A reflexão sobre se a história deve se basear em estruturas (isto é, a sistematização de movimentos sociais, políticos e econômicos) ou nas narrativas dos homens sobre os acontecimentos remonta à época do Iluminismo europeu. Porém, estes questionamentos ganharam relevância ao longo do século XX, quando a produção do texto e o conhecimento propiciado pela história foram postos em discussão por teóricos da área, em específico num movimento francês que ecoa ainda nos dias atuais.

Em contraposição aos movimentos vigentes até então (o positivismo¹¹ e o materialismo histórico¹²), dois renomados historiadores franceses, Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929. A partir dela, surgiu o movimento conhecido como *Escola dos Annales*, cujo objetivo era pensar a história sob uma perspectiva problematizante por meio dos métodos das Ciências Sociais, privilegiando a abordagem pluridisciplinar na pesquisa.

Até aquele momento, a historiografia tradicional entendia o tempo como linear e caberia à história contar a sucessão dos acontecimentos cronologicamente, de acordo com a visão dos grandes personagens. A história, sob a perspectiva dos *Annales*, deveria ir além da mera documentação de acontecimentos de forma cronológica e abordar as estruturas históricas de longa duração em uma sociedade (transformações políticas, cultura, eventos sociais, etc.) para expor e explicar a conjuntura de uma época, por meio do saber de outras áreas, como a sociologia, a filosofia, a arqueologia, a psicologia, a economia e a geografia. Desta forma, seria possível, situar, em médio e longo prazos, o desenvolvimento da civilização, a sua “mentalidade”, como afirma o historiador britânico Peter Burke (1991) em sua pesquisa sobre os *Annales*.

Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas (BLOCH, 2001, p. 30).

O estudo ao modo clássico da primeira e da segunda geração dos *Annales* remete a uma divisão entre estrutura (econômica e social) e conjuntura (tendências gerais), com pouca importância ao transcorrer dos acontecimentos. Para Lucien Febvre e Fernand Braudel (outro renomado historiador da segunda geração) a narrativa nada mais era do que uma superfície dos acontecimentos, acessível ao historiador comum, cujo conteúdo serviria de base para uma

¹¹ O positivismo é uma corrente filosófica surgida na França no começo do século XIX, Seus principais idealizadores foram Augusto Comte e John Stuart Mill. Segundo esta concepção, o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro, capaz de levar a ordem e o progresso à humanidade. O método, nesta concepção, deveria ter sua eficácia comprovada cientificamente, conforme Ribeiro Junior (1983).

¹² O materialismo histórico é uma teoria de cunho marxista que vê a possibilidade e explicar a história por meio da produção material que cada indivíduo traz à sociedade. Seu método consiste em analisar as ligações entre os homens por meio de sua força de produção, isto é, quanto cada um poderia produzir, seja por seu poder aquisitivo, seja por suas habilidades técnicas. Desta forma, a sociedade seria capaz de alterar sua produção de bens materiais e, conseqüentemente, suas relações sociais, conforme Rodrigues (2016).

análise de suas estruturas mais profundas, como ressalta Burke (2011). Sob este viés, a narrativa deixa em segundo plano questões importantes do passado que ela é incapaz de conciliar, como a estrutura econômica e social, até a experiência e os modos de pensamento da população.

Em 1978, Jacques Le Goff, da terceira geração dos *Annales*, publica *A História Nova* (1990), na qual defende que a historiografia passava de uma mudança de uma “história do todo”, que buscava articular todas as instâncias do social, para uma “história total”, que faz uso de fontes que descrevem pequenos recortes de espaço ou de estreitas fatias de análise da vida social e humana. Assim, o todo poderia ser projetado na parte, ou ser acessado por meio da parte que ilumina e permite ver a totalidade, por meio da narrativa.

Hayden White (2001), afirma que os historiadores negligenciam as reflexões literárias de sua própria época (os acontecimentos no mundo exterior e a sua representação). Ao pensar o texto histórico enquanto artefato literário, ele defende que o significado de uma obra de história é resultado de uma construção linguística aplicada pelo narrador. Sob essa perspectiva, o autor retira da história ‘o fardo da verdade’ e a põe sobre o mesmo patamar da literatura, como apenas construção ficcional. “As narrativas históricas são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quando descobertas” (WHITE, 2001, p. 98). Com esta reflexão, White (2001) põe a construção narrativa para além das questões de verdade e mentira, pois a literatura e a história são constituídas como formas de interpretar o mundo e narrá-lo, construindo uma significação sobre a realidade. Para o autor, o “historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo” (WHITE, 2001, p. 53)

Paul Ricoeur (1994) amplia esta percepção para além da cultura, chegando à construção textual científica. Para ele, toda história que tem a pretensão de revelar estruturas latentes na sociedade, mesmo a mais quantitativa, recorre a alguma forma narrativa. “Minha tese repousa na asserção de um laço indireto de derivação pelo qual o saber histórico procede na compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica” (RICOEUR, 1994, p. 134). Ao levantar estas reflexões, não pretendemos tomar um partido quanto à construção textual da literatura ou da ciência; pretendemos apenas trazer contribuições que nos ajudem a compreender a importância da construção textual para além de uma ou outra disciplina teórica.

Voltando à discussão específica no campo da história, percebemos que as ideias de Jacques Le Goff (1990) tiveram eco no pensamento do historiador britânico Lawrence Stone

(1980), apud Hobsbawn (1998). Ele acredita no ressurgimento da “história narrativa”, pois, houve um declínio da história generalizante que questionava os grandes porquês. Isso ocorre, segundo o autor, por conta da desilusão causada pelos modelos de explicação econômicos-deterministas, que se destacaram após a Segunda Guerra Mundial, interessados exclusivamente em apresentar resultados mensuráveis sobre os acontecimentos humanos. Ele entende que a história narrativa cronológica, composta por um relato coerente, com subenredos e uma concentração no homem e não nas circunstâncias, ganha relevância no contexto historiográfico como meio para esclarecer questões amplas, que ultrapassam o relato particular e seus personagens.

Desta forma, surge entre os historiadores o interesse em recorrer à história factual ou mesmo a história biográfica, apresentada por intermédio da literatura e dos recursos audiovisuais. O que resulta no alargamento do campo de pesquisa e reflexão da história, pois ela passa a observar as mais diversas representações de vida, desde a do mendigo até a do imperador. “Para quase todas elas, o evento, o indivíduo e até a retomada de algum estilo ou modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas meios de esclarecer alguma questão mais ampla, que ultrapassa em muito o relato particular e seus personagens” (HOBSBAWN, 1998, p. 202).

Sob esse prisma, acreditamos ser importante destacar que romances relevantes mundialmente são temporalmente situados em momentos de rupturas estruturais nas sociedades em que a narrativa se desenvolve e, deste modo, revelam o impacto de tais acontecimentos na vida dos indivíduos. Exemplos são as obras *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói, *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago, *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, entre outras. Hobsbawn (1998) reitera que a história dos homens e suas mentalidades, ideias e eventos pode ser vista como complementar à análise das estruturas e tendências econômicas e sociais dos *Annales* das primeiras gerações.

4.7 As novas reflexões sobre o uso da narrativa pela história

Roger Chartier (2011), historiador francês contemporâneo e membro da quarta geração dos *Annales*, filiado à concepção da Nova História, situa a escrita da história como uma narrativa, no sentido aristotélico, de organizar uma intriga em ações representadas. Ele acredita que os historiadores estruturalistas pensavam ter deixado a história dos acontecimentos em

segundo plano em prol das estruturas, liberando assim a história da narração e da fábula. Isto era motivado, segundo o autor por três elementos:

“[...] opor aos personagens das antigas narrativas as entidades abstratas manipuladas pela história; opor ao tempo da consciência individual o tempo hierarquizado [...] das durações articuladas e estruturadas (longa duração, conjuntura, acontecimento); opor à dimensão autoexplicativa da narrativa um saber que pode ser objeto de controle e verificação. (CHARTIER, 2011, p. 355-356)

Esta é a forma que a história científica acreditava ter derrubado sua ligação com as seduções da narrativa. Entretanto, Chartier (2011) recorre a Ricoeur (1994) para afirmar que, nas narrativas de ficção de história, o modelo de inteligibilidade fundamental de um texto é o da imputação causal singular, isto é, a compreensão dos fatos por meio de suas causas ou consequências, intermediada por uma intriga, ao molde aristotélico. Logo, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que na ficção e, no relato de um acontecimento político, por exemplo, o narrador necessariamente recorre às decisões dos líderes, de forma a personificá-los, o que dificulta uma visão sobre as estruturas que os cercam.

Chartier (2011) identifica que a relação entre história e verdade está associada à relação entre história e ficção. Isto porque as obras de ficção tornaram-se fonte para a história. Para ele, a questão essencial na historiografia é entender como cada obra é construída em relação com “discursos ou práticas ordinários” (CHARTIER, 2011, p. 348). Segundo o autor, a obra de ficção faz uso de materiais e matrizes do mundo social, as quais ela desloca e transfere para outro regime de discursos e práticas, o que faz a obra inteligível para o seu público. Isto significa, em outras palavras, que os registros estéticos de uma obra manifestam para o seu público possuem também uma visão política, do judiciário do religioso, do ritual, entre outros.

Também contemporâneo, porém não ligado à Escola dos *Annales*, Peter Burke (2011) entende que a importância da narrativa para a historiografia passa por um renascimento. O historiador britânico, professor emérito da Universidade de Cambridge, pondera que o acontecimento transitou entre o protagonismo e a figuração nos livros de história. Entretanto, após um longo período em segundo plano, o acontecimento passou a ganhar relevância. Isto é resultado de uma oposição entre os teóricos.

De um lado, os historiadores estruturais defendem que a narrativa é incapaz de conciliar a estrutura econômica e social com os pensamentos das pessoas comuns. De outro, sob o viés

dos defensores da narrativa, as análises estruturais e conjunturais dão pouco espaço para o acontecimento e são estáticas e, em certo sentido, não históricas, pois não representam a cronologia do tempo. Dito isso, o autor defende a necessidade de encontrar um meio termo entre narradores e analistas de história, pois eles tratam o acontecimento e a estrutura deste acontecimento como algo fácil de ser identificado.

Burke (2011) entende que o problema não está na narrativa em si, mas no modo como ela é utilizada. Ele parte da afirmação de que empregamos o termo “acontecimento” de forma vaga, pois o utilizamos para referir tanto a eventos de poucas horas como de décadas. Desta forma, até pode ser útil desmembrar um fato entre os extremos do “acontecimento” e da “estrutura”, mas isto reduz um espectro de possibilidades, principalmente no centro. O autor propõe pensar a relação entre acontecimentos e estruturas para além desta oposição e encontrar uma síntese entre as duas interpretações: “um novo tipo de narrativa poderia, melhor que as antigas, fazer frente às demandas dos historiadores estruturais, ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises” (BURKE, 2011, p. 347).

Neste contexto, a aproximação entre as formas de escrita literária e histórica pode facilitar o trabalho de comunicação dos historiadores sob três formas. Na primeira, os conflitos e guerras contados pela história poderiam ser mais inteligíveis à diversidade social de tipos de linguagens, de forma a esclarecer os pontos de vista de mais de um narrador. Na segunda, embora o trabalho do historiador não possa ser resumido à atividade retórica, torna-se pertinente utilizar uma narrativa para conscientizar o leitor do caráter interpretativo da história, isto é, o que está no texto é uma versão parcial do acontecimento, não o acontecimento em sua totalidade. Por fim, surge o problema de elaborar uma “descrição densa”, na terminologia do antropólogo Clifford Geertz (1989), que dê conta de abranger o acontecimento e a sua estrutura, conforme Burke (2011).

Isto faz aparecer o problema de narrar um acontecimento ao mesmo tempo de relacioná-lo às suas explicações estruturais e o desafio de confluir o tempo público, dos acontecimentos, e o tempo privado dos personagens. Além do mais, os historiadores não podem criar livremente seus personagens como os romancistas, o que criaria a necessidade de criarem suas próprias técnicas de ficção para suas obras factuais.

Visões retrospectivas, cortes e a alternância entre cena e história: essas são técnicas cinematográficas (ou na verdade literárias) que podem ser utilizadas de uma maneira

superficial, antes para ofuscar do que para iluminar, mas podem também ajudar os historiadores em sua difícil tarefa de revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas e apresentar pontos de vista múltiplos. Desenvolvimentos desse tipo, se continuarem, podem reivindicar ser vistos, não apenas como mero “renascimento” da narrativa, como denominou Stone, mas como uma forma de regeneração”. (BURKE, 2011, p. 356).

Entendemos que Burke (2011) defende a evolução do raciocínio narrativo para além da oposição binária entre acontecimento e estrutura e a partir disso busca estabelecer uma relação dialética na qual cada um destes extremos ajuda a explicar o outro mutuamente. Concordamos com o autor e, sob nossa perspectiva, parece que tal construção se faz presente em alguns aspectos na obra em análise, pois o narrador conta os fatos baseando-se em historiadores e dados da época retratada. Além do mais, faz remissões do passado para o presente, comparando a conjuntura econômica e social de cada época, trazendo informações e interpretações que ajudam o leitor a entender o processo da Proclamação da República e o país atual em que vivemos.

Sob este prisma, acreditamos ser possível criar um entendimento sobre a narrativa jornalística de história. Para nós, ela é híbrida, pois traz a forma de entender o objeto do jornalismo partindo do singular (o título do livro evidencia as peculiaridades dos personagens protagonistas) e conta os fatos de forma narrativa, isto é, utiliza um fato central – a Proclamação da República – como intriga sob a qual surgem os antecedentes e os consequentes, ao molde aristotélico, tendo a história como tema. Esta construção, traz a síntese entre o fato e a sua estrutura, não a de caráter científico da ciência historiográfica, mas uma síntese sob viés jornalístico, reafirmando a importância da narrativa para o conhecimento, inclusive o conhecimento sobre os fatos históricos.

A partir desta visada, também é possível entender o lugar que se enquadra nosso objeto, o que remete à introdução da obra: um livro que faz uso da “linguagem e técnica jornalísticas como recursos que julgo capazes de tornar história um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado a se interessar pelo assunto.” (GOMES, 2013, p. 28). Tal constatação nos faz vislumbrar a potencialidade de tal discurso, pois ele assume uma lógica não convencional no jornalismo do dia a dia e trabalha com uma temática que exige distanciamento e contextualização.

Logo, o autor precisa criar determinados efeitos narrativos para adaptar o discurso à dinâmica do jornalismo, mas sem perder a sua importância enquanto narrativa sobre a história.

Configura-se, portanto, uma convergência entre a história, como fundo temático, o jornalismo, enquanto técnica de pesquisa e de escrita, e a literatura, como meio para criar efeitos potencializadores do discurso. Isso vai ao encontro do que discutem teóricos da área, entre os quais Luiz Gonzaga Motta (2013).

A análise da narrativa jornalística é um meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática), integrando elementos dessas duas vertentes em uma síntese narrativa nova e singular, que precisa dar conta da complexidade semiótica da comunicação jornalística. (MOTTA, 2013, p. 100)

Tal complexidade está ligada aos efeitos propiciados por essa abordagem para a construção do tempo, elemento estruturante da narrativa, sob o qual acreditamos repousar a diferenciação entre o jornalismo e história. Veremos o que emerge desta construção na análise. Antes, porém, seguiremos ao método.

5 O TEMPO NO LIVRO EM ANÁLISE

Após a revisão teórica dos três primeiros capítulos, nos aproximamos da análise do nosso objeto. Inicialmente, porém, faz-se necessário recapitular de forma resumida o que vimos nesta pesquisa. No primeiro capítulo observamos a evolução da percepção sobre a narrativa, os elementos básicos que a compõe e as interlocutores que participam deste processo de comunicação. Em seguida, investigamos a relação entre tempo e narrativa e como este elemento é utilizado no jornalismo e na história. No terceiro capítulo, abordamos a convergência entre jornalismo, literatura e história e conceituamos o que viria a ser uma narrativa jornalística de história.

Com esta base, acreditamos que será possível ver o que emerge da construção do tempo no livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes, e fazer uma leitura de tal constatação. Para tal, conforme os objetivos propostos e o referencial teórico apresentado, adotamos a *pesquisa bibliográfica* e o *estudo de caso* como métodos para descobrir os significados que emergem da construção temporal do objeto.

Esta escolha se dá pela natureza da nossa pesquisa, visto que precisamos de um embasamento teórico para entender o tempo no nosso objeto de estudo e, como seria impossível estudar o tempo em todas as obras do fenômeno, precisamos focalizar nossas atenções num caso. Além do mais, buscamos ver quais sentidos emergem desta construção narrativa. Desta forma, utilizaremos estes métodos, mas, dada a complexidade da pesquisa, precisaremos fazer alguns ajustes, como se verá abaixo. A seguir vamos trazer aspectos sobre o trabalho que em parte já fizemos na pesquisa bibliográfica e abordaremos o estudo de caso e sua importância para a pesquisa em questão.

5.1 Pesquisa bibliográfica

Quando a tradição oral foi substituída pelos registros impressos, permitiu-se a transmissão do conhecimento com maior precisão, o que facilitou o desenvolvimento do saber. Livros, teses, dissertações, monografias, artigos, entre outros são considerados verdadeiros estoques do conhecimento. A consulta bibliográfica, assim, é uma facilitadora para a busca do

conhecimento, pois ela evita que o pesquisador despenda esforços em problemas cuja solução já foi encontrada anteriormente, informa-o do estado da arte sobre determinado campo do saber e o orienta sobre os passos que devem ser seguidos para alcançar o conhecimento.

[...] a revisão da literatura acompanha o trabalho acadêmico desde a sua concepção até a sua conclusão. Da identificação do problema e objetivos do estudo, passando por uma fundamentação teórica e conceitual, pela escolha da metodologia e da análise de dados, à consulta à literatura pertinente se faz necessária. (STUMPF, 2011, p 54)

Ela também é como um manual para aplicação de uma teoria em determinados contextos e sua importância continua na etapa de análise dos dados coletados, porque é nesta fase que o exame dos textos pode auxiliar a interpretação e a explicação dos fenômenos observados. Desta forma, a pesquisa bibliográfica nos auxiliou até o momento com a base teórica e será útil nas considerações finais de nossa pesquisa. Assim, a consulta à bibliografia existente é questão *sine qua non* para o desenvolvimento da pesquisa e para a produção de novos conhecimentos científicos no universo acadêmico.

Na pesquisa bibliográfica, trouxemos as possíveis escolhas feitas pelo autor e empregadas pelo narrador, quando abordamos a narrativa de forma geral, o tempo enquanto elemento significativo do texto e a utilização destes mecanismos nas narrativas jornalísticas e historiográficas. Tal embasamento nos guiará posteriormente na compreensão do fenômeno, quando precisaremos de argumentação para as considerações finais da nossa pesquisa.

5.2 Estudo de caso

Empregado principalmente em pesquisas nas Ciências Sociais, em disciplinas como Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Administração Pública e Educação, o estudo de caso é uma análise aprofundada de uma unidade, que permite o conhecimento de uma realidade. Yin (2001, p.32) o define como uma inquirição empírica “que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”.

Stake (1994) apud Duarte (2006) sugere que o estudo de caso, antes mesmo de ser uma escolha metodológica, é uma escolha do objeto a ser estudado. Trata-se de um método para

olhar determinada realidade social e organizar dados preservando o caráter unitário do objeto, nesta ocasião um livro. Merriam (1996) apud Duarte (2006, p. 217) enumera quatro características essenciais deste método de pesquisa:

1. particularismo: o estudo se centra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação;
3. explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre os elementos. (MERRIAM, 1996, apud DUARTE 2006, p. 217)

O principal objetivo das pesquisas que utilizam o estudo de caso, então, é a compreensão dos eventos particulares por meio da descrição, da classificação (tipologia), do desenvolvimento teórico e do teste ilimitado da teoria, com vista de trazer novos significados e/ou relações do objeto de análise em relação com uma totalidade. Neste ponto, vale destacar a afirmação de Castro (1977, p. 89): “mesmo no estudo de caso, o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo.” Assim, temos neste método o objetivo de clarear a visão sobre o objeto e descobrir novos significados desta convergência narrativa.

Pensando nisso, dentre os tipos de estudo de caso (exploratórios, descritivos e de ordem prática), sugeridos por Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), optamos pelo exploratório. Isto porque tentamos abrir novas problemáticas com a pesquisa em questão, explorando o caráter temporal e seus reflexos num texto que mescla jornalismo, literatura e história, sugerindo hipóteses para pesquisas posteriores.

Cabe ressaltar ainda que o estudo de caso está relacionado à aplicação dos conhecimentos obtidos na revisão bibliográfica, quando verificaremos uma parte (a utilização do tempo no livro *1889*), dentro de um fenômeno maior (a migração de jornalistas, profissionais que costumam trabalhar estendendo o presente, para escrever grandes reportagens sobre o passado). Ora, sob esta ideia, buscaremos esclarecer um ponto que acreditamos ser relevante para se entender este fenômeno, pois concordamos que “o pesquisador trabalha com o pressuposto de

que o conhecimento não é algo acabado, mas que está sempre em construção” (DUARTE, 2006, p. 233).

Quanto ao desenvolvimento, Nisbet e Watt (1978) apud Duarte (2006) enumeram três fases para o sucesso da pesquisa: uma fase exploratória, na qual se estabelecem pontos críticos, contatos e fontes de dados (a qual fizemos ainda no projeto de monografia, quando levantamos questionamentos sobre a construção narrativa dos jornalistas que escrevem livros sobre a história); uma fase de coleta de informações (exposta na revisão bibliográfica) e uma fase de análise (que partiremos em seguida), na qual se interpreta os dados e se elabora o relatório.

5.3 Proposta de método

Primeiramente, vale salientar que Juremir Machado da Silva (2010, p. 15) diz que “pesquisar é fazer vir à tona o que se encontra, muitas vezes, praticamente na superfície do vivido.” Tal afirmação se enquadra no objetivo deste trabalho, no qual buscamos desvelar a origem de determinadas escolhas de apuração e escrita do jornalista que emprega técnicas peculiares do jornalismo para pesquisar personagens, narrar acontecimentos e criar o sentido temporal numa narrativa de cunho histórico.

Concordamos com Motta (2013), para quem uma grande reportagem, como a do nosso objeto, constitui-se como uma narrativa diferente da apresentada no jornalismo cotidiano, podendo ser analisada sob os métodos da narratologia. “Esse tipo de narrativa não apresenta problemas para o analisa, porque se assemelha às narrativas da tradição, como o conto e a fábula, e sua análise poderá seguir passos semelhantes à análise desse tipo de expressão narrativa.” (MOTTA, 2013, p. 102). Logo, como os métodos de análise da narrativa propostos para o jornalismo são focalizados nas notícias dispersas do cotidiano, propomos uma adaptação metodológica voltada ao livro, uma narrativa integral, centralizada no fato da Proclamação da República no ano de 1889.

Como lembra Motta (2013), os significados não estão previamente inscritos na realidade, mas dependem do corpo de categorias aplicadas em cada caso. Desta forma, criaremos categorias de referência ao tempo aplicadas pelo narrador. Com isto em mãos, buscaremos identificar os elementos narrativos que emergem do livro. Isto será exposto numa tabela em que

serão explicitados trechos da obra para análise da seguinte forma: *categoria de tempo, excerto e página*.

Destacamos que, apesar do estudo de caso permitir a coleta e o tratamento de dados de forma quantitativa, este estudo será balizado fundamentalmente por métodos qualitativos. Segundo Bob Stake (2011), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser “interpretativa, baseada em experiências, situacional e humanística” (STAKE, 2011, p. 41), sendo consistente com suas prioridades de singularidade e contexto. Nesse caso, a parte quantitativa será utilizada apenas para contabilizar o número de vezes em que uma determinada categoria se faz presente no texto.

Por fim, trazemos esta observação na qual sobressai a importância da escolha metodológica: “Uma metodologia é uma ferramenta (uma técnica), mas não é neutra, logo implica uma visão de mundo” (SILVA, 2010, p. 34). Por isso - é importante ressaltar - a partir daqui teremos uma visada sobre o trabalho de construção de sentido do tempo feita pelo autor, a partir destas escolhas metodológicas. Sigamos, pois, às categorias de tempo.

5.3.1 Categorias para análise do tempo

Genette (1972) defende que o tempo é possível de ser visto por meio de marcas textuais. Entretanto, ressaltamos que as categorias elaboradas pelo autor e expostas no segundo capítulo foram elaboradas para a literatura. Por isso, propomos categorias que nos remetam às marcas referenciais do jornalismo, pois pretendemos desvendar escolhas do narrador, um jornalista, que escreve sobre um momento histórico. Isto porque nosso objeto é classificado como gênero jornalístico sob duas categorias: diversional e interpretativo e apresenta escolha pela singularidade, conforme a teoria de Genro Filho (2012), o que nos remete à preferências que tragam peculiaridades dos momentos históricos, com base interpretativa contextualizada.

Desta forma, nossas categorias de análise para explicitar o tempo no livro *1889* devem entender a temporalidade sob a forma narrativa do jornalismo, com o pano de fundo da história. Optamos, então, por uma adaptação metodológica voltada à concepção do tempo enquanto elemento exterior que conhecemos mas não sabemos como explicá-lo, conforme a aporia de Agostinho (1996), mas que o transformamos narrativamente no tempo humano, conforme Ricoeur (1994). Isto é, o tempo referenciado no enunciado, neste caso no livro *1889*.

Por isso, adaptamos a concepção do *tempo da história*, de Genette (1972), a qual serve de base para as ideias apresentadas por Reis e Lopes (1988) e D’Onofrio (2006). Também nos remetemos à divisão do tempo de Nunes (1988), pois ela oferece a organização primária, que dá conta de abarcar tanto a experiência individual, social e cultural que contribui para a concepção de uma ideia da passagem temporal. Desta forma, fazemos um transporte conceitual destas concepções para criar divisões capazes de dar conta dos usos do tempo no objeto em questão. Assim, nossa escolha é pelas três categorias do *tempo cronológico*: *tempo natural*, *tempo calendário* e *tempo relógio*; e, por fim, o *tempo psicológico*, e, por fim, o *tempo histórico*. A seguir explicaremos o entendimento que adotamos sobre estas cinco categorias.

Tempo natural: é a temporalidade narrativa que se refere às marcas deixadas pela natureza, nos períodos dos dias (manhã, tarde, noite), estações do ano (inverno, primavera, verão e outono) e pelas fases da vida (criança, jovem, adulto, idoso, etc.).

Tempo calendário: é a forma de mensurar o tempo e transformá-lo num tempo dominado pelo homem, na numeração dos dias, meses, anos, décadas, séculos.

Tempo relógio: é a explicitação do tempo humano ao longo dos dias, por meio da passagem da história em segundos, minutos ou horas.

É importante ressaltar ainda que estas três concepções quantitativas do tempo podem se apoiar no princípio de causalidade (entre causa e efeito) como modo de sucessão dos eventos na narrativa.

Tempo histórico: remete a momentos e/ou lugares de importância para a historiografia. Harmoniza-se com as categorias do *tempo cronológico*, pelas quais dá sentido, de acordo com os acontecimentos firmados como eixo para a vida em sociedade. Esta é uma forma que acreditamos ser pertinente no objeto em análise (uma reportagem jornalística) para a contextualização dos fatos, visto a necessidade de expandi-los de sua singularidade para a particularidade e a universalidade.

O *tempo histórico* aparecerá quando o autor cruzar dois fatos separados por anos como forma de construir um novo significado desta relação para o enredo da obra. Conforme Nunes (1988), esta concepção ocorre sob duas distâncias temporais. Primeiramente, nos intervalos curtos, que se ajustam ao contexto dos fatos singulares, como guerras, revoluções, independências, migrações, etc. Em seguida, nos intervalos longos, que correspondem a processos e suas estruturas, tais como a formação do feudalismo, o advento do capitalismo etc.

Desde modo, para esclarecer a concepção do *tempo histórico* que utilizaremos na análise, ressaltamos que para nós só terá validade os acontecimentos históricos rememorados pelo autor, o que independe das datas do *tempo cronológico*, mas com elas provavelmente irão se mesclar.

Tempo psicológico: referente às experiências dos estados internos do sujeito, de forma qualitativa. Ele não coincide com as medidas objetivas do *tempo cronológico*, pois refere-se à apreensão das vivências, podendo ser variável de indivíduo para indivíduo. Neste, o presente se faz em função das memórias do passado ou dos projetos futuros, criando um novo significado. Assim como o *tempo cronológico*, também é irreversível, pois a apreensão da experiência jamais pode se repetir da mesma forma. Também é chamado de *tempo vivido* ou *duração interior*.

Desta forma, o *tempo natural*, o *tempo calendário* e o *tempo relógio* podem ser medidos quantitativamente, o *tempo histórico* diz respeito ao teor cultural qualitativo sob bases quantitativas pelo qual um evento é visto e, finalmente, o *tempo psicológico* é visto exclusivamente pelo modo qualitativo. Cabe ressaltar que nossa pesquisa se dá no *tempo do discurso*, mas a representação do tempo que buscamos encontra-se na instância do *tempo da história* de Genette (1972).

A explicitação do tempo no livro *1889* (2013) se dará por meio de uma tabela, na qual serão expostos os excertos temporais de cada capítulo. Ao fim da apreciação do capítulo, apresentaremos nossas considerações sobre a sua construção temporal, com base nos sentidos que emergem na tabela. Na interpretação final, buscaremos fazer uma apreciação geral sobre o uso do tempo no objeto em análise. A tabela que utilizaremos trabalhará com as seguintes colunas: *página*, *excerto* e *categoria de tempo*.

Na coluna *categoria* enquadraremos o intervalo de texto em alguma das cinco categorias de tempo já explicadas. Na coluna *excerto* isolaremos os fragmentos da narrativa que indiquem uma manifestação do tempo. Nesta marcaremos com negrito a parte do trecho que se refere à sua temporalidade. Por fim, a coluna *página* servirá para posicionar onde está o trecho em questão no livro. Ao fim da explicitação no capítulo, traremos uma interpretação sobre a sua construção.

Tabela 1: Modelo para análise do tempo no livro *1889*: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil (2013).

| 1. TÍTULO DO CAPÍTULO | | |
|-----------------------|---------|--------|
| Categoria | Excerto | Página |
| | | |

Vale salientar que os *excertos* da tabela não se referem a todas as referências temporais na obra em análise. Eles dizem respeito aos instantes que marcam uma passagem temporal diretamente ligada à intriga (isto é, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889) ou à história do Brasil. Desta forma, referenciais às transformações pelas quais passaram o mundo no século XIX e que não tragam nenhuma conexão direta com os personagens principais (D. Pedro II, Princesa Isabel, Conde D’Eu, Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto, Benjamin Constant) ou ainda às instituições e personagens diretamente interligadas à tessitura da intriga (os republicanos, a mocidade militar, os abolicionistas) não serão apresentadas na tabela. Isto porque acreditamos que estas remissões, embora importantes para a contextualização da obra, fogem da intriga e nos trariam dificuldades de análise do objeto enquanto narrativa e o tornaria, assim, incognoscível.

Ressaltamos ainda que não nos interessaremos pela flexão dos verbos, que cria um sentido de tempo, pois nosso foco estará sobre as referências ao tempo no enunciado. Tais referências dizem respeito única e exclusivamente às palavras do autor. Desta forma, citações diretas reproduzidas das fontes não serão postas na tabela, isto porque nos interessamos pela construção narrativa referenciada no livro.

Por fim, vale destacar que a quantidade de vezes que uma determinada *categoria* de tempo aparecer no *excerto* será numerada entre parênteses. Pode acontecer ainda de duas concepções de tempo serem mescladas para formar um novo sentido, como, por exemplo, numa remissão ao *tempo histórico* com a precisão de datas do *tempo calendário*. Se isso ocorrer, citaremos esta convergência na coluna *categoria*. Lembramos por fim que, como adaptamos categorias gerais do tempo para a análise, pode acontecer de alguma manifestação não conceituada aparecer no texto. Se isto ocorrer, iremos citar o trecho na coluna *categoria* e iremos pontuar que está é uma categoria não conceituada. Na interpretação final tentaremos entender este excerto em sua especificidade junto às outras categorias. Agora, sigamos à tabela.

6 TABELA PARA EXPLICITAR O TEMPO

Tabela 2: O tempo no livro *1889*: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil (2013).

| 1. O PRÍNCIPE E O ASTRONAUTA | | |
|---|--|--------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (3) e tempo histórico. | NAS ÚLTIMAS SEMANAS DE 1889 , a tripulação de um navio brasileiro ancorado no porto de Colombo, capital do Ceilão (atual Sri Lanka), foi pega de surpresa pelas notícias alarmantes que chegavam do outro lado do mundo. O cruzador <i>Almirante Barroso</i> partira do Rio de Janeiro em 27 de outubro do ano anterior para uma grande aventura. [...] Depois de cruzar o temido cabo Horn, no extremo sul do continente americano, o navio brasileiro passara algumas semanas em Valparaíso, no Chile [...] | 33 |
| Tempo calendário (3) e tempo histórico. | Despachado do Rio de Janeiro no dia 17 de dezembro , o telegrama, na verdade, só confirmava os rumores que a tripulação tinha ouvido na escala anterior, na Indonésia. O Império brasileiro, até então visto como a mais sólida, estável e duradoura experiência de governo na América Latina, com 67 anos de história , desabara na manhã de 15 de novembro . Estava tão seguro disso que, no dia 2 de dezembro , aniversário do imperador Pedro II, ordenou que a bandeira imperial fosse hasteada a bordo e saudada por toda a tripulação | 34 |
| Tempo calendário e tempo histórico. | Em resumo, enquanto não se soubesse exatamente que símbolo haveria no centro da bandeira republicana, Custódio de Mello deveria apenas trocar a coroa imperial por uma estrela vermelha – coincidentemente, símbolo do Partido dos | 35 |

| | | |
|----------------------|--|----|
| | Trabalhadores, que, um século mais tarde, assumiria o governo da República brasileira. | |
| Tempo calendário. | No caso do <i>Almirante Barroso</i> , o Brasil, tal qual a tripulação o conheceu antes da partida do Rio de Janeiro, também deixara de existir no final de 1889 , mas a situação do príncipe era até mais incerta do que a do astronauta soviético. | 37 |
| Tempo calendário. | Na manhã seguinte, 18 de dezembro , dom Augusto procurou o comandante para informar que, em vez de renunciar, concordava em pedir licença do serviço militar brasileiro por seis meses. | 38 |

Capítulo 1: este começa por um fato singular (a notícia da queda do império recebida por uma tripulação no Sri Lanka) próxima temporalmente ao fato principal (a Proclamação da República). Aqui tem-se a primeira referência ao império brasileiro, a mais sólida experiência de governo na América Latina, ressaltando a importância do império que caía naquele momento. Depois, surge uma contextualização com um fato de mais de 100 anos depois (a estrela do governo petista). Volta-se então à trama do príncipe perdido no Sri Lanka.

| 2. O GOLPE | | |
|---|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo natural e calendário e tempo calendário (3). | Na manhã de 7 de novembro de 1889 , uma quinta-feira , o advogado Francisco Glicério de Cerqueira Leite recebeu pelo telégrafo em seu escritório em Campinas, interior paulista, uma curta mensagem Naqueles dias, os republicanos paulistas andavam alvoroçados com as notícias do Rio de Janeiro. As informações mais preocupantes tinham chegado na véspera, 6 de novembro . | 39 |
| Tempo natural e calendário e tempo calendário. | Na manhã seguinte, 8 de novembro , mal refeito da noite passada em claro, Glicério rumou novamente de trem para a capital do Império, onde uma semana mais tarde participaria de um dos acontecimentos mais decisivos na história brasileira – a queda do Império e a Proclamação da República. | 40 |

| | | |
|--|--|----|
| Tempo natural e calendário. | Às onze horas da noite de 6 de novembro , três dias antes da chegada de Glicério à capital, um grupo de militares havia se reunido na casa do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática da Escola Militar da Praia Vermelha e diretor do Instituto dos Meninos Cegos. | 41 |
| Tempo calendário (3) e tempo histórico (2). | Por uma ironia da história, o “sanguinário” Joaquim Inácio Cardoso, então com 29 anos , viria a ser avô de um futuro Presidente da República , o manso Fernando Henrique Cardoso. Dois dias depois de chegar ao Rio de Janeiro, Francisco Glicério foi levado por Aristides Lobo à presença do marechal alagoano Manoel Deodoro da Fonseca [...] Aos 62 anos , com a vida marcada por atos heroicos na Guerra do Paraguai e sucessivos desentendimentos com as autoridades imperiais, Deodoro era o depositário de todas as esperanças dos conspiradores republicanos. | 42 |
| Tempo natural e calendário. | Por essas razões, o encontro na noite de 11 de novembro, segunda-feira , apesar de rápido, foi tenso. | 43 |
| Tempo natural e calendário e tempo calendário (3). | Até aquele momento não se tinha certeza a respeito da data precisa da revolta. Nas reuniões realizadas na casa de Deodoro e Benjamin os conspiradores trabalhavam com duas possibilidades. A primeira, mais provável, seria a tarde do dia 16 de novembro, um sábado , quando todos os ministros estariam reunidos com o Visconde de Ouro Preto. A segunda era 20 de novembro, quarta-feira seguinte. Nesse dia se reuniriam pela primeira vez no Rio de Janeiro os deputados e senadores eleitos em agosto . | 44 |
| Tempo natural e calendário. | Na tarde de 14 de novembro , quinta-feira, Glicério e Aristides Lobo andavam pelo largo de São Francisco, no centro da cidade, quando viram Benjamin Constant descer de um bonde. | 45 |
| Tempo natural e calendário e tempo histórico. | Ao cair da tarde desse mesmo dia 14 , o ministro da Guerra, Rufino Enéias Gustavo Galvão, visconde de Maracaju, recebeu do marechal alagoano Floriano Vieira Peixoto um bilhete premonitório. Era um jogo de faz de conta, que transformaria Floriano Peixoto na figura mais enigmática da história da Proclamação da República | 46 |

| | | |
|--|--|----|
| Tempo relógio e natural e tempo histórico. | Por volta das onze horas da noite , o ministro teve a confirmação de seus temores: o chefe de polícia informava que a Segunda Brigada do Exército, aquartelada em São Cristóvão, marchava para o Campo de Santana (atual Praça da República na época também conhecida como praça da Aclamação). | 47 |
| Tempo relógio e natural (2) e tempo calendário. | Por volta das três horas da madrugada , Ouro Preto decidiu se transferir para o Arsenal da Marinha, cujas instalações se distribuíam entre o sopé do morro de São Bento, rente ao mar, e a ilha das Cobras, sede do Comando Naval brasileiro. Ao alvorecer do dia 15 , uma sexta-feira , diante das notícias de que mais tropas rebeladas marchavam para o centro da cidade, o visconde de Ouro Preto tomou mais uma decisão, da qual haveria de se arrepender pelo resto da vida. | 48 |
| Tempo calendário e natural (2). | O dia 15 de novembro estava amanhecendo quando o marechal Deodoro conseguiu, enfim, uma trégua na crise de dispneia que o fizera passar a noite em claro. | 52 |
| Tempo natural e calendário. | Na manhã de 15 de novembro , para surpresa geral, um Deodoro transfigurado surgiu diante dos oficiais e soldados tão logo assumiu o lugar na sela do baio número 6. | 53 |
| Tempo relógio e natural. | Dom Pedro II recebeu o telegrama do visconde de Ouro Preto por volta das onze horas da manhã . | 57 |
| Tempo relógio e natural. | Pouco depois das nove horas da manhã , Deodoro aproximara-se do pátio do quartel e determinara que o portão lhe fosse aberto. | 58 |
| Tempo natural, tempo calendário e tempo calendário | O manifesto que o governo provisório divulgou naquela noite , assinado por Deodoro, anunciava que o Exército e a Armada tinham decretado a deposição da família imperial e o fim da Monarquia, mas em nenhum momento mencionava a palavra república. A consulta prometida por Benjamin Constant aconteceria somente um século mais tarde. Em abril de 1993 , ou seja, 103 anos após 15 de novembro de 1889 , os brasileiros finalmente foram chamados a | 63 |

| | | |
|--------------|---|--|
| e histórico. | decidir em plebiscito nacional se o Brasil deveria ser uma monarquia ou uma república. | |
|--------------|---|--|

Capítulo 2: neste sobressaem os momentos de ação, sob a ótica dos conspiradores, que resultaram na queda da monarquia (a intriga). O tempo se apresenta nas três instâncias cronológicas, principalmente nas horas e nas partes do dia, numa concepção do passado que acabou de acontecer, próxima do jornalismo *hard news*.

Logo no início, a narrativa traz a dimensão do fato que seria relatado no futuro do texto, o que estende o presente da leitura, assim como o jornalismo estende o presente nos seus enunciados no *hard news*. Há ainda duas transposições temporais. A primeira sobre um personagem, o sanguinário avô do “manso” Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1995 até 2002. A segunda traz a consequência dos atos daquele 15 de novembro, na votação sobre se o Brasil seria uma monarquia ou uma república, em 1993, ou seja, num tempo próximo ao do leitor. Tem-se então um capítulo que, numa forma de narrar do jornalismo cotidiano, traz remissões ao presente, como forma de dizer que os acontecimentos daquela época ainda ecoam na contemporaneidade. Por fim, aparece pela primeira vez a ideia de que a Monarquia, na verdade, não foi derrubada, ela simplesmente desmoronou.

| 3. O IMPÉRIO TROPICAL | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário e histórico e tempo histórico. | NO ANO DA PROCLAMAÇÃO DA República , o Brasil tinha cerca de 14 milhões de habitantes, 7º da população atual. De cada cem brasileiros, somente 15 sabiam ler e escrever o próprio nome. Desde a época da Independência o país tinha feito progressos significativos, embora ainda muito aquém de suas necessidades em alguns itens. | 65 |
| Tempo histórico (2) e Tempo calendário (2). | Como se isso não fosse suficiente, o país tinha ainda passado por outra experiência traumática, a Guerra do Paraguai , maior de todos os conflitos armados da história da América do Sul. Iniciada em novembro de 1864 , a Guerra do | 66 |

| | | |
|--|--|----|
| | Paraguai foi travada por mais de cinco anos, até março de 1870 . | |
| Tempo histórico (2) Tempo calendário (2). | Finda a Guerra do Paraguai , o país entrara em uma fase decisiva de transformações. O resultado tinha sido a Lei Áurea , que assinada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888 , colocara fim a quase quatro séculos de escravidão. | 68 |
| Tempo histórico (2), tempo calendário (5) | Na época dos barcos a vela, uma viagem entre o Brasil e a Europa demorava cerca de dois meses . Tinha sido esse o tempo que a frota do príncipe regente dom João levava para cruzar o Atlântico em 1808 , de Lisboa a Salvador, fugindo das tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte . Em meados do século , pouco antes da Guerra do Paraguai , o Brasil havia testemunhado ainda algumas mudanças no seu mapa político. O Amazonas, desmembrado do vizinho Pará, se tornara província autônoma em 1850 . No sul, o Paraná, até então a Quinta Comarca de São Paulo, também ganhara autonomia em 1853 . | 69 |
| Tempo calendário (4). | A cidade que mais crescia em 1889 , no entanto, era São Paulo, que chegaria a 239.820 habitantes no Censo de 1900 . Salvador, capital colonial até 1763 tinha 174.412 habitantes e apresentava crescimento estável enquanto no Recife, com 111.556, a população declinava em razão da crise da lavoura açucareira. Na Amazônia, um fenômeno a ser observado era o crescimento de Belém, que registraria 96.500 habitantes no Censo de 1900 , impulsionado pela febre da borracha. | 70 |
| Tempo calendário (9). | A imprensa, que chegara tardiamente ao Brasil com dom João em 1808 , passara por uma fase de rápida expansão nas décadas seguintes. Em 1876 já se publicavam cinquenta jornais no Rio de Janeiro, mais de quarenta em São Paulo, trinta em Pernambuco, 27 na Bahia e 22 no Pará. | 71 |

| | | |
|---|--|----|
| | <p>O Rio de Janeiro era a vitrine de todas as mudanças. A cidade recebera arborização em 1820, calçamento com paralelepípedos em 1853, iluminação a gás em 1854, bondes puxados a burro em 1859, rede de esgoto em 1862, abastecimento domiciliar de água em 1874.</p> <p>Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1883, vindo do Sul, o jornalista alemão Carlos von Koseritz, diretor do jornal <i>Gazeta de Porto Alegre</i>, ficou impressionado ao observar que, ali, todo mundo andava de bonde, incluindo ministros, deputados, senadores, barões e viscondes.</p> | |
| Tempo calendário. | <p>Também no Rio de Janeiro funcionava a escola mais importante do Brasil. Era o Imperial Colégio Pedro II, criado em 1837. [...] Em 1887, dos 569 alunos do Pedro II, só doze receberam a láurea de bacharel.</p> | 74 |
| Tempo calendário (3). | <p>Profundamente dependente da agricultura de exportação, o Brasil continuaria a canalizar todos os seus esforços para a grande lavoura. Era ela a base de sustentação do Império tropical. E continuaria a ser a da República até pelo menos meados do século XX.</p> <p>Nos duzentos primeiros anos da colonização, a riqueza brasileira se concentrara na região Nordeste, no chamado ciclo do açúcar. Depois migrara para Minas Gerais, na corrida do ouro e do diamante que marcou a primeira metade do século XVIII.</p> | 78 |
| Tempo histórico (2) e tempo calendário (5). | <p>O produto, que na época da Independência representava apenas 18% do total da pauta de exportações brasileiras, em 1889 já alcançava 68%, ou seja, pouco mais de dois terços do total. O número de sacas exportadas saltou de 129 mil em 1820 para 5,5 milhões em 1889.</p> <p>Entre 1886 e 1900 São Paulo receberia 1 milhão de imigrantes europeus – quase o dobro de toda a população escrava existente no país no ano da Abolição.</p> | 79 |

| | | |
|---|---|----|
| Tempo calendário (3). | <p>Paraíso do latifúndio, o Brasil tinha, em 1865, 80% de suas áreas cultiváveis nas mãos dos grandes proprietários.</p> <p>Ao contrário dos Estados Unidos, que, por meio do <i>Homestead Act</i>, uma lei de 1862, autorizou a doação de terras a todos os que nela desejassem se instalar, no Brasil a Lei de terras de 1850 ergueu barreiras à aquisição delas por parte dos imigrantes pobres que chegavam da Europa.</p> | 80 |
| Tempo calendário, tempo histórico e tempo calendário e histórico (2). | <p>“Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, (...) em um corpo sólido e político”, escrevia em 1812, de forma profética, o mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva, futuro patriarca da Independência.</p> <p>Os nove anos do Primeiro Reinado haviam sido de grande instabilidade, marcados pelo conflito entre o Parlamento e a índole autoritária de dom Pedro I [...]. Sua abdicação, em 7 de abril de 1831, foi interpretada por muitos como a “nacionalização da Independência”.</p> | 83 |
| Tempo histórico e calendário. | <p>No período da Regência, entre 1831 e 1840, o Brasil testemunhou um clima de excitação e liberdades políticas sem precedentes.</p> | 84 |
| Tempo calendário (6) e tempo histórico (4). | <p>Entre 1831 e 1848 o país foi sacudido por nada menos que 22 revoltas regionais. Foram vinte no Período Regencial e mais duas já no Segundo Reinado.</p> <p>A Revolta dos Cabanos, ocorrida em Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1835, mobilizou pequenos agricultores e sertanejos da Zona da Mata e do Agreste. Entre 1835 e 1840, o Pará foi agitado pela Cabanagem.</p> | 85 |
| Tempo histórico e calendário, tempo calendário e histórico, tempo calendário (3) e tempo histórico. | <p>Na Bahia, escravos, brancos e negros libertos se enfrentaram nas ruas de Salvados na chamada Revolta do Malês, liderada por escravos muçulmanos em janeiro de 1835.</p> <p>Dois anos mais tarde, a Sabinada [...] proclamou a independência da República Baiana, derrotada em março de 1838.</p> | 86 |

| | | |
|-----------------------|--|----|
| | A Revolução Farrroupilha , no Rio Grande do Sul, foi uma exceção nesse quadro de erupção na base da pirâmide social. Durou de 1835 a 1845 e, ao contrário das demais rebeliões regionais, mobilizou os grupos mais ricos e influentes da sociedade gaúcha, em especial a elite dos estancieiros, produtores de gado da província. | |
| Tempo calendário (6). | A revolta começou com a tomada da capital, Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835 , data até hoje celebrada no calendário cívico gaúcho. Um ano mais tarde , no dia 11 de setembro de 1836 , foi proclamada a República Rio-Grandense, sob a presidência de Bento Gonçalves e tendo como capital a cidade de Piratini. Em 1839 , revolucionários comandados por Garibaldi proclamariam também a República Juliana, em Santa Catarina. Nomeado comandante-chefe do exército em operações e presidente da província em 1842 , Caxias assinou a paz com o general Canabarro três anos mais tarde . | 87 |
| Tempo calendário. | “A unidade do Brasil é apenas aparente”, observou outro visitante estrangeiro, o conde de Suzannet, ao percorrer o país entre 1842 e 1843 . | 88 |
| Tempo calendário. | Em abril de 1840 , os liberais fundaram a Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador, na casa do padre e senador cearense José Martiniano de Alencar, pai do futuro escritor José de Alencar. | 89 |
| Tempo calendário. | No dia 22 de julho de 1840 , o regente Araújo Lima, à frente de um grupo de deputados e senadores, levou um manifesto ao jovem Pedro II. | 90 |

Capítulo 3: nesta parte, a narração faz remissões a acontecimentos além do tempo da trama (A Proclamação da República), fazendo com que o tempo histórico e o tempo calendário sejam misturados.

O capítulo começa com um uma ideia de como era o país em 1889 e volta às épocas da Independência, do Primeiro Reinado e da Guerra do Paraguai para expor cronologicamente como o Brasil conseguiu formar uma unidade e chegou a ser considerado o Império Tropical, mesmo vivendo com revoltas de Norte a Sul. Também associa o desenvolvimento tecnológico da época com a dependência econômica da grande lavoura. Além do mais, apresenta comparações sobre o Brasil de 1889 com o país que existia quando Pedro Álvares Cabral pisou nestas terras pela primeira vez. Assim, surge a ideia de que o país não mudara tanto assim no período pré-republicano e que a tranquilidade do Império Tropical era apenas aparente.

| 4. A MIRAGEM | | |
|--------------------------------------|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo histórico e tempo calendário. | QUEM VIAJA ATUALMENTE PELO BRASIL, em busca de raros locais históricos que a memória nacional preservou, depara-se vez ou outra com um país perdido no tempo. Seus resquícios estão em museus, casas de fazenda, palácios, bibliotecas e prédios públicos do século XIX . | 91 |
| Tempo calendário. | A outra Petrópolis é mais recente. Construída de forma atabalhoada a partir de meados do século XX , encontra-se afastada do centro, nos bairros de classe média | 92 |
| Tempo calendário (2) | A primeira Constituição brasileira, outorgada pelo imperador Pedro I em 1824 , era considerada uma das mais avançadas do mundo na definição dos direitos individuais e na liberdade de imprensa, mas em nenhum momento mencionava a existência de escravos no país. [...] em 1822 , o Brasil independente de Portugal parecia a todos um experimento perigosamente instável. | 94 |
| Tempo histórico e calendário. | A farta distribuição desses títulos, iniciada com a chegada da corte de dom João ao Rio de Janeiro em 1808 , resultava de uma relação de troca de favores entre a coroa e os senhores da terra. | 95 |
| Tempo histórico e calendário (2). | Entre a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815 , e a Proclamação da República, em 1889 , foram distribuídos no Brasil 1.400 títulos de nobreza, média de dezenove por ano. O | 96 |

| | | |
|--|---|-----|
| Tempo calendário e tempo histórico. | ritmo das concessões, no entanto, mais do que quintuplicou nos dezoito meses que antecederam a queda da Monarquia . | |
| Tempo histórico (2), tempo calendário e tempo histórico e calendário (2). | A Guerra do Paraguai representou outro momento crítico, em que as honrarias monárquicas eram usadas para seduzir os senhores da terra. Um decreto baixado em 6 de novembro de 1866 , durante o governo do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, chefe do Partido Liberal fluminense, determinava que os proprietários que tomassem a iniciativa de libertar os seus escravos para lutar na guerra receberiam títulos de nobreza. Nos nove anos do Primeiro Reinado , o imperador Pedro I fez 150 nobres, média de dezesseis por ano, menos da metade do ritmo do pai, que distribuiu 42 títulos por ano entre a criação do Reino Unido, em 1815 , e a volta da corte para Portugal, em 1821 . | 97 |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico. (2). | Em 1885 , o governo central respondia por 77% do total da receita pública no Brasil, cabendo às províncias 18% e aos municípios minguados 5%. O peso da máquina pública também era expressivo nas despesas. Entre 1825 e 1888 , o império acumulou um <i>déficit</i> de 855,8 mil contos de réis. O <i>déficit</i> vinha desde a época da Independência , quando o Brasil fora obrigado a indenizar Portugal e a tomar sete empréstimos da Inglaterra, em um total de 10 milhões de libras esterlinas. Até 1881 , ou seja, oito anos antes da República , nenhuma sociedade anônima poderia funcionar sem autorização do Conselho de Estado. | 100 |
| Tempo calendário (3). | Marco desse esforço de construção de um Brasil idealizado foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, em 1838 . Dom Pedro foi sempre um de seus mais assíduos frequentadores. No total, presidiu 506 sessões, de dezembro de 1849 a 7 de novembro de 1889 | 104 |

| | | |
|---|---|-----|
| Tempo histórico. | Papel dúbio era o do imperador. Pela constituição de 1824 , cabia a ele o exercício do chamado Poder Moderador. | 106 |
| Tempo calendário (2). | O governo manipulava as eleições e, por meio delas, compunha uma Câmara de Deputados subordinada aos seus desejos, e não o contrário. Nas eleições de 1848 , o novo gabinete chefiado por Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, conseguiu a proeza de reduzir a bancada de oposição, liberal, a apenas um deputado. “Entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação”, dizia, em 1887 , o sergipano Tobias Barreto. | 108 |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico. | As primeiras restrições à cidadania apareceram logo nas eleições para a constituinte de 1823 , convocadas após o Grito do Ipiranga . A constituição de 1824 aumentou a restrição de idade para 25 anos e pela primeira vez introduziu o critério de renda mínima para os votantes. Uma lei de 1846 dobrou a renda mínima dos eleitores para 200 mil réis. Por fim, a reforma eleitoral conduzida pelo conselheiro José Antônio Saraiva em 1881 estabeleceu pela primeira vez o voto direto para as eleições legislativas, acabando a distinção entre votantes e eleitores. | 109 |
| Tempo calendário (2). | Como resultado, o percentual de votantes, que tinha sido de 10,8% do total da população em 1872 , caiu para 0,8% em 1886 . | 110 |

Capítulo 4: aqui vale salientar que entendemos a remissão “atualmente” como um momento histórico, pois refere-se ao tempo atual, mas não a explica detalhadamente num sistema numérico.

Neste capítulo o autor trabalha com a ideia de uma miragem, que remonta à luxúria de Petrópolis, como um Império dos sonhos na América, em contraste com a realidade de um sistema corroído pela desigualdade política. Enquanto títulos nobiliárquicos eram distribuídos à rodo e o tamanho da máquina pública aumentava, a população sofria com sua falta de representatividade. Assim, o tempo, nas instâncias do calendário e da história, é utilizado para

remontar estes cenários, não só da época do Segundo Reinado, mas também do início da colonização, mostrando como este problema é antigo no país.

| 5. DOM PEDRO II | | |
|--|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (8) e tempo natural (2). | PEDRO DE ALCÂNTARA JOÃO CARLOS Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Habsburgo e Bragança, mais conhecido como dom Pedro II, governou o Brasil por 49 anos, três meses e 22 dias . No século XIX , só a rainha Vitória, da Inglaterra, permaneceu mais tempo no trono do que ele, um total de 63 anos, sete meses e dois dias . Quando assumiu o trono, no dia 23 de julho de 1840 , era um adolescente ainda imberbe. Tinha quinze anos incompletos . Ao ser deposto pela República, em 1889 , a duas semanas de completar 64 anos , era um senhor de barbas brancas, semblante cansado e muito mais envelhecido do que indicaria a idade real. | 111 |
| Tempo natural e calendário. | Até falecer no exílio na madrugada de 5 de dezembro de 1891 em um modesto apartamento de hotel em Paris, Pedro de Alcântara, como gostava de ser chamado, carregou em um só corpo dois personagens distintos. | 112 |
| Tempo natural e calendário. | Pedro, o homem em carne e osso, nasceu com 47 centímetros na madrugada de 2 de dezembro de 1825 . Era o sétimo filho do imperador Pedro I e da imperatriz Leopoldina e o terceiro príncipe homem da dinastia portuguesa dos Bragança a nascer no Brasil. | 113 |
| Tempo calendário e histórico, tempo natural e tempo calendário. | Pedro II, o mito, começou a entrar em cena no dia 7 de abril de 1831 , data da abdicação de seu pai ao trono brasileiro . Ao partir, deixava para trás, no Palácio de São Cristóvão, o pequeno Pedro II, de cinco anos , em companhia de três das quatro irmãs mais velhas | 114 |

| | | |
|---|--|------------|
| <p>Tempo calendário (3), tempo histórico e tempo natural.</p> | <p>Ao embarcar para a Europa, dom Pedro I nomeara como tutor do filho o santista José Bonifácio de Andrada e Silva, um homem sábio, determinado e experiente, cuja atuação em 1822 lhe valhera o título de Patriarca da Independência.</p> <p>Julgado à revelia e absolvido depois de dois anos, Bonifácio recolheu-se em exílio voluntário à ilha de Paquetá, na baía de Guanabara, até morrer, em 1838, desiludido com os rumos do país que ajudara a criar.</p> <p>Segundo tutor de dom Pedro II, o fluminense Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, preparou ao assumir um detalhado regulamento, que todos os encarregados da educação e da rotina do jovem imperador deveriam seguir ao pé da letra.</p> | <p>115</p> |
| <p>Tempo calendário (7) e tempo natural.</p> | <p>Os deputados supervisionavam a educação do imperador em relatórios periódicos que seus mestres enviavam à Câmara. O de 1837 anunciava que ele falava e escrevia francês, lia e traduzia inglês. O de 1838 dizia que era um estudante dedicado e disciplinado. O do ano seguinte informava que o aluno dominava bem o latim e tinha deixado todas as brincadeiras para só ler e estudar.</p> <p>Ao atingir a idade adulta, conseguia se comunicar em seis línguas, além do próprio português, segundo o depoimento da princesa Teresa da Bavária, que o visitou no Rio de Janeiro: francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, provençal.</p> <p>Tinha a saúde precária. Como o pai, sofria de epilepsia, síndrome que faz o paciente perder os sentidos e se debater em convulsões. Há registros de vários ataques entre 1827 e 1840. Em 1833, teve uma crise nervosa, de origem desconhecida, mas aparentemente causada pela carência afetiva. Em outubro de 1834, semanas após receber a notícia da morte de dom Pedro I em Portugal, teve “um ataque de febre cerebral” seguida de “frequentes dores no estômago”, segundo relatos da época.</p> | <p>117</p> |
| <p>Tempo calendário</p> | <p>Em 1840, às vésperas de assumir o trono no chamado Golpe da Maioridade, era um rapaz alto, cabelos louro-bronzeados, magro,</p> | <p>118</p> |

| | | |
|---|---|-----|
| <p>(3), tempo histórico e tempo natural</p> <p>(2).</p> | <p>olhos azuis”, segundo a descrição de Lídia Besouchet. Ao atingir a idade adulta, tinha 1,90 metro de altura e a cabeça grande. Só a voz fina e aguda destoava do conjunto e lembrava uma infância perdida pela orfandade precoce.</p> <p>A cerimônia de sagração e coroação, realizada em 18 de julho de 1841, durou nove dias, encerrada com um baile de gala para 1.200 convidados no Paço da Cidade.</p> | |
| <p>Tempo calendário</p> <p>(4).</p> | <p>À pressa da coroação seguiu-se a do casamento, por procuração, em maio de 1843, sete meses antes de completar dezoito anos de idade. A noiva, Teresa Cristina Maria, era três anos e nove meses mais velha do que ele.</p> <p>Ao conhecê-la pessoalmente em setembro de 1843, porém, levou um susto</p> | 119 |
| <p>Tempo calendário</p> <p>(7).</p> | <p>Teresa Cristina, ao contrário, apaixonou-se de imediato pelo marido. “Eu não faço senão pensar em você, meu querido Pedro”, escreveu-lhe em julho de 1844, durante uma breve separação.</p> <p>Dos quatro filhos, dois morreram antes de completar dois anos — Afonso, nascido em fevereiro de 1845; e Pedro Afonso, que veio à luz em julho de 1848. Confirmava-se dessa forma, uma vez mais, a temível maldição dos Bragança. Restou a dom Pedro uma descendência só de mulheres. Isabel, herdeira do trono e futura regente do Império, nasceu em 1846. Leopoldina Teresa, em 1847, mas esta também só viveria até os 23 anos.</p> | 120 |
| <p>Tempo calendário</p> <p>(2)</p> | <p>“Viveria inteiramente tranquilo em minha consciência se meu coração já fosse um pouco mais velho do que eu; contudo respeito e estimo sinceramente a minha mulher”, anotou o imperador em seu diário dos anos de 1861 e 1862, revelando certa culpa pelos relacionamentos extraconjugais.</p> | 121 |
| <p>Tempo histórico, tempo calendário</p> <p>(9) e</p> | <p>Em 1837, Luísa casou-se com um nobre francês, Jean Joseph Horace Eugène de Barral, o conde de Barral. Foi dama de honra de dona Francisca, irmã de dom Pedro II e casada com o príncipe de Joinville.</p> <p>Em 1856, o imperador contratou-a para supervisionar a educação das duas filhas, Isabel e Leopoldina.</p> | 123 |

| | | |
|-------------------------------------|---|-----|
| <p>tempo histórico</p> <p>(1).</p> | <p>Começava ali uma história de amor que duraria até o fim da Monarquia brasileira e o exílio do imperador na Europa. A condessa de Barral permaneceu nove anos na corte do Rio de Janeiro e exerceu sobre dom Pedro um fascínio como nenhuma outra mulher. “Adeus, cara amiga! Nada me interessa completamente longe de você”, escreveu ele durante a viagem ao Egito, em 1881. “Olho sempre com imensas saudades para os quartinhos do anexo do Hotel Leuenroth”, acrescentou em 23 de fevereiro de 1876, indicando o local em Petrópolis onde, supostamente, teriam mantido encontros íntimos. “Nunca pensei que tivesse tantas saudades de Você”, afirmou em 1º de agosto de 1879. Dom Pedro e a condessa morreram no mesmo ano, 1891, ela em janeiro, ele em dezembro, sem nunca deixar de se corresponder e se encontrar quando as viagens permitiam.</p> | |
| <p>Tempo calendário</p> <p>(8).</p> | <p>Nos trinta primeiros anos do seu reinado, dom Pedro II viajou bastante pelo território brasileiro, mas nunca se animou a ir para o exterior. Em 1845, quatro anos após a coroação, esteve no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo (incluindo passagem pelo território do Paraná, que nessa época ainda não tinha conquistado sua autonomia).</p> <p>Dois anos depois percorreu o interior do estado do Rio de Janeiro, onde reinavam os barões do café, principais sustentáculos da Monarquia. Entre 1859 e 1860 visitou a região Nordeste, sendo recebido com festa na Paraíba, em Pernambuco, Sergipe, Bahia, Alagoas e, antes de retornar ao Rio de Janeiro, passando pelo Espírito Santo. Mais tarde, em 1881, iria também a Minas Gerais.</p> <p>A primeira viagem ao exterior aconteceu em 1871, em roteiro que incluiu Europa e Oriente Médio.</p> | 124 |
| <p>Tempo calendário</p> <p>(2).</p> | <p>Em 1867, mandou descontar 25% de sua dotação orçamentária como contribuição para o esforço de guerra contra o Paraguai.</p> <p>No ano de 1857, leu e anotou mais de quatrocentos recortes de jornais que chegavam das províncias com notícias das diversas regiões</p> | 126 |

| | | |
|----------------------|--|-----|
| Tempo calendário. | Um resumo de suas ideias a respeito do Brasil e do exercício da política pode ser observado no documento que deixou por escrito à filha, princesa Isabel, em 1871 , ano em que ela assumiu a regência do Império pela primeira vez durante sua viagem à Europa. | 128 |
| Tempo calendário. | Cartas e documentos sugerem que, embora fosse o imperador do Brasil, dom Pedro II tinha inegáveis simpatias republicanas. Em junho de 1891 , já no exílio, anotou à margem de um livro que estava lendo | 129 |

Capítulo 5: o olhar volta-se a Dom Pedro II, o mito e o ser humano, destacando no início a longevidade do seu império. Emerge disto uma construção temporal voltada às fases naturais da vida do personagens, às suas intervenções nos acontecimentos históricos e aos fatos singulares que apresentam sua personalidade, tanto os anteriores, como os posteriores à queda da Monarquia.

Pedro II, assim, é visto como um monarca importante para a construção do país de hoje, pois seu dinamismo político permitiu que a unidade nacional se mantivesse num sistema próximo à democracia. No fim, volta-se à simpatia do monarca pelas ideias republicanas.

| 6. O SÉCULO DAS LUZES | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo histórico (3) e tempo calendário (2). | A Revolução Industrial , na Inglaterra, tinha transformado por completo os meios de produção. A Independência dos Estados Unidos , em 1776 , criara a primeira democracia republicana da história moderna e servira de inspiração para a Revolução Francesa de 1789 . | 135 |
| Tempo histórico e calendário (2), tempo histórico e | O Brasil, obviamente, sofria o impacto de todas essas transformações, embora elas chegassem ao país sempre com certo atraso. Um exemplo disso havia sido a própria Independência , em 1822 , precipitada pelas guerras napoleônicas na Europa. A invasão de Portugal pelas tropas francesas forçara a corte do príncipe regente | 136 |

| | | |
|---|---|-----|
| tempo calendário. | dom João a fugir para o Rio de Janeiro, em 1808 , iniciando um processo irreversível que levaria à ruptura dos vínculos entre colônia e metrópole catorze anos mais tarde . | |
| Tempo calendário (6). | <p>O imperador acompanhava de perto a discussão das ideias e o ritmo das invenções que modificavam a face do planeta. O telefone, encomendado por ele pessoalmente a Graham Bell enquanto viajava pelos Estados Unidos, chegou ao Rio de Janeiro quatro anos mais tarde — antes ainda de ser adotado em alguns países europeus supostamente mais desenvolvidos do que o Brasil.</p> <p>Dom Pedro era chamado de “primeiro soberano-fotógrafo” do mundo. Sua vida e seu reinado foram documentados em detalhes pela nova tecnologia desenvolvida em 1839 pelo francês Mandé Daguerre.</p> <p>Um exemplo da devoção e do respeito que dedicava aos intelectuais e às ideias do século XIX foi seu encontro com Victor Hugo, em 1877, em Paris. Aos 75 anos, autor de algumas das obras mais importantes da literatura universal, como o romance <i>Os miseráveis</i>, Victor Hugo era a maior celebridade da França na época.</p> | 137 |
| Tempo natural e calendário, tempo relógio, tempo calendário (5). | Sem aviso prévio, bateu à sua porta na manhã de 22 de maio . A surpresa desarmou o grande escritor, que não só concordou em receber o ilustre visitante como se tornou amigo e admirador dele pelo resto da vida. O primeiro encontro durou várias horas. Dois dias mais tarde, foi a vez de Victor Hugo visita-lo no hotel. No dia 29 , novamente o imperador foi à casa dele. Victor Hugo morreu oito anos mais tarde, em 1885 . O respeito entre os dois era tão grande que, ao saber da morte de dom Pedro, em 1891 , a filha do escritor fez questão de prestar-lhe homenagens fúnebres. | 138 |
| Tempo calendário. | As grandes ideologias do século XIX tinham em comum a noção de que era possível reformar as sociedades e o Estado para acelerar o progresso humano rumo a uma era de maior prosperidade e felicidade geral. | 141 |
| Tempo calendário | O século XX — marcado por duas grandes guerras mundiais, o uso da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki e uma sequência | 142 |

| | | |
|--|--|-----|
| | inacreditável de genocídios — acabaria por desmentir boa parte dessas crenças. | |
| Tempo histórico e tempo calendário (2x). | Foi o caso da Comuna de Paris , a maior revolução popular do século, entre os dias 18 de março e 28 de maio de 1871 , na qual, em número estimado, 20 mil pessoas foram executadas de forma sumária nos subúrbios da capital francesa. | 144 |

Capítulo 6: o autor traz informações sobre o tempo de mudanças e rupturas que repercutiu nas ideias de uma república no Brasil. O tempo, neste sentido, refere-se aos momentos históricos do século XIX, às ideologias reinantes na época que reverberaram no Brasil, além de ligar estes fatos à momentos particulares de Dom Pedro II, como a amizade com o escritor Victor Hugo.

| 7. OS REPUBLICANOS | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário e tempo histórico. | UMA DEMORADA E RUIDOSA SALVA de palmas acolheu o advogado Antônio da Silva Jardim no plenário da Câmara Municipal de Campinas, interior de São Paulo, na noite de 26 de fevereiro de 1888 . Na opinião de Silva Jardim, os republicanos deveriam aproveitar o ano seguinte, primeiro centenário da Revolução Francesa , para instalar o novo regime. | 147 |
| Tempo calendário, tempo histórico e calendário (11) | Foram 322 anos de administração da coroa portuguesa durante o período colonial — do Descobrimento, em 1500 , até a Independência, em 1822 — mais 67 anos do Primeiro e do Segundo Reinados , sob a liderança dos imperadores Pedro I e Pedro II. Nela contabilizavam-se alguns mártires que hoje figuram no panteão dos heróis nacionais, caso do mineiro Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, enforcado na Conjuração Mineira de 1789 , e do | 150 |

| | | |
|-----------------------------|--|-----|
| | <p>pernambucano Joaquim do Amor Divino Rabelo, o frei Caneca, fuzilado na Confederação do Equador de 1824.</p> <p>Além da Conjuração Mineira e da Confederação do Equador, o ideal republicano estivera por trás de episódios como a Guerra dos Mascates, de 1710, em Pernambuco; a Revolta dos Alfaiates (também chamada de Conjuração Baiana), de 1798; a Revolução Pernambucana, de 1817; a Sabinada, de 1837, na Bahia; a Revolução Farroupilha, de 1835, no Rio Grande do Sul; e a Revolução Praieira, de 1848, novamente em Pernambuco.</p> | |
| Tempo calendário (2). | <p>Um dos primeiros jornais republicanos de que se tem notícia no Brasil foi o <i>Sentinela do Serro</i>, publicado em Minas Gerais entre 1830 e 1832, sob a direção de Teófilo Ottoni, advogado e político liberal.</p> | 151 |
| Tempo calendário (3). | <p>O dia 3 de novembro de 1870 é considerado pelos historiadores como o marco do início da jornada política que levaria à queda do Império duas décadas depois. Nessa data foi criado no Rio de Janeiro o primeiro clube republicano do Brasil.</p> <p>Redigido por uma comissão chefiada pelo advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-deputado liberal por Pernambuco, ex-governador das províncias de São Paulo e Minas Gerais e grão-mestre da maçonaria, o Manifesto Republicano foi publicado em 3 de dezembro de 1870 no primeiro número de <i>A República</i>, jornal de quatro páginas com tiragem de 2 mil exemplares e três edições por semana.</p> | 152 |
| Tempo calendário. | <p>Nos dois anos seguintes, foram lançados 21 jornais republicanos em todo o país.</p> | 153 |
| Tempo calendário (2). | <p>Coube a Itu, no interior de São Paulo, ser o berço do mais bem organizado movimento republicano brasileiro. Nessa cidade aconteceu, em 1873, a Convenção de Itu, marco da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP)</p> <p>A data escolhida para o encontro, 18 de abril de 1873, foi planejada para coincidir com a inauguração da Estrada de Ferro Ituana,</p> | 154 |

| | | |
|-----------------------|--|-----|
| | construída com capitais privados e destinada a conectar a região de Itu aos trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. | |
| Tempo calendário. | Em 1874 , alguns dos fazendeiros participantes da Convenção de Itu se reuniram novamente em Campinas com o objetivo de angariar fundos para a criação do órgão oficial do novo Partido Republicano Paulista. | 158 |
| Tempo calendário (2). | Nas eleições de agosto de 1889 , ou seja, três meses antes da Proclamação da República, a soma dos votos republicanos em todo o país não chegou a 15% do total. | 159 |
| Tempo calendário. | Numa carta ao amigo e correligionário Bernardino de Campos, em 10 de julho de 1884 , o advogado campineiro Francisco Glicério definiu bem a posição dos republicanos em relação ao assunto: “Nosso objetivo é fundar a República, e não libertar os escravos”. | 161 |
| Tempo calendário. | Em uma reunião realizada em 21 de março de 1889 na fazenda da Reserva, propriedade de Júlio de Castilhos situada na região missioneira, os republicanos gaúchos traçavam um programa que não deixava dúvidas a respeito dos passos a seguir em direção à República: | 162 |

Capítulo 7: neste momento, o autor conta a história daqueles que articularam a ideia de república no Brasil. Novamente, ele começa a narrativa por um fato singular (no caso o discurso do advogado Silva Jardim) para ao longo do texto apresentar aspectos sobre o articulação das ideias republicanas na segunda metade do século XIX, a partir de um encontro entre fazendeiros em 1870, no interior de São Paulo. A insatisfação com a monarquia, os discursos inflamados, os ideários positivistas, a convenção de Itu, os jornais incendiários dos republicanos ganham relevância, em contraste com o seu fraco desempenho nas eleições, por conta da apatia do povo sobre a ideia do novo regime. O tempo, nas instâncias do histórico e do calendário, assume novamente uma posição de norteador para as histórias relatadas sobre este grupo em particular.

| 8. A MOCIDADE MILITAR | | |
|--|---|--------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (2). | AO DESEMBARCAR NO RIO DE JANEIRO, em 1879 , o estudante cearense José Bevilacqua ficou deslumbrado com a vida na corte. Com apenas dezesseis anos , Bevilacqua vinha de uma pequena cidade do interior cearense, onde sua mãe era professora primária e seu pai, mestre de obras. | 165 |
| Tempo calendário | Aluno da Escola Militar, em junho de 1888 Euclides da Cunha, então com 22 anos , definia-se como “um operário do futuro” em artigo para a <i>Revista da Família Acadêmica</i> . | 167 |
| Tempo calendário (2) Tempo histórico (3). | “Para termos uma República estável, feliz e próspera, é necessário que o governo seja ditatorial, e não parlamentar”, defendeu em discurso de 14 de dezembro de 1889 , um mês após a Proclamação da República , o ministro da Agricultura do novo governo provisório, o gaúcho Demétrio Nunes Ribeiro, fiel seguidor do ideário de Auguste Comte. Como ideologia política, no entanto, as ideias de Comte teriam um impacto enorme e duradouro na história republicana. Alguns estudiosos chegaram a estabelecer ligações entre elas e a Revolução de 1930 , liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, ele próprio um ex-adepto do positivismo. Da mesma forma, haveria no golpe militar de 1964 um eco positivista tardio, tão profundamente arraigado no pensamento militar estaria a ideia de um grupo iluminado capaz de conduzir de forma ditatorial os rumos da perigosamente instável República brasileira | 172 |
| Tempo calendário (2). | Em 1878 , os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha criaram um clube secreto republicano, que funcionava em uma pequena casa no bairro de Botafogo. Outro clube, também secreto, foi fundado em 1885 , sob o disfarce de associação beneficente. | 173 |
| Tempo calendário. | Em abril de 1886 , quando ele já era um membro ativo das reuniões e sociedades secretas da mocidade militar, sua mãe ficou assustada ao saber que o filho iria morar em uma “república” de estudante. | 174 |

Capítulo 8: a construção do tempo narrativo neste capítulo segue a estrutura do anterior, começa por um fato singular (a chegada do estudante José Bevilácqua ao Rio de Janeiro) para se vincular à ideologia dominante na época – o positivismo de Augusto Comte – e narrar a absorção de tal ideia na Mocidade Militar. Por fim, volta-se para um período próximo à trama, com o mesmo personagem do início (o estudante).

Aqui destaca-se o avanço das ideias republicanas pelos militares, a ideia dos científicos da escola militar de implantar uma república em que eles, homens considerados sábios, comandem o país “de cima para baixo”. O fato singular relatado no último excerto recorda o sentimento de pavor que a simples menção da palavra república causava entre os populares naquela época.

| 9. A CHAMA NOS QUARTÉIS | | |
|--|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (3). | Foi a chamada Questão Militar, série de conflitos envolvendo o Exército e o governo imperial entre agosto de 1886 e maio de 1887 e cujos desdobramentos levaria ao golpe contra a Monarquia dois anos e meio mais tarde . | 175 |
| Tempo calendário e tempo histórico. | O visconde de Pelotas era das figuras mais importantes do Exército brasileiro. Ficara conhecido por comandar o destacamento que, em 1870 , surpreendeu e matou o ditador paraguaio Francisco Solano López em Cerro Corá, pondo fim à Guerra do Paraguai . | 176 |
| Tempo calendário (2) | Em aparte ao discurso de Pelotas, o senador Felipe Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, lembrou outro episódio de indisciplina nos quartéis no qual estivera envolvido em 1884 . Em abril daquele ano , a Escola de Tiro de Campo Grande, Rio de Janeiro, comandada pelo tenente-coronel Sena Madureira, recebeu com festa a visita de uma estrela do movimento abolicionista brasileiro | 177 |
| Tempo calendário. | No dia 30 de setembro , oficiais da guarnição do Rio Grande do Sul pediram a Deodoro autorização para uma reunião destinada a prestar solidariedade ao coronel punido. | 178 |
| Tempo calendário (2). | Em artigo sob o título “Arbitrio e inépcia”, publicado no dia 23 de setembro no seu jornal, <i>A Federação</i> , Júlio de Castilhos afirmou que | 179 |

| | | |
|-----------------------|--|-----|
| | <p>a Monarquia estava ofendendo a honra do Exército, instituição que, no seu entender, era um símbolo da honra nacional.</p> <p>Segundo um relatório apresentado no Senado pelo visconde de Pelotas, em 1884 tinham ocorrido 7.526 prisões por indisciplina no Exército, número muito elevado para um efetivo de 13.500 homens.</p> | |
| Tempo calendário (2). | <p>Um caso grave de indisciplina ocorrera em outubro de 1883, depois que o jornal <i>O Corsário</i>, do Rio de Janeiro, criticou o mau uso do recrutamento militar para fins políticos e atacou o comportamento de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria da Corte.</p> <p>Nos meses de outubro e novembro de 1886, a crise da Questão Militar chegava aos escalões mais altos do governo e da hierarquia militar, com trocas de mensagens entre o presidente do Conselho de Ministros, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, e o marechal Deodoro.</p> | 180 |
| Tempo calendário (2). | <p>Em 14 de maio de 1887, Deodoro e o visconde de Pelotas assinaram um manifesto “ao Parlamento e à Nação” no qual criticavam o governo “que nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais que a subserviência dos janízaros”.</p> <p>O impasse só foi resolvido no dia 20 de maio, data em que o Senado aprovou uma moção na qual “convidava” o governo a cancelar as notas de punição, o que aconteceu logo em seguida.</p> | 183 |
| Tempo calendário. | <p>Uma consequência foi a fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887, entidade que, a partir dali, teria papel importante na articulação do golpe republicano.</p> | 184 |

Capítulo 9: a narrativa volta a um tempo recente à Queda da Monarquia, quando os problemas com os militares vieram à tona. Assim, ele começa pela Questão Militar, e remonta cronologicamente como incidentes do governo com os militares criaram uma tensão que seria relevante para o descrédito da monarquia frente ao exército, o que teria como consequência a adesão dos militares à causa republicana. Aqui emergem com maior realce as figuras do truculento Benjamin Constant e o militar arrastado pelas circunstâncias à causa republicana, o marechal Deodoro.

| 10. O MARECHAL | | |
|---|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (2). | ATÉ AS VÉSPERAS DE 15 de novembro de 1889 , Manoel Deodoro da Fonseca, o fundador da República, não era republicano. Pelo menos é o que indica a correspondência que trocou um ano antes com o sobrinho Clodoaldo da Fonseca, aluno da Escola Militar de Porto Alegre. | 187 |
| Tempo calendário (2), tempo calendário e histórico e tempo histórico e calendário. | Nascido na província de Alagoas em 5 de agosto de 1827 , Deodoro da Fonseca cresceu em uma família de militares. Mendes da Fonseca ingressara no Exército em 1806, dois anos antes da chegada da corte de dom João ao Brasil , como praça de infantaria. Após a Independência , em 1822 , ajudara a suprir de armas e munições as tropas imperiais de dom Pedro I que expulsaram os portugueses da Bahia. | 188 |
| Tempo calendário (5). | Em 1839 , quando Deodoro tinha doze anos de idade e seu pai ocupava o posto de major, os habitantes da vila de Alagoas, onde moravam, souberam da notícia de que a capital da província seria mudada para Maceió, 27 quilômetros ao norte. Por uma ironia do calendário, a rebelião, logo sufocada, aconteceu no dia 15 de novembro , exato meio século antes do golpe que o filho do major lideraria em 1889 contra a Monarquia. | 189 |
| Tempo calendário (2) e tempo histórico. | Até hoje não se sabe se a súplica do patriarca dos Fonseca foi atendida. Manuel Mendes da Fonseca morreu em 24 de agosto de 1859 , quando Deodoro tinha 32 anos e era capitão do Exército. No Exército, Deodoro pertencia à categoria dos “tarimbeiros”, como eram conhecidos os oficiais veteranos da Guerra do Paraguai e oriundos de famílias pobres. | 190 |
| Tempo calendário (7) e tempo histórico. | Promovido a capitão em 1856 e transferido para Mato Grosso, Deodoro casou-se em Cuiabá, quatro anos mais tarde , com Mariana Cecília de Sousa Meireles, órfã de um capitão do Exército e um ano mais velha do que ele. O casal nunca teve filhos. Em 1864 , então com 37 anos , foi despachado para a Guerra do Paraguai . | 191 |

| | | |
|---|---|-----|
| | <p>Deodoro permaneceu seis anos fora do Brasil lutando contra os paraguaios.</p> <p>Depois da Guerra do Paraguai, a segunda grande transformação na vida de Deodoro aconteceria em 1883, ano em que foi nomeado comandante de armas da província do Rio Grande do Sul e começou a se envolver cada vez mais com a política local. Ali também começaram suas divergências com o estancieiro e conselheiro do Império Gaspar Silveira Martins, a mais importante figura da política gaúcha naquele período.</p> | |
| <p>Tempo calendário (3) e tempo histórico e calendário.</p> | <p>Em 1886, depois de um breve retorno ao Rio de Janeiro, Deodoro passou a acumular o comando de armas com a presidência interina da província do Rio Grande do Sul</p> <p>Na condição de presidente provisório, coube a Deodoro o privilégio de inaugurar a primeira linha telefônica de Porto Alegre, novidade que chegava aos gaúchos apenas dez anos depois de exibida pela primeira vez por Graham Bell a dom Pedro II na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. Foi de Deodoro o primeiro “alô” ouvido na sede da Companhia Telefônica em 15 de setembro de 1886.</p> | 192 |
| <p>Tempo calendário.</p> | <p>Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1889, Deodoro era, portanto, um copo de mágoa já transbordado.</p> | 195 |
| <p>Tempo calendário</p> | <p>Pelos jornais, os civis continuavam a instigar os militares contra o governo imperial. No dia 10 de novembro, um artigo no diário <i>O País</i>, dirigido por Quintino Bocaiúva, botou lenha na fogueira ao anunciar supostas medidas que o governo estaria preparando contra militares rebeldes.</p> | 196 |

Capítulo 10: uma remissão temporal dá credibilidade a uma afirmação interpretativa singular (o marechal não era republicano) logo no início do capítulo. Ao longo do texto, as referências ajudam a justificar a interpretação da capa (um marechal vaidoso), principalmente quando remonta o conflito com Gaspar Silveira Martins. Além do mais, fica evidente que foi preciso Deodoro tomar as rédeas do golpe republicano para ele ter condições de ser executado.

Isto porque ele era ligado diretamente ao imperador, tinha voz forte no exército e autoridade sobre os políticos da época.

Vale ressaltar ainda que, como esta parte refere-se a um personagem em específico, o tempo é utilizado como referência e passagem, isto é, tanto para pontuar onde ocorrem os fatos numa linha cronológica, como para demarcar a sua passagem e o seu reflexo natural sobre o personagem.

| 11. O PROFESSOR | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (2). | Órfão de pai aos treze anos , tentou suicídio atirando-se às águas barrentas de um ribeirão. Aos quinze , tornou-se arrimo de família, responsável pelo sustento dos quatro irmãos menores, da mãe e de uma tia. | 200 |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico. | Conseguiu ser promovido a tenente-coronel em maio de 1888 , depois de treze longos anos de espera no posto de major. Benjamin nasceu em 9 de fevereiro de 1837 em localidade próxima a Niterói. Era o primeiro dos cinco filhos de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, voluntário do Exército português que, transferido para o Rio de Janeiro no início de 1822 , aderiu às forças comandadas por dom Pedro I e decidiu permanecer no Brasil após a Independência . | 203 |
| Tempo calendário (3). | Em 1850 , Benjamin matriculou-se no curso de latim do colégio do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Em 1858 , último ano do curso de engenharia, protagonizou um famoso episódio de indisciplina em uma ocasião em que os estudantes foram considerados suspeitos de um roubo ocorrido na escola. | 204 |
| Tempo calendário (5) | No final, vários alunos foram expulsos ou presos, entre eles o próprio Benjamin, que passou 25 dias detido na fortaleza da Laje, situada na entrada da baía de Guanabara. Aos dezoito anos , ainda como estudante de engenharia, começou a dar aulas de matemática, função que exerceu pelo resto da vida. | 205 |

| | | |
|---|---|-----|
| | Em uma dessas ocasiões, em 1862 , concorreu à cadeira de matemática da Escola Normal do Rio de Janeiro. Como sempre, classificou-se em primeiro lugar, porém a vaga ficou com o segundo colocado, que tinha a preferência do presidente da província. Em abril de 1863 , aos 26 anos , casou-se com Maria Joaquina, que acabara de completar quinze anos. | |
| Tempo histórico e tempo calendário. | Convocado para a Guerra do Paraguai , permaneceu apenas um ano na frente de batalha, sem nunca participar diretamente dos combates. “Trago às costas uma pesada farda que nenhum futuro dá a ninguém neste nosso desgraçado país, e que, no entanto, impõe-me deveres”, escreveu em 29 de março de 1867 . | 206 |
| Tempo calendário (2) e tempo histórico. | No título de eleitor que tirou em 1881 , no campo reservado à profissão declarou “magistério”, em vez de militar. Oito anos mais tarde, em agosto de 1889 , às vésperas da Proclamação da República , ao renovar o título e já promovido ao posto de tenente-coronel, declarou novamente “magistério” | 207 |
| Tempo calendário | Em maio de 1888 , quando Benjamin Constant, finalmente, conseguiu a promoção ao posto de tenente-coronel, por antiguidade, os estudantes da Escola Militar aproveitaram a ocasião para lhe prestar grandes homenagens. | 209 |

Capítulo 11: voltando a um personagem novamente, o autor remonta os acontecimentos da vida de Benjamin Constant que ajudam a dar voz à afirmação da capa, sobre o professor injustiçado. Isto fica evidente, por exemplo, quando ele concorreu à cadeira de matemática, ficou em primeiro lugar, mas não conseguiu a vaga por naquele momento não ter nenhum padrinho político). Da mesma forma relata como o professor se tornou uma liderança incontestada para os jovens militares e um articulador do golpe republicano, ao ponto de ser considerado, inclusive, como o seu mentor.

12. OS ABOLICIONISTAS

| Categoria | Excerto | Página |
|-----------|---------|--------|
|-----------|---------|--------|

| | | |
|--|---|-----|
| Tempo calendário e histórico (2), tempo histórico e tempo calendário. | NOS ÚLTIMOS ANOS DO IMPÉRIO , o Brasil testemunhou um acontecimento sem precedentes na sua história. O movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888 , foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai . O Brasil foi o maior território escravagista do hemisfério ocidental por mais de 350 anos . | 211 |
| Tempo calendário (4). | A primeira lei brasileira de combate ao comércio negreiro, aprovada em 1831 por pressão do governo britânico, nunca pegou. Calcula-se que entre 1840 e 1850 entraram no Brasil, em média, de 30 mil a 40 mil escravos africanos por ano. O contrabando, altamente lucrativo, compensava os riscos. Em 1843 , o capitão de um navio negreiro pagava na África cerca de 30 mil réis por escravo e o revendia no Brasil por soma vinte vezes maior. | 212 |
| Tempo calendário (3) | Como a fiscalização em águas internacionais parecia não surtir efeito, no começo de 1850 a Marinha britânica passou a atacar os portos brasileiros em busca de negreiros. Os últimos desembarques clandestinos de que se tem notícia ocorreram em 1856, seis anos após a publicação da nova lei. | 213 |
| Tempo histórico, tempo calendário (5), tempo histórico e calendário, tempo natural | Depois da Lei Eusébio de Queiroz , o país demorou mais de duas décadas para dar um novo passo rumo à abolição. A Lei do Ventre Livre, de 1871 , estabelecia que todo filho de escrava nascido no Brasil a partir daquela data teria liberdade mediante as seguintes condições: o proprietário dos escravos poderia manter a criança junto aos pais na senzala até os oito anos de idade, quando então teria a opção de entregar o menor ao governo, em troca de indenização de 600 mil réis, ou continuar com ele até os 21 anos . Em 1882, onze anos depois da aprovação da lei, um relatório do Ministério da Agricultura informava que apenas 58 crianças em todo o Brasil haviam sido entregues aos tutores oficiais. | 214 |

| | | |
|--|--|-----|
| Tempo calendário. | Em São Paulo, o advogado Luís Gama organizava uma campanha jurídica para libertar escravos apoiando-se na lei de 1831 — aquela que, oficialmente, abolira o tráfico negreiro, mas que nunca tinha sido respeitada pelos traficantes. | 215 |
| Tempo calendário | Nascido no Recife em 1849 , Nabuco era filho de um dos mais importantes políticos do Império, o senador Nabuco de Araújo. | 216 |
| Tempo natural. | Na juventude , foi um dândi — estilo de vida celebrizado por intelectuais europeus, como Oscar Wilde e Marcel Proust, que valorizava a aparência e o comportamento mundano dos salões. | 217 |
| Tempo calendário. | Como seu colega pernambucano, José do Patrocínio teve uma vida digna de roteiro de cinema, mas suas origens sociais eram muito diferentes. Nascido em 1853 na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro, era filho do vigário da cidade, o cônego João Carlos Monteiro, e de uma escrava, a jovem Justina Maria do Espírito Santo. | 218 |
| Tempo calendário (5x). | Em 1905 foi nomeado primeiro embaixador da República Brasileira nos Estados Unidos, responsável por um trabalho exemplar de aproximação entre os dois países. Morreu em Washington, em 17 de janeiro de 1910 , aos sessenta anos . Morreu em 1905 , aos 51 anos , pobre e vivendo de favores dos amigos no bairro de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. | 220 |
| Tempo calendário e tempo histórico. | Sob pressão das ruas, em 28 de setembro de 1885 o governo deu, finalmente, mais um passo rumo à abolição. Foi a chamada Lei dos Sexagenários , que libertava todos os escravos com mais de sessenta anos. | 223 |
| Tempo calendário | No começo de 1888 , a maré abolicionista atingira tal ímpeto que incluía ninguém menos que os filhos da princesa Isabel, netos de dom Pedro II. | 226 |
| Tempo calendário (5x). | O recado era claro: a tarefa de eliminar a escravidão passava das ruas para o trono do Brasil. Era essa a agenda da princesa Isabel ao assumir a Regência do Império pela terceira e última vez, em junho de 1887 , durante mais uma viagem do pai ao exterior. Por determinação da regente, na abertura da sessão legislativa, em 8 de | 227 |

| | | |
|------------------|---|-----|
| | <p>maio do ano seguinte, o ministro da Agricultura, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, apresentou um projeto de abolição incondicional dos escravos. A medida foi promulgada no prazo de apenas cinco dias.</p> <p>No dia 13 de maio, um domingo, Isabel deslocou-se de Petrópolis para o Rio de Janeiro, para assinar a nova lei.</p> | |
| Tempo histórico. | Na época da Independência , o Brasil tinha cerca de 1,5 milhão de cativos, que representavam quase 40% do total da população. Em 1888, essa proporção tinha caído para apenas 5%. | 228 |

Capítulo 12: neste momento, a narrativa focaliza na evolução do movimento abolicionista ao longo do século XIX. Para isso, os tempos calendário e histórico transitam entre os fatos e personagens que ajudaram a construir a consciência nacional da necessidade de abolir a escravidão. Vale salientar que vemos as leis citadas como marcos históricos, pois simbolizam pontos de evolução no combate à escravidão brasileira no século XIX. Manifesta-se aqui como a Lei Áurea seria preponderante para o holocausto do império.

| 13. A REDENTORA | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (3) e tempo natural. | GETÚLIO DORNELLES VARGAS, o mais importante personagem da República brasileira no século XX , era ainda um menino de quatro anos quando os vereadores de sua cidade, São Borja, no Rio Grande do Sul, viraram notícia nacional devido a uma polêmica decisão. Em requerimento aprovado no dia 13 de janeiro de 1888 , a Câmara Municipal gaúcha propunha que, no caso de falecimento do imperador Pedro II, os brasileiros fossem consultados a respeito da oportunidade ou não de um terceiro reinado. | 231 |
| Tempo calendário (3) e tempo histórico. | Isabel foi herdeira do trono brasileiro por 43 anos , entre 1846 , ano de seu nascimento, e 1889 , data da queda da Monarquia . Governou o Brasil em três ocasiões, na condição de princesa regente, sempre durante as viagens de seu pai ao exterior. | 238 |

| | | |
|---|---|-----|
| <p>Tempo histórico e calendário (2) tempo calendário e tempo natural (2).</p> | <p>O sufrágio feminino, ignorado pela primeira Constituição brasileira, de 1824, seria novamente recusado pela primeira assembleia constituinte republicana, de 1891, e só incorporado ao Código Eleitoral por Getúlio Vargas em 1932, ainda assim com restrições.</p> <p>Isabel nasceu no final da tarde de 29 de julho de 1846, depois de um prolongado trabalho de parto da mãe, a imperatriz Teresa Cristina.</p> <p>A pequena princesa foi alimentada por uma ama de leite branca e católica, selecionada na comunidade de imigrantes teuto-suíços de Nova Friburgo, e batizada no dia 15 de novembro daquele ano na capela imperial do Rio de Janeiro com água benta trazida do rio Jordão, na Palestina (o mesmo rio em que o profeta João Batista batizara Jesus Cristo, segundo os Evangelhos).</p> <p>Recebeu o nome de Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga. Até a adolescência, assinava as cartas como Isabel Cristina, ou apenas as iniciais “IC”.</p> | 239 |
| <p>Tempo calendário (3).</p> | <p>Isabel e Leopoldina só souberam da identidade dos futuros maridos vinte dias antes que chegassem ao Rio de Janeiro. Eram os primos Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, o conde d’Eu, e Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gotha, o duque de Saxe, também conhecido como Gousty. Tinham 22 e 19 anos, respectivamente.</p> | 241 |
| <p>Tempo calendário (3).</p> | <p>Só a 4 de setembro de 1864, dois dias após o desembarque dos noivos no Rio de Janeiro, o imperador Pedro II teve condições de comunicar oficialmente ao representante francês encarregado de acompanhar os rapazes na condição de conselheiro que Isabel escolhera Gastão, ficando Gousty para Leopoldina.</p> <p>Isabel e o conde d’Eu casaram-se em cerimônia realizada na capela imperial em 15 de outubro de 1864, dia em que uma tempestade de granizo causou grandes estragos no Rio de Janeiro.</p> | 243 |
| <p>Tempo calendário.</p> | <p>O conde d’Eu foi nomeado comandante supremo das tropas brasileiras no Paraguai no dia 22 de março de 1869 em razão de uma</p> | 245 |

| | | |
|-----------------------------|--|-----|
| | crise envolvendo o então marquês de Caxias, cuja liderança havia sido, até aquele momento, fundamental para a vitória dos aliados. | |
| Tempo calendário (4). | De regresso ao Rio de Janeiro, em abril de 1870 , o conde d'Eu foi recebido com festas nas ruas e homenagens oficiais. Logo chegariam ao fim também suas angústias conjugais. Em 15 de outubro de 1875 , Isabel deu à luz o tão aguardado primogênito, batizado com o nome do avô, Pedro de Alcântara. O segundo filho, Luís, viria em 1878 . O terceiro, Antônio, em 1881 . | 247 |
| Tempo calendário (3). | A princesa morreu no exílio, em 14 de novembro de 1921 , aos 75 anos . Seus restos mortais, transferidos finalmente para o Brasil em 1953 , repousam atualmente na catedral de Petrópolis, ao lado do marido, conde d'Eu, e do pai e da mãe, Pedro II e Teresa Cristina. | 248 |
| Tempo calendário | Sua popularidade entre as pessoas mais pobres foi comprovada recentemente em concurso nacional promovido pelo Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, rede de comunicação que tem seu público principal nas classes C e D. Em meados de 2012 , os telespectadores foram convidados a votar em uma lista de celebridades históricas para a escolha de “O maior brasileiro de todos os tempos”. | 249 |

Capítulo 13: este começa com uma intersecção temporal entre a princesa Isabel, do século XIX, e Getúlio Vargas, do século XX, realçando a importância destas figuras históricas. Logo, o autor aborda a importância de haver uma mulher como herdeira do trono naquela época, mesmo com a desconfiança sobre o seu real potencial de governar o país na ausência de Pedro II.

Em seguida, a discussão vai para o preconceito sofrido pelas mulheres nas constituições imperial e republicana, próximas temporalmente de Isabel. Por fim, chega-se à importância de Isabel ainda hoje para as camadas populares, para quem ela ainda é vista como “A Redentora” da escravidão.

14. O IMPERADOR CANSADO

| Categoria | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| Tempo histórico, tempo calendário (2) e tempo natural. | <p>Ninguém simbolizava mais esse quadro de letargia e torpor do que o próprio monarca. No crepúsculo do Segundo Reinado, um dom Pedro II doente, cansado e “velho antes do tempo”, como definiu o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, nem de longe lembrava a figura poderosa e carismática que por quase meio século conduzira com firmeza, paciência e sabedoria os destinos da nação</p> <p>Como já se viu em capítulo anterior, dom Pedro II era um homem frágil, na juventude sujeito a frequentes ataques de epilepsia e, a partir da meia-idade, vítima de diabetes. Os problemas de saúde se agravaram muito nos dois anos finais do seu reinado.</p> | 252 |
| Tempo calendário (2). | <p>Em fevereiro de 1887, enquanto assistia a um concerto no Hotel Bragança de Petrópolis, foi atacado por uma dor de cabeça tão forte que se viu obrigado a se retirar do camarote em que estava.</p> <p>Embarcou no dia 30 de junho de 1887, em companhia da imperatriz e do neto Pedro Augusto, enquanto a princesa Isabel assumia a regência pela terceira vez.</p> | 253 |
| Tempo calendário (3) e tempo calendário e histórico. | <p>Aos 22 anos, formado em engenharia pela antiga Escola Politécnica, com especialização em mineralogia, Pedro Augusto era um rapaz bonito e inteligente. [...] Em 1892, três anos após a queda da Monarquia, seria internado pelo pai em um sanatório na Áustria, depois de tentar o suicídio atirando-se das janelas do Palácio de Coburgo, em Viena. [...] Pedro Augusto jamais saiu do sanatório, onde morreu em julho de 1934, aos 68 anos.</p> | 255 |
| Tempo calendário (4). | <p>No dia 15 de julho, quando a família imperial saía do teatro no Rio de Janeiro, alguém gritou “Viva a República!”.</p> <p>Enquanto isso, o governo perdia apoio também no Congresso. Às vésperas da viagem do conde d’Eu, caiu o ministério de João Alfredo Correia de Oliveira, responsável pela aprovação da Lei Áurea. Em seu lugar assumiu o visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete do Império. Aos 52 anos, deputado por Minas Gerais desde 1864 e senador a partir de 1879, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, era o candidato favorito da princesa Isabel.</p> | 256 |

| | | |
|--|--|-----|
| Tempo histórico e calendário e tempo calendário. | Diante do impasse produzido pela moção de desconfiança, o imperador decidiu, pela última vez nos 67 anos da Monarquia , dissolver a Câmara e convocar novas eleições, em uma tentativa de recompor a base aliada no Parlamento. Realizado em 31 de agosto , o pleito, de fato, conferiu maioria esmagadora ao partido do governo, como tinha acontecido ao longo de todo o Segundo Reinado. Dessa vez, no entanto, os novos deputados não teriam tempo de assumir seus mandatos. | 259 |
|--|--|-----|

Capítulo 14: este remonta os três últimos anos da Monarquia, focalizando os fatos no entorno de uma das considerações interpretativas do subtítulo do livro, o “imperador cansado”. Desta forma, a narração se volta aos fatos que corroboram esta visão, rememorando, por exemplo, o quão confuso estava o monarca nos últimos meses de império, de forma a ver a monarquia como forma de governo em franca decadência, já sem energias de continuar após quase um século de mudanças e rupturas no mundo. O tempo, assim, é apresentado na instância natural (quando fala dos períodos da vida do monarca) e do tempo calendário e histórico para lembrar dos acontecimentos que fizeram dom Pedro II ser considerado alguém cansado.

| 15. O BAILE | | |
|--|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo natural e calendário. | Ali aconteceu o famoso Baile da Ilha Fiscal. Foi o último grande evento social da Monarquia brasileira, realizado na noite de 9 de novembro de 1889 , um sábado , em homenagem aos oficiais e marinheiros do encouraçado chileno <i>Almirante Cochrane</i> . | 261 |
| Tempo calendário (6) e tempo histórico (6) | O <i>Almirante Cochrane</i> entrou na baía de Guanabara no dia 11 de outubro daquele ano . Vinha de um período de reformas na Inglaterra. Comandado pelo capitão Constantino Bannen, tinha capacidade para 210 tripulantes e carregava treze canhões, onze metralhadoras e três tubos lançadores de torpedos. Fora batizado com o nome de um herói compartilhado por chilenos e brasileiros na história da Independência dos dois países, o almirante escocês Thomas Alexander Cochrane, mercenário contratado para comandar | 262 |

| | | |
|---|---|-----|
| | <p>as forças navais do Chile e do Brasil contra espanhóis e portugueses, respectivamente, entre 1817 e 1823. Oficiais e marinheiros chilenos permaneceram no Rio de Janeiro até 18 de dezembro e acabaram se tornando, involuntariamente, personagens importantes da história da Proclamação da República. Durante as dez semanas de sua temporada carioca, participaram da celebração das bodas de prata do casamento da princesa Isabel e do conde d'Eu e foram alvos de diversas homenagens — primeiro por parte dos monarquistas e, depois de 15 de novembro, dos republicanos.</p> <p>Duas semanas antes do baile, em 23 de outubro, os chilenos haviam testemunhado, também de forma involuntária, um dos muitos incidentes daquele período envolvendo os militares e o governo imperial.</p> | |
| Tempo calendário (4). | Até a recepção da ilha Fiscal, uma semana antes da Proclamação da República, o último grande baile oferecido pelo imperador tinha ocorrido quase quatro décadas antes , em 31 de agosto de 1852 , no encerramento da sessão legislativa | 264 |
| Tempo calendário (3) e tempo histórico. | Vistas hoje, à distância de mais de um século , todas essas coincidências — a morte de um rei em Portugal, a reunião dos militares republicanos, uma celebração incomum da nobreza exatos seis dias antes da queda do Império — conferem ao Baile da Ilha Fiscal um forte valor simbólico. O local escolhido chamara-se ilha dos Ratos durante o período colonial . Fora rebatizado como ilha Fiscal em abril de 1889 | 266 |
| Tempo relógio | Por volta das 21 horas , o som de uma corneta anunciou a chegada do imperador e da imperatriz. Dom Pedro trajava a habitual casaca preta. | 269 |
| Tempo relógio (4) e tempo natural. | O baile começou por volta das 23 horas . Ao observar isso, já depois da meia-noite , o conde d'Eu sugeriu à princesa Isabel que tomasse a iniciativa de valsar com o engenheiro, o que ela fez imediatamente para surpresa de toda a corte. A ceia foi servida à uma hora da madrugada. A família imperial se retirou quinze minutos mais tarde, com exceção do príncipe Pedro Augusto, que continuou a dançar animado madrugada adentro. | 270 |

| | | |
|-----------------------------------|---|-----|
| Tempo natural e tempo calendário. | A festa varou a noite . Os últimos convidados foram embora ao alvorecer do domingo , no exato momento em que nuvens premonitórias encobriram o sol nascente. | 271 |
|-----------------------------------|---|-----|

Capítulo 15: nesta parte os excertos referem-se inicialmente à importância do Baile da Ilha Fiscal na perspectiva da história entre Brasil e Chile, no tempo calendário, para em seguida chegar à importância simbólica para a monarquia, pois era o maior baile promovido por ela em seus 67 anos de existência. Em seguida, na narrativa do baile, passa-se à concepção do tempo relógio para pontuar um lugar temporal no qual os acontecimentos se localizam.

| 16. A QUEDA | | |
|--|--|--------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo histórico, tempo calendário (2), tempo natural (3x) e tempo relógio. | NA VÉSPERA DA PROCLAMAÇÃO DA República, 14 de novembro , dom Pedro II passou um dia tranquilo no Rio de Janeiro. Naquela manhã , o imperador, que habitualmente passava os meses de verão em Petrópolis, decidiu descer à capital. Ao chegar de trem, dirigiu-se ao Imperial Colégio Pedro II, onde assistiu a uma das provas do concurso para professor substituto da cadeira de inglês. Depois almoçou no Paço da Cidade, o mesmo local onde, no dia seguinte , ficaria preso por algumas horas antes de ser deportado para a Europa. À tarde , visitou a Imprensa Nacional e as instalações do Diário Oficial. Segundo a notícia publicada naquela edição do jornal, dom Pedro chegou por volta das 14h30 , visitou demoradamente as oficinas, conversou com diretores e funcionários, pedindo explicações sobre as máquinas e o processo de impressão. No final da tarde , tomou o trem de volta para Petrópolis | 275 |
| Tempo natural, tempo calendário | Na manhã de 15 de novembro , o conde d'Eu, marido da princesa Isabel, saiu com os filhos para um passeio a cavalo na praia de Botafogo. Ao retornar para casa, por volta das dez horas , foi surpreendido pela chegada do barão de Ivinhema e do visconde da Penha. | 276 |

| | | |
|---------------------------------------|---|-----|
| e tempo relógio. | | |
| Tempo relógio e tempo natural. | Resolveram então permanecer na capital em vez de ir ao encontro do imperador, cujo trem especial chegou por volta das duas da tarde . | 278 |
| Tempo relógio (2) e tempo natural(2). | Como se estivesse cego aos acontecimentos, dom Pedro II insistia em ver o visconde de Ouro Preto. O ministro deposto conseguiu chegar ao Paço por volta das quatro horas da tarde . Às sete da noite , após avistar-se com o imperador, no entanto, Ouro Preto seria preso novamente e deportado para a Europa a bordo de um navio alemão, sem ter tempo para se despedir da família e dos amigos ou mesmo fazer as malas. | 279 |
| Tempo calendário (4). | Na realidade, Silveira Martins era a pior escolha naquele momento por vários motivos. O primeiro é que não se encontrava no Rio de Janeiro. Eleito senador, estava a bordo de um navio, a caminho do Rio de Janeiro, na companhia dos deputados gaúchos que tomariam posse no dia 20 . Partira de Porto Alegre no dia 12 , numa viagem que incluía uma escala na cidade de Desterro, futura Florianópolis, em Santa Catarina. Só chegaria à capital no dia 17 , portanto dois dias após o golpe militar, sem condições de tomar as decisões urgentes que o momento exigia. | 280 |
| Tempo relógio e tempo natural. | O jantar foi servido às cinco horas . Cansados de insistir com o imperador, conde d'Eu e Isabel decidiram tomar a iniciativa e fazer uma consulta informal aos conselheiros de Estado que se encontrassem no Rio de Janeiro. Dom Pedro II aceitou a iniciativa sem reclamar. Já começava a anoitecer quando chegaram os primeiros conselheiros, mas as opiniões entre eles eram as mais contraditórias. Os baianos Manuel Pinto de Sousa Dantas e José Antônio Saraiva achavam, como o imperador, que o golpe ia dar em nada. O visconde de Taunay, ao contrário, entendia que a solução era procurar Deodoro imediatamente em busca de um acordo para a crise. | 281 |

| | | |
|------------------------------------|---|-----|
| Tempo relógio (2) e tempo natural. | Por volta das onze horas da noite , a princesa Isabel conseguiu finalmente convencer o pai a promover uma reunião formal dos onze conselheiros presentes no Rio de Janeiro. Foi a última reunião do governo do Império, embora, para todos os efeitos, naquele momento a Monarquia já não existisse mais no Brasil. A reunião do Conselho de Estado durou cerca de duas horas . | 282 |
|------------------------------------|---|-----|

Capítulo 16: neste o relato é mais próximo daquele do jornalismo diário, pois o autor narra os fatos da Queda da Monarquia em questão de horas, como se fosse um passado que acabou de acontecer. Sobressaem aqui as reações dos membros da família real frente à iminente queda do regime, enquanto os republicanos procuravam alguma forma de dar legitimidade ao golpe. Neste capítulo, existe apenas uma citação ao tempo histórico, que serve para simbolizar a importância dos momentos relatados, principalmente sob a temporalidade curta do tempo natural e do tempo relógio.

| 17. O ADEUS | | |
|--|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo natural e tempo calendário. | UM VULTO SE ESGUEIROU PELAS ruas mal iluminadas do centro do Rio de Janeiro na madrugada de 17 de novembro de 1889 , um domingo. Era o jornalista e escritor Raul Pompeia. | 287 |
| Tempo relógio, tempo natural e calendário. | As últimas horas da família imperial no Brasil foram marcadas pela tristeza e por algumas cenas de desespero. Na madrugada do sábado dia 16 , quando o major Roberto Trompowsky retornou da casa de Deodoro com a notícia de que “já era tarde” para aceitar a indicação de um novo ministério imperial, a consternação foi geral. | 288 |
| Tempo relógio e natural. | Uma ordem do novo governo provisório republicano, recebida por volta das dez horas da manhã , determinava que ninguém entrasse ou saísse do Paço Imperial. A partir daquele momento, dom Pedro II era prisioneiro em seu próprio palácio. | 289 |

| | | |
|--|--|-----|
| Tempo calendário. | Durante todo o dia 16 , a família imperial ficou detida no Paço. Dom Pedro II impressionava a todos pela calma, mais aparente do que real, com que reagia aos acontecimentos. | 291 |
| Tempo relógio e natural e tempo calendário. | A postura serena do imperador mudaria por volta da 1h30 da madrugada do dia 17 , quando chegou ao Paço o tenente-coronel gaúcho João Nepomuceno de Medeiros Mallet com a notícia da mudança de planos do governo republicano. | 292 |
| Tempo relógio e natural e tempo natural. | Eram 2h46 da madrugada quando a família imperial começou a deixar o Paço em direção ao navio que a aguardava na baía de Guanabara. Na escuridão fechada daquela noite chuvosa, foi difícil distinguir os contornos do cruzador <i>Parnaíba</i> . | 293 |
| Tempo relógio e natural. | Por volta das dez horas da manhã , finalmente chegaram de Petrópolis os príncipes filhos de Isabel e conde d'Eu. O alívio foi geral. | 294 |
| Tempo calendário (2) e tempo natural. | Por volta do meio-dia de 17 de novembro , o <i>Parnaíba</i> levantou âncoras e começou a se mover em direção à saída da baía de Guanabara. No final da tarde , estava diante da ilha Grande, onde os aguardava o vapor Alagoas. Era noite fechada quando a família real foi transferida para esse navio, maior e mais adequado a uma viagem até a Europa. No dia 24 de novembro , o vapor passou ao largo de Fernando de Noronha, última porção do território nacional à vista. | 295 |
| Tempo calendário e tempo natural e calendário. | A travessia do Atlântico se arrastou por três semanas . Na manhã de 7 de dezembro , quando o Alagoas finalmente atracou no porto de Lisboa, a família imperial foi recebida pelo rei Carlos I, sobrinho-neto de dom Pedro II recentemente elevado ao trono português. | 296 |
| Tempo calendário (2) e | A chegada da família imperial foi uma cena carregada de simbolismo para brasileiros e portugueses. Daquele mesmo ponto do rio Tejo, a esquadra de Pedro Álvares Cabral partira no início de 1500 para descobrir o Brasil sob os auspícios da coroa portuguesa. Havia dois | 297 |

| | | |
|--|---|-----|
| tempo histórico. | séculos e meio que uma mesma real dinastia, a dos Bragança, governava os dois países. | |
| Tempo calendário (2) e tempo natural e calendário. | Nas duas semanas seguintes , cumpriu na capital portuguesa um programa de despedidas. Na igreja de São Vicente de Fora, ajoelhou-se e rezou diante do túmulo do pai, dom Pedro I. Fazia 58 anos que o vira pela última vez, na madrugada de 7 de abril de 1831 | 298 |
| Tempo calendário. | Depois de Lisboa, o imperador seguiu para a cidade do Porto, onde uma nova e devastadora tragédia o aguardava. No dia 28 de dezembro , enquanto visitava a Escola de Belas-Artes, foi chamado às pressas de volta ao hotel. A imperatriz Teresa Cristina acabara de falecer, vítima de ataque cardíaco. | 299 |
| Tempo natural e calendário. | Dom Pedro II morreu no início da madrugada de 5 de dezembro de 1891 . Acabara de completar 66 anos e estava hospedado no Hotel Berdford, lugar relativamente modesto situado na rua de l'Arcade, em Paris. | 300 |
| Tempo calendário (3) | As últimas sete palavras dessa frase indicam que, até o leito de morte, dom Pedro II alimentou secretamente a ilusão de um dia retornar ao Brasil. Isso, de fato, aconteceria, mas só trinta anos mais tarde. Em 1920 , o presidente Epitácio Pessoa revogou, finalmente, o decreto republicano que banira a família imperial do território nacional. Em 8 de janeiro do ano seguinte, os restos mortais do imperador e da imperatriz foram trasladados para a catedral de Petrópolis, onde se encontram atualmente. | 301 |

Capítulo 17: o texto começa com as duas concepções de tempo generalizantes do tempo cronológico – o tempo natural e o tempo calendário e, em seguida, se aproxima do tempo do relógio, especificando em horas e minutos quando se deram os eventos de despedida do Brasil. Então, após a ida do imperador para Portugal, volta-se a citar o tempo calendário como forma de marcar os acontecimentos dos últimos anos da família real no país lusófono de forma sintetizada.

| 18. OS BESTIALIZADOS | | |
|-----------------------------|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo natural e calendário. | Ao receber as notícias do Rio de Janeiro, Hermes da Fonseca anunciou que permaneceria fiel ao imperador Pedro II. Às dez horas da manhã do dia 16 , despachou um telegrama ao governador do Pará, Silvino Cavalcanti de Albuquerque, no qual avisava que pretendia resistir à República | 306 |
| Tempo calendário (2) | Na foz do rio Apa, em Mato Grosso, a guarnição militar local só tomou conhecimento da queda do Império mais de um mês depois, em 20 de dezembro . | 307 |
| Tempo calendário (3). | Um decreto de 23 de dezembro de 1889 , portanto cinco semanas após a troca de regime, ameaçava jornalistas de oposição com “as penas dos artigos de guerra, arcabuzamento inclusive”. Em março de 1890 , um novo decreto previa punições a todas as pessoas acusadas de pôr em circulação, pela imprensa, pelo telégrafo ou por qualquer outro meio, “falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país, (...) que se referissem à indisciplina do Exército, à estabilidade das instituições ou à ordem pública”. Na prática, era uma censura à imprensa, onde essas notícias e rumores frequentemente apareciam. | 312 |
| Tempo calendário. | As frustrações com o novo regime podem ser resumidas no telegrama que, no dia 21 de dezembro de 1889 , Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, ex-senador do Império e capitão da Guarda Nacional em Goiás, enviou ao filho Joaquim Inácio Cardoso, alferes do Exército e ativo participante da Proclamação da República no Rio de Janeiro. “Vocês fizeram a República que não serviu para nada”, reclamava o capitão. “Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado” | 313 |

Capítulo 18: as primeiras reações do povo, que assistiu a tudo de forma resignada, e os primeiros resultados da mudança do regime são apresentados nesta parte. A temporalidade, desta forma, remete a semanas e meses posteriores à Proclamação da República, sob a forma

do tempo calendário, que trazem a falta de representatividade do povo, a sanha contra a imprensa pelos detentores do poder, etc. Destaca-se aqui as primeiras medidas ditatórias de Deodoro, sob a retórica das “leis indefectíveis”.

| 19. ORDEM E PROGRESSO | | |
|---|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (5) e tempo histórico. | Há casos curiosos, como o da principal via de comércio de Petrópolis, Rio de Janeiro, denominada rua do Imperador até 1889 , ano em que teve seu nome alterado para avenida Quinze de Novembro, em homenagem à data da Proclamação da República , mas voltou a se chamar do Imperador noventa anos mais tarde, em 1979 , por decisão da Câmara Municipal, como forma de agradar aos turistas que buscam na cidade serrana os últimos e maltratados vestígios do Império brasileiro. Desse modo, o venerando Imperial Colégio Dom Pedro II, fundado em 1837 , passou a chamar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária e, em seguida, Ginásio Nacional. Só em 1911 voltaria a ter sua designação original. | 316 |
| Tempo histórico, tempo histórico e calendário e tempo calendário. | Até a Proclamação da República, o mártir da Inconfidência Mineira ocupava um papel dúbio e secundário na galeria dos heróis nacionais. Embora fosse um precursor do movimento pela Independência, esse papel o colocava na condição de concorrente de um herói mais ao gosto da Monarquia, o imperador Pedro I, protagonista do Grito do Ipiranga em 1822 . Além disso, participara de uma conspiração republicana contra a Monarquia portuguesa, da qual o Império brasileiro havia herdado suas raízes e principais características. Sua sentença de morte na forca, em 1792 , fora assinada por ninguém menos que a bisavó do imperador Pedro II, a rainha dona Maria I, também conhecida como “a rainha louca”. | 317 |
| Tempo calendário | A primeira comemoração oficial do seu martírio aconteceu no Rio de Janeiro no dia 21 de abril de 1890 , cumprindo-se um decreto que | 318 |

| | | |
|--|---|--------------|
| | transformava a data em feriado nacional junto com o Quinze de Novembro. | |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico (3). | <p>Feita a Proclamação da República, o ministro do Interior, Aristides Lobo, iniciou uma campanha para que a letra de Medeiros e Albuquerque, seu amigo e correligionário, fosse, de fato, adotada como novo Hino Nacional. Faltava só compor a música, para a qual abriu-se um concurso público por decreto de 22 de novembro de 1889. Um acontecimento inesperado, porém, colocou por terra os planos do ministro e restaurou de imediato a glória perdida do antigo Hino Nacional. No dia 15 de janeiro de 1890, quando a República celebrava seu segundo mês de existência, a Marinha promoveu um desfile pelo centro do Rio de Janeiro. Ao final foi servido um lanche no Palácio do Itamaraty, com a presença de Deodoro, na ocasião aclamado “generalíssimo”, ou seja, chefe absoluto das Forças Armadas nacionais. Como era de costume em celebrações republicanas, uma banda militar começou a tocar a <i>Marselhesa</i>. O povo, que a tudo assistia da rua, reagiu mal aos acordes da marcha francesa e começou a pedir aos gritos:</p> <p><i>O Hino Nacional! O Hino Nacional!</i></p> <p>Preocupados, os organizadores da festa foram consultar Deodoro, que, percebendo o desconforto da multidão, ordenou que a banda executasse o velho hino dos tempos do Império. A emoção tomou conta de todos os presentes, que reconheciam naqueles acordes a lembrança de tantas vitórias épicas como a Independência, o fim da Guerra do Paraguai e a Abolição da Escravatura. Contaminado pelo entusiasmo popular, o marechal determinou que as bandas militares percorressem o centro da cidade tocando o até então desprezado hino.</p> <p>O episódio, no entanto, deixava o governo provisório com um problema adicional: o que fazer com o concurso anunciado pelo Ministério do Interior para a escolha do novo hino nacional republicano? Para não desagradar aos compositores já inscritos, decidiu-se levá-lo adiante, mas também dessa vez a voz do povo</p> | 319 e 320 |

| | | |
|-----------------------------|--|-----|
| | <p>atrapalhou os planos oficiais. Na audição pública do concurso, realizada no dia 20 de janeiro no Teatro Lírico, Deodoro avaliou pacientemente todas as composições candidatas, algumas de qualidade sofrível mesmo para ouvidos mais habituados ao ruído das casernas do que à música dos salões. No final, antes que o vencedor fosse anunciado, algumas vozes na plateia começaram a pedir novamente:</p> <p>— O hino antigo! O hino antigo!</p> <p>O maestro que regia a cerimônia lançou um olhar interrogativo para o marechal, que, uma vez mais, aprovou o pedido:</p> <p>— Toque o velho! Faça-lhes a vontade...</p> | |
| Tempo calendário (2). | <p>Tão polêmicas quanto a decisão sobre o Hino Nacional foram as discussões envolvendo a nova bandeira republicana, estabelecida pelo decreto de número 4, de 19 de novembro de 1889 — data hoje celebrada nas escolas como o Dia da Bandeira.</p> | 321 |

Capítulo 19: aparece neste capítulo a história da ambição dos republicanos de remover lembranças da Monarquia e instaurar novos símbolos nacionais, conforme a ideologia vigente. Emerge disto uma construção temporal sobre os fatos da época, a remissão a tempos históricos passados e uma atualização sobre os símbolos ainda utilizados nos dias atuais, como faz ver o “hoje”, explicitado no último excerto. Destacam-se dois símbolos monárquicos que sobreviveram à queda: o Hino e a Bandeira.

| 20. O DIFÍCIL COMEÇO | | |
|-----------------------------|--|--------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (3) | <p>NOS SEUS QUINZE MESES DE duração — entre 15 de novembro de 1889 e 25 de fevereiro de 1891 —, o governo provisório dedicou-se a intensa atividade legislativa.</p> | 323 |
| Tempo calendário (2). | <p>No dia 19 de dezembro, pouco mais de um mês depois da posse do governo provisório, foi decretada uma reorganização geral do Exército aumentando o número de unidades.</p> | 324 |

| | | |
|--|---|-----|
| Tempo calendário. | Em janeiro de 1890 , uma lista de promoções por “serviços relevantes” beneficiou quase todos os oficiais envolvidos na conspiração republicana. No dia 25 de maio de 1890 , Deodoro conferiu a todos os ministros a patente de general, em retribuição aos serviços prestados à pátria na mudança do regime. | 325 |
| Tempo calendário e tempo histórico. | Em meio ao bate-cabeça do governo provisório, o esforço de reorganização do Brasil deu um passo importante a 3 de dezembro de 1889, dezoito dias após a Proclamação da República, com a nomeação de uma comissão de cinco juristas para elaborar o projeto da nova Constituição brasileira . | 326 |
| Tempo calendário (2). | Vencidos todos os obstáculos iniciais, a Constituinte instalou-se no dia 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário do novo regime. | 327 |

Capítulo 20: os primeiros meses após a instauração da república são trazidos neste momento, no qual militares e políticos requereram cargos e vantagens para si e para os seus próximos. Desta forma, o tempo calendário organiza estes principais momentos cronologicamente, sob a ótica jornalística, e, por fim, volta à questão principal, a saber, a criação da primeira constituinte republicana.

| 21. A RODA DA FORTUNA | | |
|------------------------------|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário. | NOS PRIMEIROS MESES DE 1890 uma série de editais curiosos começou a aparecer nos jornais do Rio de Janeiro. Anunciavam a criação de bancos, fábricas, empresas de comércio e navegação, projetos de colonização e transporte, ferrovias, companhias telefônicas, hotéis, restaurantes e outros negócios. | 331 |
| Tempo calendário | O Encilhamento foi estimulado por um decreto que o jurista baiano Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório, publicou no dia 17 de janeiro de 1890 , sem o conhecimento dos demais colegas de ministério. O chamado decreto dos bancos | 334 |

| | | |
|---|---|-----|
| | emissores mudou o critério pelo qual o governo fabricava dinheiro e oferecia crédito à praça. Até então, a emissão de papel-moeda no Brasil estava atrelada ao ouro. Ou seja, a quantidade de dinheiro em circulação deveria refletir exatamente as reservas do país em metal precioso. Era uma garantia de que a emissão de moeda não geraria inflação. | |
| Tempo calendário (2) e tempo histórico. | Estimulada pela fabricação desenfreada de dinheiro, a inflação atingiu níveis altíssimos. O total de moeda em circulação no país, que em novembro de 1889 somava 191 mil contos de réis, passou a crescer mês a mês. Em novembro de 1891 , ao fim do governo do marechal Deodoro , chegava a 511 mil contos de réis. | 335 |
| Tempo calendário (2). | A febre contaminou todos os setores da sociedade. O venerado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 e que teve dom Pedro II como patrono, abriu suas portas para os novos milionários, valendo-se de um artigo nos seus estatutos que previa a admissão como sócios beneméritos de pessoas que fizessem donativos à instituição superiores a 2.000\$000 em dinheiro ou objetos de valor. Em 1891 , o IHGB também elegeria o novo homem forte do momento, o marechal Deodoro da Fonseca, seu presidente de honra, atitude que os antigos monarquistas e amigos do imperador exilado consideraram inaceitável. | 339 |
| Tempo calendário e tempo histórico. | A maioria dos empreendimentos lançados no Encilhamento fracassou. Alguns, no entanto, lançaram raízes e prosperaram. Um deles se incorporaria de forma definitiva à paisagem carioca. Em 8 de janeiro de 1891 foi criada, com capital de 15 mil contos de réis, a Companhia de Construções Civis, que tinha como sócios os cunhados Otto Simon e Theodoro Eduardo Duvivier e era dirigida pelos engenheiros Antonio de Paula Freitas e Carlos César de Oliveira Sampaio. Seu objetivo era explorar uma área agreste, distante alguns quilômetros do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se pretendia fazer um loteamento. Assim nasceu o atual bairro de Copacabana. | 340 |

| | | |
|-----------------------------|---|-----|
| Tempo calendário (2). | O governo provisório republicano chegou ao fim em 25 de fevereiro de 1891 (dia seguinte à promulgação da nova Constituição), quando o Congresso Nacional elegeu, por via indireta, o primeiro presidente da República. O vencedor, como se poderia imaginar, foi o próprio marechal Deodoro da Fonseca, o candidato favorito dos militares, que teve 129 votos contra 97 dados ao civil Prudente de Moraes. Seu governo, no entanto, já nascia condenado ao fracasso e implodiria de forma traumática exatos nove meses mais tarde. | 343 |
|-----------------------------|---|-----|

Capítulo 21: o foco desse capítulo é a política econômica adotada pelo governo provisório, que transformou o Brasil num “país de papel”. O tempo calendário, uma vez mais, serve de base às ligações entre os casos da política do Encilhamento. Vale ressaltar que o autor fez uma escolha de, no final do capítulo ligar a criação de uma empresa ao nascimento do bairro de Copacabana atual, para, em seguida, voltar ao segundo governo do Marechal Deodoro.

| 22. O CABLOCO DO NORTE | | |
|--|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo natural e tempo calendário | VELHO , GRAVEMENTE ENFERMO, SEM FORÇAS nem paciência para reagir às pressões, Deodoro da Fonseca renunciou ao mandato no dia 23 de novembro de 1891 , passando o governo ao vice-presidente, Floriano Peixoto, alagoano e marechal como ele. As semanas anteriores foram marcadas por convulsões em todo o país. O clímax do conflito se dera no dia 3 de novembro de 1891 , quando o marechal, em mais uma de suas atitudes intempestivas e autoritárias, dissolvera o Congresso Nacional. | 345 |
| Tempo calendário (10) e tempo histórico. | Floriano nasceu em 30 de abril de 1839 no engenho Riacho Grande, situado na vila de Pióca, estado de Alagoas. Foi o quinto de dez filhos de Manoel Vieira de Araújo Peixoto e Ana Joaquina de Albuquerque Peixoto, agricultores pobres. Aos dezesesseis anos , transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde frequentou o Colégio São Pedro de Alcântara. Aos dezoito , alistou-se no Exército. Em 1861 , matriculou-se na | 350 |

| | | |
|-----------------------------------|--|-----|
| | <p>Escola Militar da Praia Vermelha, onde teve como colega Juca Paranhos, futuro barão do Rio Branco. Em fevereiro de 1865, o então tenente Peixoto, de 25 anos, marchou para a Guerra do Paraguai à frente do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Lá permaneceria pelos cinco anos seguintes, enquanto durou a guerra.</p> <p>No dia 1º de outubro de 1866, foi citado na ordem do dia do comando da Tríplice Aliança por “coragem, galhardia, calma e boa ordem”. Três semanas mais tarde, em 26 de outubro, nova citação: “Inteligente, zeloso e honrado no cumprimento dos deveres”. Pelos bons serviços na defesa da pátria, foi promovido a capitão, major e, por fim, tenente-coronel.</p> | |
| Tempo calendário. | Em 11 de maio de 1872 , casou-se em Alagoas com Josina Vieira Peixoto, sua prima e meia-irmã, filha do tio e pai adotivo José Vieira de Araújo Peixoto. | 351 |
| Tempo histórico e calendário. | <p>Ao suspender as garantias constitucionais na Segunda Revolta da Armada, em 1893, defendeu-se das acusações com a seguinte frase ouvida pelo ministro Cassiano do Nascimento:</p> <p>— <i>Amigo, quando a situação e as instituições correm perigo, o meu dever é guardar a Constituição em uma gaveta, livrá-la da rebeldia e, no dia seguinte, entregá-la ao povo, limpa e imaculada...</i></p> | 352 |
| Tempo calendário (2). | Tinha enorme desprezo pelos rituais do cargo. Durante todo o seu governo, recebeu uma única vez o corpo diplomático acreditado no Brasil. A cerimônia, rápida e sem discursos, aconteceu em 5 de dezembro de 1891 , por coincidência o dia da morte do imperador Pedro II em Paris. O embaixador dos Estados Unidos, Thomas L. Thompson, teve de esperar seis meses por uma audiência para a entrega de suas credenciais, condição essencial para o início da sua missão diplomática. O presidente alegava sempre estar “indisposto” e sem tempo para recebê-lo. | 354 |
| Tempo calendário e tempo natural. | Em 31 de março de 1892 , treze comandantes das Forças Armadas assinaram um documento no qual exigiam a convocação imediata das eleições. Acusavam Floriano de desobedecer à Constituição. “A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral | 355 |

| | | |
|--|---|--|
| | do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia”, alertavam. Entre os signatários estavam o almirante Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha do primeiro governo provisório, e o general João Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro. Na mesma noite , Floriano demitiu todos os generais de suas funções e mandou reformá-los por medida administrativa. | |
|--|---|--|

Capítulo 22: o autor volta-se a, por meio de observações dos historiadores, criar um perfil do segundo Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto. Em poucas linhas, por meio do tempo calendário, o autor resume a vida do “Marechal de Ferro” e, mais adiante traz fatos do seu governo que comprovam o porquê de tal alcunha. Além do mais, salienta, como a ascensão de Floriano crescia, à medida em que diminuía a energia nacional.

| 23. PAIXÃO E MORTE | | |
|---|--|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário (2) | NO FINAL DE NOVEMBRO DE 1893, uma notícia publicada pelo diário argentino La Prensa chamou a atenção do escritor americano Ambrose Bierce, correspondente em Buenos Aires do jornal Tribune, de Nova York. O artigo dizia que na semana anterior setecentas pessoas haviam sido degoladas depois de um confronto na localidade de Rio Negro, a cerca de vinte quilômetros da cidade gaúcha de Bagé. | 357 |
| Tempo natural (3). Tempo histórico e calendário. | Segundo Bierce apurou, a matança começara pouco depois do meio-dia e prosseguira toda a noite , até a manhã seguinte. Trancafiadas no curral, sob a mira de armas de fogo, as vítimas eram chamadas a se dirigir, uma a uma, até a porteira do curral. Ao chegar ali, recebiam um golpe certo de facão na garganta, à maneira como na época se costumava sangrar animais nos corredores de um matadouro. O ritual de sangue testemunhado pelo jornalista americano ocorreu durante a chamada Revolução Federalista de 1893 no Rio Grande do Sul, na qual se estima que entre 10 mil e 12 mil pessoas perderam a vida — incluindo cerca de 2 mil vítimas de degolas coletivas. De um lado estavam os republicanos fiéis ao presidente Floriano Peixoto | 358 |

| | | |
|--|--|-----|
| | e ao governador Júlio de Castilhos, também conhecidos como legalistas ou pica-paus devido à cor do uniforme que usavam. De outro, os rebeldes federalistas, chamados de maragatos, sob a chefia política de Gaspar Silveira Martins, recém-retornado do exílio, e o comando militar do caudilho uruguaio Gumercindo Saraiva. | |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico (1) | Semanas mais tarde, em abril de 1894 , os pica-paus legalistas de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos vingariam a cena promovendo outra degola geral na localidade de Boi Preto, perto de Palmeira das Missões, onde foram mortos de modo semelhante 370 maragatos. As degolas da Revolução Federalista são um exemplo eloquente do clima de ódio que se instalou no Brasil nos anos seguintes à Proclamação da República, em especial no período entre a ascensão de Floriano Peixoto, em novembro de 1891 , e a posse do segundo presidente civil, Campos Salles, sete anos mais tarde. | 359 |
| Tempo histórico (4) e tempo calendário (4). | São episódios que os livros oficiais da história do Brasil ainda hoje relutam em descrever em toda a sua crueza. Em um deles, ocorrido em 16 de abril de 1894 , o coronel Moreira César, florianista e positivista fanático, promoveu um banho de sangue na cidade de Desterro, capital de Santa Catarina, ao fuzilar sumariamente 185 revoltosos. O país só tomou conhecimento do massacre depois da posse de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, em novembro daquele ano . Para humilhação dos catarinenses, a capital seria rebatizada com o nome de Florianópolis, em homenagem ao patrocinador da carnificina. Até hoje muitos de seus moradores defendem o retorno ao nome original. Em 1893 , o Rio Grande do Sul era, na definição do historiador José Maria Bello, “o ponto nevrálgico da República”, uma região de paixões políticas exaltadas ao extremo. Durante todo o século XIX, os gaúchos tinham vivido sob permanente estado de conflagração. Na Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845 , estima-se que 3.400 pessoas morreram. Coube também aos gaúchos a cota maior de sacrifício em vidas humanas durante as guerras do Segundo Reinado na região do Prata, em especial a do Paraguai . | 360 |

| | | |
|--|--|------------|
| <p>Tempo calendário (4).</p> | <p>Em apenas dois anos, entre 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República no Rio de Janeiro, e 12 de novembro de 1891, dia da deposição de Júlio de Castilhos, seu primeiro mandatário eleito, o Rio Grande do Sul teve dezoito governadores, média de um a cada quarenta dias.</p> <p>Chefe dos republicanos históricos, Júlio de Castilhos nasceu em 1860 e cresceu em uma estância do interior gaúcho. Aos dezessete anos matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se encantou com a doutrina positivista de Auguste Comte. [...] Ao retornar ao Rio Grande do Sul, depois de formar-se em São Paulo, associou-se a Venâncio Aires na propaganda republicana à frente do jornal <i>A Federação</i>, fundado em 1884.</p> | <p>361</p> |
| | <p>Deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1890 e 1891, Castilhos se destacara como o campeão da corrente ultrafederalista e positivista.</p> | <p>362</p> |
| <p>Tempo calendário (2).</p> | <p>Castilhos foi eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul em julho de 1891, mesmo mês em que a sua Constituição pessoal era promulgada pela assembleia estadual. Em novembro, apoiou o golpe de Deodoro, que fechou o Congresso. Como resultado, acabou deposto em uma rebelião autodenominada de “popular” e substituído por uma junta de governo, logo apelidada pelos gaúchos de <i>governicho</i>.</p> | <p>363</p> |
| <p>Tempo calendário (4) e tempo histórico (2).</p> | <p>Em nova eleição, dessa vez sem concorrentes, Castilhos foi eleito governador novamente, tomando posse em 25 de janeiro de 1893. De volta ao poder, passou a governar com mão de ferro. Em resposta, os federalistas de Silveira Martins, que defendiam a reforma da Constituição gaúcha e a renúncia do governador, pegaram em armas. Dois semanas depois da posse de Castilhos no governo do Estado, o caudilho Gumercindo Saraiva deixou seu refúgio no Uruguai e, à frente de uma tropa estimada em quinhentos homens, invadiu o Rio Grande do Sul.</p> <p>Um fato novo ocorrido no Rio de Janeiro deu dimensões nacionais à luta até então restrita ao Sul. Foi a Segunda Revolta da Armada,</p> | <p>364</p> |

| | | |
|---|--|-----|
| | deflagrada no dia 6 de setembro pelo almirante Custódio José de Mello. A primeira revolta , também liderada por Custódio, tinha ocorrido em novembro de 1891 e forçado a renúncia de Deodoro. Dessa vez, protegido a bordo do encouraçado Aquidabã, o almirante declarou-se em guerra contra Floriano determinando que os navios de guerra ancorados no Rio de Janeiro apontassem os seus canhões para a cidade. Ameaçava disparar caso o marechal não convocasse novas eleições para a Presidência da República. | |
| Tempo calendário. | Floriano venceu a Segunda Revolta da Armada pelo cansaço. Nos seis meses em que durou o impasse, os navios rebelados limitaram-se a disparar um único tiro, que atingiu a torre da igreja da Candelária, sem produzir maiores estragos. | 365 |
| | Enquanto isso, Gumercindo Saraiva empreendia uma épica marcha de 2.500 quilômetros com idas e vindas entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na qual travou cinco grandes batalhas e setenta combates menores contra as tropas federais e os pica-paus de Júlio de Castilhos. A mais decisiva foi o chamado Cerco da Lapa. Durante 26 dias , essa pequena e bela cidade de arquitetura colonial situada 72 quilômetros ao sul de Curitiba resistiu ao cerco das forças de Gumercindo, que tentavam avançar rumo a São Paulo e Rio de Janeiro. | 366 |
| Tempo calendário (2). | E foi isso que o bravo Gomes Carneiro fez até ser alvejado por um tiro no dia 7 de fevereiro , morrendo dois dias depois . | 367 |
| Tempo calendário (6) e tempo histórico. | Gumercindo empreendeu uma longa e penosa retirada de volta ao território gaúcho. Foi morto em 10 de agosto de 1894 em um local chamado Carovi, município de Santiago do Boqueirão, atingido pela bala de um franco-atirador. Em 23 de agosto de 1895 , um armistício colocou fim à Revolução Federalista . Um mês depois, todos os envolvidos foram anistiados pelo governo federal. Silveira Martins embarcou outra vez para o exílio. Morreu em um hotel de Montevideu no dia 23 de julho de | 368 |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>1901 — segundo diziam os boatos, dividindo a cama com uma bela mulher. Castilhos faleceu dois anos mais tarde, em 24 de outubro de 1903, de câncer na garganta. O poder pessoal que implantou ao domar os adversários da Revolução Federalista, no entanto, manteve-se incólume por várias décadas. Seu sucessor e fiel seguidor, Antonio Augusto Borges de Medeiros, um ex-colega da Faculdade de Direito em São Paulo, governou o Rio Grande do Sul por 25 anos, reelegendo-se por quatro vezes.</p> | |
|--|---|--|

Capítulo 23: as coordenadas do tempo calendário e do tempo histórico servem de orientação para trazer o antes e o depois sobre a Revolução Federalista. No final do capítulo, o autor remonta como os personagens morreram e fala sobre o futuro do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

| 24. O DESAFIO | | |
|-----------------------------------|---|---------------|
| Categoria | Excerto | Página |
| Tempo calendário e tempo natural. | <p>NO DIA 2 DE NOVEMBRO de 1894, o paulista Prudente José de Moraes e Barros, primeiro presidente civil da República, chegou ao Rio de Janeiro para tomar posse. Estava sozinho e desamparado. Ao descer do trem que o transportara de São Paulo, ninguém apareceu para cumprimentá-lo. [...] Dirigiu-se em seguida ao Hotel dos Estrangeiros. E também ali não encontrou ninguém para recepcioná-lo. Na manhã seguinte, ainda sozinho no hotel, despachou um telegrama ao marechal Floriano Peixoto, no qual pedia uma audiência para tratar da transmissão de cargo. A resposta veio dias depois. Floriano, muito ocupado, avisou que marcaria o encontro quando tivesse agenda livre. A audiência nunca aconteceu.</p> | 371 |
| Tempo calendário (2) e tempo | <p>Em junho de 1893, com o país ainda às voltas com a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, fundou-se no Rio de Janeiro, sob a liderança do paulista Francisco Glicério, o Partido Republicano Federal, resultante da fusão do Partido Republicano Paulista com</p> | 373 |

| | | |
|---|---|-----|
| <p>histórico (3).</p> | <p>clubes republicanos estaduais. A data marca o início do esforço para colocar ordem na República sob a liderança civil.</p> <p>O programa do novo partido defendia a volta aos princípios consagrados na Constituição de 1891, com ênfase nas liberdades individuais e na autonomia dos estados. Na ocasião decidiu-se também lançar o nome de Prudente de Moraes como candidato à Presidência, escolha ratificada pelos delegados republicanos a 25 de setembro de 1893.</p> | |
| <p>Tempo calendário (2) e tempo histórico (2)</p> | <p>A vitória de Prudente de Moraes foi confirmada em 1º de março de 1894, mas poucos apostavam que ele assumiria o cargo. Nos meses anteriores, entre o lançamento da candidatura e a eleição, Floriano conseguira, finalmente, subjugar a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Estava, portanto, no auge do seu poder, apontado como o herói que havia impedido o esfacelamento das instituições republicanas.</p> | 374 |
| <p>Tempo calendário (2).</p> | <p>O marechal, porém, não o esperou para transmitir-lhe o cargo, como previa o cerimonial. Em vez disso, no último dia do seu mandato, tomou um bonde, pagou a passagem do próprio bolso e, tão sozinho quanto o sucessor, rumou para sua modesta casa de subúrbio e se afastou por completo da vida pública. Floriano Peixoto morreu no dia 29 de junho de 1895</p> | 375 |
| <p>Tempo calendário (2).</p> | <p>O que mudou a sorte de Prudente de Moraes foi um acontecimento dramático, no qual o presidente quase perdeu a vida. No dia 5 de novembro de 1897, Prudente iria recepcionar dois batalhões do Exército que retornavam de Canudos. Dos 12 mil homens que lutaram no cerco aos jagunços de Antônio Conselheiro, 5 mil haviam morrido. O desembarque se daria no Arsenal de Guerra, prédio no centro do Rio de Janeiro que hoje abriga o Museu Histórico Nacional. Quando o presidente atravessou o pátio, sobre ele saltou Marcelino Bispo, um anspeçada (posto inferior ao de cabo, hoje inexistente na hierarquia do Exército), que tentou matá-lo a facadas. Prudente foi salvo pela interferência do ministro da Guerra, Marechal Carlos</p> | 377 |

| | | |
|--|--|-----|
| | Machado Bittencourt, que, ao se interpor entre ele e o assassino, recebeu os golpes fatais, morrendo em seguida. | |
| Tempo calendário (3). | Fortalecido pela repercussão do atentado, Prudente de Moraes teve, finalmente, a tranquilidade necessária para concluir seu governo livre das conspirações, realizar as eleições de 1898 e transferir o poder para o seu conterrâneo Campos Salles, o segundo civil na Presidência da República. Campos Salles foi eleito com 174.578 votos contra 16.534 dados ao candidato da oposição, o paraense Lauro Sodré. Entre outras dificuldades, pegou o Brasil sem dinheiro para honrar seus compromissos internacionais. O governo se viu forçado a renegociar a suspensão de suas dívidas por onze anos, até 1911 . Na prática, era um regime de moratória, que fechava o acesso do país a novos empréstimos no exterior. Em 1900 , a situação econômica era tão alarmante que metade dos bancos foi à falência. | 378 |
| Tempo histórico (2). | Na cerimônia de posse, Campos Salles anunciou uma “política nacional de tolerância e concórdia”. Tratava-se de uma vasta aliança entre o governo central e os chefes políticos regionais, que, em troca do apoio ao presidente, tinham total liberdade para mandar em seus domínios de acordo com os seus interesses. Começava ali a chamada “política dos governadores”, que dominaria a República Velha brasileira até a Revolução de 1930 . | 379 |
| Tempo calendário (4) e tempo histórico (2). | O antigo sistema de toma lá dá cá, inaugurado por dom João na chegada da corte ao Brasil mediante a troca de privilégios nos negócios públicos por apoio ao governo, manteve-se inabalável. Na prática, a República brasileira, para se viabilizar, teve de vestir a máscara da Monarquia. E assim permaneceria pelos cem anos seguintes , marcados por golpes e rupturas entremeados por breves e instáveis períodos de democracia, até que uma outra República, inteiramente nova, começasse a nascer — proclamada não por generais ou fazendeiros, mas pelo tão temido componente “sedicioso e anárquico”. Em 1984 , nove anos antes da realização do plebiscito anunciado por Benjamin Constant na noite de 15 de novembro de 1889 , ruas e praças de todo | 380 |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>o Brasil foram palco de coloridas, emocionadas e pacíficas manifestações políticas, nas quais milhões de pessoas exigiam o direito de eleger seus representantes. A Campanha das Diretas, que pôs fim a duas décadas de regime militar, abriu o caminho para que a República pudesse, finalmente, incorporar o povo na construção de seu futuro.</p> <p>É desse desafio que os brasileiros se encarregam atualmente.</p> | |
|--|---|--|

Capítulo 24: na última parte da obra, o autor conta como foi a posse dos primeiros presidentes civis, num clima de instabilidade e sem perspectivas. Após isso, a narrativa faz uma remissão sobre fatos importantes no século XX para, por fim, ir ao tempo presente do leitor, ao desafio atual do povo brasileiro, encerrando com uma remissão temporal a obra.

7 O QUE EMERGE DO TEMPO NARRATIVO NA OBRA?

Após a análise de cada capítulo, seguiremos agora às considerações interpretativas sobre o nosso objeto, buscando ver como o autor organiza o tempo e o que emerge nesta construção narrativa. Para tal buscaremos nas referências teóricas o caminho para nossa interpretação e para verificar como ocorre a intersecção do texto com o jornalismo e a história. Por fim, trataremos nossa concepção sobre o que emerge desta construção textual.

Antes, porém, voltemos à questão agostiniana: o que é, então, o tempo? Dificilmente conseguiremos dizer em palavras o que vem a ser o tempo, entretanto a narrativa e, em especial a narrativa do livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil* (2013) oferece uma construção do tempo, por meio da organização textual e da referencialidade aos fatos, concebendo uma forma de entender a Proclamação da República.

Tal constatação direciona-nos ao caráter ambíguo da narrativa – entre a história real anterior ao relato e o discurso que tenta remontá-la “construção que remete a uma noção de verdade não mais como exatidão da descrição, mas sim, muito mais, como elaboração de sentido, seja ele inventado na liberdade da imaginação ou descoberto na ordenação do real” (GAGNEBIN, 1997, p. 70).

Como o livro *1889* (2013) tem a pretensão de relatar a realidade, ele apresenta uma ordenação dos fatos e cria um sentido interno no texto. Tal constatação nos remete à organização das múltiplas histórias numa narrativa que pretende ser verossímil, conforme Aristóteles (2004). Ora, isto nos direciona à relação causal do enredo (intriga), propiciada pela representação de uma ação, o que nos leva à tripla mimese de Ricoeur (1994). É importante então posicionar que as manifestações que buscamos estão no texto (*mimese II*), que faz a configuração entre a prefiguração do mundo de referências do autor (*mimese I*) e a reconfiguração disto pelo leitor (*mimese III*), permitindo que surjam novas interpretações de mundo, conforme os sentidos remontados pelas remissões temporais.

Para observá-los partimos do entendimento que o texto gira no entorno da intriga (a Proclamação da República) e relata os eventos antecedentes e subsequentes que contextualizam-na, o que dá voz às manifestações narrativas do tempo, exprimidas na organização do texto. Vejamos como se dá esta ordenação da estratégia narrativa.

Para facilitar a visão geral sobre o livro, seguimos a organização de Gomes (2013) na introdução. Assim, pode-se distinguir os dois primeiros capítulos por iniciarem em momentos de tempo curtos próximos à Proclamação da República (o príncipe destituído de suas honrarias em alto mar, na Ásia, enquanto a família real viajava para a Europa dias após a queda, e os dias e horas que antecederam o golpe republicano, pelo viés dos conspiradores).

O primeiro capítulo, além do príncipe destituído em alto mar (presente), traz as primeiras remissões ao reinado do seu avô, o imperador Pedro II (passado), e, em seguida, remonta ao governo petista, que presidiu o país nos últimos anos (futuro). Este ainda que seja futuro em comparação à trama, serve para aproximar os acontecimentos relatados do leitor, visto a época do lançamento do livro (2013), quando o país era governado pelo Partido dos Trabalhadores. No segundo capítulo, as instâncias do tempo cronológico são utilizadas para reviver, por meio do texto, os momentos de ação dos conspiradores perpassando a intriga, num relato dinâmico. Por fim, uma vez mais, o relato volta-se a um tempo próximo do leitor ao trazer a votação que perguntava se o Brasil deveria ser uma monarquia ou uma república, em 1993.

Já os quatro capítulos seguintes (do 3 ao 6) voltam-se a um intervalo longo - da formação das condições para a Proclamação da República. Eles trazem um panorama sobre o reinado no Brasil (uma monarquia que sobrevivia numa América Latina envolta em revoluções, um perfil de dom Pedro II, e uma visão sobre as transformações do século XIX que desembocariam no império tropical). As concepções dos tempos histórico e do calendário mesclam-se sob períodos rememorados para além da intriga, inclusive com remissões ao Brasil da colonização, no século XVI. No capítulo 4, em especial, o autor trabalha com a ideia de uma miragem, que alude à luxúria de Petrópolis, como um Império dos sonhos na América, em contraposição com a realidade de um sistema em as cortes e os latifundiários tinham poder de decisão sobre a política nacional.

Entre os capítulos 7 e 13, volta-se aos anos do Brasil Imperial (com foco sobre a evolução da campanha republicana ao longo do século XIX e sua adesão pelos militares, o perfil dos seus principais líderes, o movimento abolicionista e suas lideranças e, por fim, a extinção da escravidão, em 1888). Tem-se então um tempo que paulatinamente se aproxima da intriga.

Nestes capítulos também são apresentados perfis de importantes personagens da trama. O tempo, assim, é utilizado como referência e passagem, isto é, tanto para pontuar onde ocorrem os fatos da vida dos biografados numa linha cronológica, como para demarcar a sua passagem e o seu reflexo sobre eles. Esta incidência sobre os personagens aparece principalmente quando

o autor remonta as histórias do marechal Deodoro e de Benjamin Constant, pois os fatos reportados dão voz ao subtítulo interpretativo do livro (o marechal vaidoso e o professor injustiçado).

Do capítulo 14 ao 17 são relatados momentos derradeiros da família real no Brasil (desde as últimas aparições públicas do monarca nos meses anteriores, passando pelo baile de uma semana antes da queda, até as horas que transcorreram do golpe republicano e à ida da família real para a Europa, com o exílio e a morte do imperador). O intervalo de tempo é curto, como um passado que acabou de acontecer, e perpassa sobre a intriga (assim como o segundo capítulo), a partir da visão da família real. Assim, como na parte anterior, os fatos reportados corroboram o subtítulo interpretativo (um imperador cansado) por meio das condições da instância natural (quando fala dos períodos da vida do monarca). No fim do capítulo 17, após a ida da família real para Portugal, volta-se a citar o tempo calendário como forma de marcar os principais acontecimentos dos seus últimos anos no país lusófono de forma sintetizada.

Na última parte, o livro dedica-se ao difícil começo de república (a implantação dos novos símbolos nacionais, os governos autoritários e seus problemas econômicos, a Revolução Federalista e, por fim, os desafios para o futuro da nação). Ou seja, um tempo futuro em relação à intriga, que aos poucos se adianta e foge dela. Entretanto, para o leitor é um passado que se aproxima, pois o penúltimo parágrafo traz uma síntese do século XX (um tempo de extensão longa), para em seguida falar do desafio de incorporar os brasileiros na construção de um futuro participativo neste início do século XXI.

Para esclarecer de forma quantitativa qual concepção de tempo mais aparece no relato, elaboramos uma tabela sobre as cinco categorias. Vale ressaltar que mesclas entre mais de uma concepção de tempo também foram adicionadas, pois elas surgem em muitos momentos do texto.

Tabela 3: Número de vezes em que aparecem as categorias de tempo.

| CATEGORIA | Tempo histórico | Tempo calendário | Tempo natural | Tempo relógio | Tempo psicológico | Tempo natural e calendário | Tempo relógio e natural | Tempo calendário e histórico | Tempo histórico e calendário |
|-------------|-----------------|------------------|---------------|---------------|-------------------|----------------------------|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Capítulo 1 | 3 | 9 | | | | | | | |
| Capítulo 2 | 4 | 12 | 1 | | | 10 | 5 | 1 | |
| Capítulo 3 | 15 | 53 | | | | | | 4 | 2 |
| Capítulo 4 | 9 | 21 | | | | | | | 5 |
| Capítulo 5 | 4 | 56 | 7 | | | 2 | | 1 | |
| Capítulo 6 | 6 | 18 | | 1 | | 1 | | | 2 |
| Capítulo 7 | 1 | 15 | | | | | | | 11 |
| Capítulo 8 | 3 | 8 | | | | | | | |
| Capítulo 9 | 1 | 14 | | | | | | | |
| Capítulo 10 | 2 | 23 | | | | | | 1 | 2 |
| Capítulo 11 | 3 | 18 | | | | | | | |
| Capítulo 12 | 2 | 28 | 2 | | | | | 2 | 1 |
| Capítulo 13 | 1 | 22 | 3 | | | | | | 2 |
| Capítulo 14 | 1 | 12 | 1 | | | | | 1 | 1 |
| Capítulo 15 | 7 | 14 | 2 | 5 | | 1 | | | |
| Capítulo 16 | 1 | 7 | 9 | 8 | | | | | |
| Capítulo 17 | 1 | 14 | 3 | 1 | | 4 | 4 | | |
| Capítulo 18 | | 6 | | | | 1 | | | |
| Capítulo 19 | 4 | 13 | | | | | | | 1 |
| Capítulo 20 | 1 | 9 | | | | | | | |
| Capítulo 21 | 2 | 9 | | | | | | | |
| Capítulo 22 | 1 | 15 | 2 | | | | | | 1 |
| Capítulo 23 | 8 | 29 | 3 | | | | | | 1 |
| Capítulo 24 | 8 | 16 | 2 | | | | | | |
| TOTAL | 88 | 441 | 35 | 15 | 0 | 19 | 9 | 10 | 29 |

Temos então que esta narrativa apresenta principalmente referências temporais do calendário, o que confere pontos de ancoragem ao enunciado para o desenvolvimento das ações. Essencialmente nas ações próximas à intriga, o tempo é relatado na instância do relógio, sob horas, o que traz o detalhamento do instante dos fatos, junto ao tempo natural que, por sua vez, aparece também quando a narrativa remete à passagem do tempo sobre os personagens (jovem, adulto, velho etc.).

Já o tempo histórico aparece principalmente sob referências de intervalos curtos (revoluções e às guerras, sobretudo a do Paraguai), mas também aos longos (as mudanças no Brasil desde a chegada da corte de dom João, até o Período Imperial de 67 anos). Vale salientar que, entre as cinco categorias propostas, não encontramos nenhuma referência ao tempo psicológico, o que nos remete a questão do jornalismo, enquanto discurso em que qualquer traço subjetivo do texto é deixado em segundo plano.

É preciso destacar que esta não é uma narrativa feita sob os moldes tradicionais da literatura, nem mesmo do jornalismo, pois as referências do tempo durante todo o texto migram de uma posição para outra. Desta forma, quanto à modalidade de tempo na narração apontada por Genette (1972), entendemos que o livro 1889 se enquadra na categoria *intercalada*, a narração mais complexa segundo o autor, na qual vários tempos de ação se misturam mutuamente a ponto de um reagir sobre o outro.

Desta constatação emerge a mescla de categorias, como, por exemplo, o tempo histórico e calendário, quando o texto apresenta o acontecimento e sua data completa, dando maior credibilidade ao relato. Surgem também cruzamentos como o do tempo natural e calendário e do tempo relógio e natural que servem para criar um sentido de proximidade com o fato, algo comum nas narrativas do jornalismo, como vimos no terceiro capítulo, e utilizadas pelo autor jornalista para retratar este momento histórico.

Os traços do jornalismo, por sinal, aparecem com os gêneros diversional e interpretativo, conforme Marques de Melo (2003, 2010) e nas escolhas narrativas de acordo com a singularidade desta forma social de conhecimento, conforme Genro Filho (2012). Isto fica explícito quando, por exemplo, o autor conta fatos pitorescos, como a aposentadoria do cavalo utilizado pelo marechal Deodoro, após a proclamação da República, pelos relevantes serviços prestados à causa republicana. Ou ainda, por meio das remissões do subtítulo do livro “Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado” que apresenta de antemão uma interpretação da história, ao mesmo tempo em que traz ao saber do leitor questões singulares sobre os protagonistas da Proclamação da República do Brasil”.

Quanto às categorias do tempo no jornalismo apontadas por Franciscato (2005), notamos a presença de uma delas no nosso objeto de análise - a revelação pública, pois peculiaridades como estas citadas não eram do conhecimento do grande público, porque ficavam restritas à historiografia. Tal interpretação nos leva à introdução do livro, quando o autor esclarece que “O objetivo é tão somente relatar sob a ótica da reportagem alguns dos momentos mais cruciais daquela época, de maneira a retirá-los da relativa obscuridade em que se encontram hoje na memória nacional.” (GOMES, 2013, p. 28).

Tais fatos singulares estão no entorno da intriga, interligados pela particularidade de estarem relacionados de forma significativa a ela no texto. Isto nos faz voltar à concepção que adotamos no terceiro capítulo para a narrativa jornalística de história. Vale pontuar então que esta narrativa é híbrida, pois traz a forma de entender o objeto do jornalismo partindo do singular (o título do livro evidencia as peculiaridades dos personagens protagonistas) e conta os fatos de forma narrativa, isto é, utiliza um fato central – a Proclamação da República – como intriga sob a qual surgem os antecedentes e os consequentes, tendo a história como tema.

Nesta perspectiva, lembramos que temos aqui um conhecimento propiciado por uma narrativa jornalística. Mas também é importante ressaltar que nosso objeto de estudo pode ser observado em sua historicidade, conforme a conceituação de Martins de (2011) nos seus três

aspectos. Primeiro, quanto aos interesses sociais presentes, a obra fala de um acontecimento da história do Brasil, o qual ainda hoje é lembrado nos feriados nacionais de 15 de novembro. Segundo, a sustentação empírica que dá base à narrativa é de escritos das pessoas que vivenciaram aquele período ou fontes legitimadas pela historiografia oficial (como José Murilo de Carvalho, Emília Viotti da Costa, Heytor Lira etc.). Terceiro, o argumento geral apresentado no texto. Neste ponto vamos centrar nossa atenção.

É importante situar que Bloch (2001) entende a história como a ciência dos homens no tempo, sob a qual sobressai seu caráter humano, a sua potencialidade de permitir compreender o presente pelo passado e também o passado pelo presente e introduzir um horizonte futuro na sua reflexão. Aqui vale questionar o sentido que emerge no livro *1889* enquanto passado que pode introduzir uma ideia de futuro em sua reflexão. Para isso, recorremos a Ricoeur que diz ser “na passagem que devemos buscar, ao mesmo tempo, a multiplicidade do presente (o tríplice presente) e seu dilaceramento” (RICOEUR, 1994, p.35).

Na passagem entre estas referências ao tempo trazidas na análise, na primeira metade do livro emergem sentidos relacionados à indiferença da monarquia para com a população, desde a época de dom João VI, ao envelhecimento do sistema imperial, simbolizado por dom Pedro II e à insegurança com o futuro da nação nos anos anteriores a 1889, exprimido na princesa Isabel, devotada primeiramente à igreja e depois à nação.

Quando se fala dos personagens, tem-se um marechal que hesitou até o último momento para tomar a decisão de destituir a monarquia, e só tomou a iniciativa, pelo que indica o livro, por conta de um problema pessoal, isto é, sem propósitos de futuro para a nação. No capítulo 18 emerge o total desconhecimento do povo quanto à mudança no sistema de governo, simbolizado na recepção que a Proclamação da República teve no Rio de Janeiro, então capital do país:

“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, afirmou o jornalista e chefe republicano Aristides Lobo em artigo para o *Diário Popular*, de São Paulo. “Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.” (GOMES, 2013, p. 305)

Nos capítulos finais emerge a frustração da população com os desmandos dos militares e dos políticos e com a manutenção dos privilégios às mesmas classes que os recebiam da

Monarquia. Isso mesmo sob os mandatos de Prudente de Moraes e Campos Salles, quando uma porção ínfima da população votou. O que faz emergir a ausência de uma liderança nacional respeitada por todos, pois na República, assim como no Império, quem continuava a mandar no país eram os coronéis, latifundiários, “donos” de regiões do Brasil, enquanto o povo não tinha voz. Tal condição pode ser resumida no telegrama de Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso: “Vocês fizeram a República que não serviu para nada”, reclamava o capitão. “Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado” (GOMES, 2013, p. 313).

Todos estes sentidos levantados nas remissões temporais de *1889* (2013) contribuem para o leitor compreender o presente do país pelas remissões ao passado e entender que a falta de participação popular nos processos de decisão está na origem da República no Brasil. As referências temporais, principalmente sob o tempo calendário e tempo cronológico contam como os nove anos do Primeiro Reinado haviam sido de grande instabilidade, marcados pelo conflito entre o Parlamento e a índole autoritária de dom Pedro I; a primeira constituição independente do país, em 1824, nascia com restrições à cidadania e introduzia o critério de renda mínima para os votantes. Como, nos 49 anos do Segundo Reinado, o governo manipulava as eleições e, por meio delas, compunha uma Câmara de Deputados subordinada aos seus desejos, e não o contrário. Como a república brasileira nascera descolada das ruas; como os líderes republicanos entendiam que uma República estável e próspera deveria ser ditatorial e não parlamentar; e por fim; como assim permaneceria o Brasil na maior parte do século XX.

Desta forma, como bem lembra Luiz Gonzaga Motta “As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã. A coerência narrativa cria o tempo, o nosso tempo” (MOTTA, 2013, p. 18). Para Laurentino Gomes, está na hora de os brasileiros se apossarem do seu país e, finalmente, participarem da construção do Brasil e serem autores de sua verdadeira história.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- ARNT, Hérís. *A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.
- BARBOSA, Marialva. *O filósofo do sentido e a comunicação*. Conexão – Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/209/200>>. Acesso em 28 abr. 2017.
- BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARTZ, Rodrigo. *Jornalismo e literatura: as complexificações narrativas jornalísticas de cunho biográfico*. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- BLOCH, Marc Léopold Benjamin. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo. *O tempo e os tempos*. IN: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2006.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1991.
- BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa: programa ECIEL*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, c1977.
- CHARTIER, Roger. *A verdade entre a ficção e a história*. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.
- CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: EDUSC, 1998.
- COSTA, Cristina. *A milésima segunda noite: da narrativa mítica à telenovela: análise estética e sociológica*. São Paulo: Annablume, 2000.
- CROCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1962.
- DALMONTE, Edson. *Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos*. História (São Paulo), v. 29, p. 328-344, 2010. Disponível em: <

<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12437>> Acesso em: 02 mai. 2017.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Consulta à expressão aporia. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/aporia/>> Acesso em: 15 mai. 2017.

DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

DUARTE, Marcia Y. M. *Estudo de caso*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 215-234.

DÜREN, Ricardo Luís. *Mais real que a realidade: a obra 1808 e o uso de elementos da narrativa literária pelo jornalismo*. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

E-DICIONÁRIO DE TERMOS LITERÁRIOS (EDTL). Consulta à expressão diegese. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6734/diegese/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

E-DICIONÁRIO DE TERMOS LITERÁRIOS (EDTL). Consulta à expressão discurso. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/?wpbdp_view=search&dosrch=1&kw=discurso>. Acesso em: 01 abr. 2017.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FIDALGO, António. *Definição de retórica e cultura grega*. 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-retorica-cultura-grega.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2017.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Dizer o tempo*. In: Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, 1980.

GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris, Seuil. 1972.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, c1989.

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2007.

GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. 1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

- GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.
- HAWKING, S. W. *Uma breve história do tempo: do big bang aos buracos negros*. 29. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- IMBERT, Enrique Anderson. *A crítica literária: seus métodos e problemas*. Coimbra: Almedina, 1986.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, [1996-1999].
- LACOUTURE, Jean. *A história imediata*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LAURENTINO GOMES. Desenvolvido por Globo Livros. Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/laurentino-gomes--globo-livros--autor.html>. Acesso em: 20 jun. 2017
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- LUKÁCS, György. *Introdução a uma estética Marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MANN, Thomas. *A montanha mágica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MARTINS, E. DE REZENDE. *Tempo e verdade*. Proposta de critério para um conhecimento histórico confiável. IN: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda (jornalismo na sociedade urbana e industrial)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- _____. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003
- MELO, J.M.; ASSIS, F. (Org). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed., rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Ed. da UnB, 2013.
- _____. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. Compós, n. 1, p. 1-26, dez. 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>>. Acesso em: 1 mai. 2017.
- NICOLAZZI, Fernando. *Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico*. História em revista, v. 9, n. 45, 2003.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- PAZ, Octavio. *O Arco e a Lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PLATÃO. *A república*. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- PROPP, V. IA. *Morfologia do conto maravilhoso, seguida de O estudo tipológico-estrutural do conto maravilhoso de E. M. Meletínski e da Polêmica Propp - Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- REIS, C.; LOPES, A. C. M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983
- RIBEIRO, José Renato da Silva Freitas Andrade. *Narrativa de estelionato: conto do bilhete na região do Vale do Rio Pardo*. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.
- RODRIGUES, Selma Calasans. *O fantástico*. São Paulo: Ática, 1988.
- RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "*Materialismo histórico*"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/materialismo-historico.htm>>. Acesso em 27 mai. de 2017.
- RUSSEL, Bertrand. *No que acredito*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.
- SACKS, Oliver. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SANTOS, Kassia Nobre dos. *Quando a fonte vira personagem: análise do livro A vida que ninguém vê da jornalista Eliane Brum*. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013
- SCHOLES, Robert; KELLOGG, Robert L. *A natureza da narrativa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES*. Porto Alegre: Sulina, c2010.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.
- STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: PENSO, 2011.
- STUMPF, Ida Regina C. *Pesquisa bibliográfica*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge.

Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Almedina, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

WHITE, Hayden V. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

WOLFE, Tom. *Radical chique e o novo jornalismo*. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZILLBERMAN, Regina. *Teoria da Literatura*. Curitiba: Iesde, 2008.